

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 65, DE 2016**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 587/2015**

**AV 675/2015**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 486, de 10 de julho de 2014, que outorga permissão à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))



Mensagem nº 587

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 129, de 14 de março de 2014 – Universidade Federal de Goiás, no município de Trindade – GO;
- 2 - Portaria nº 486, de 10 de julho de 2014 – Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa, no município de Bebedouro – SP; e
- 3 - Portaria nº 99, de 13 de fevereiro de 2015 – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, no município de Campina Grande – PB.

Brasília, 29 de dezembro de 2015.

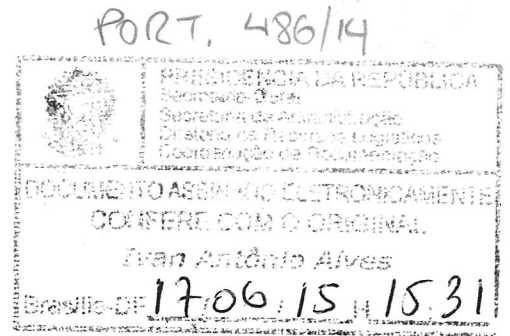




SAG

53000.006179/2012-17

EM nº 00070/2015 MC



Brasília, 17 de Junho de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006179/2012-17, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo/SP, constante do Aviso de Habilitação nº 16 de 7 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2011, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, por intermédio do Despacho de Homologação de 10 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2014, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Ricardo Jose Ribeiro Berzoini*



PORTARIA Nº 486 , DE 10 DE JULHO DE 2014.

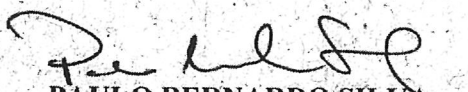
O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.006179/2012, resolve:

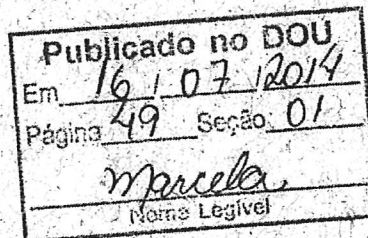
Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo/SP.

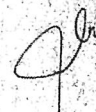
Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro de Estado das Comunicações







PRIMEIRA-SECRETARIA  
RECEBIDO nesta Secretaria  
Em, 5 / 1 / 2016 às 11:30 horas  
*Joia Vilma* 4766  
Assinatura

Aviso nº 675 - C. Civil.

Em 29 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado BETO MANSUR  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que outorgam permissões para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, constantes das Portarias nºs 129 e 486, de 2014; e 99, de 2015.

Atenciosamente,

*Jaques Wagner*  
JAQUES WAGNER  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

PRIMEIRA SECRETARIA  
Em 05 / 01 / 2016  
De ordem, ao Senhor Secretário-  
Geral da Mesa, para as devidas  
providências.  
*Luiz Cesar Lima Costa*  
Luiz Cesar Lima Costa  
Chefe de Gabinete

Secretaria-Geral da Mesa SPM 05/01/2016 11:54  
Ponto: 1553 Ass.: Maura D'Almeida

MSC. 587/2015



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Documentação e Informação

Subgrupo de Trabalho de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e  
Consignação da União

TVR  
65/2016

### DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA DE PROCESSO AO SEDOC

REFERÊNCIA AO PROCESSO Nº: 53000.006179/2012-17 – PROCESSO GANHADOR DO  
CERTAME, APENSO AO MÃE 53000.064704/2011-38.  
INTERESSADO: Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa  
ASSUNTO: Encaminhamento de Cópia

Encaminho cópia do processo acima citado, **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE  
RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, no município de **BEBEDOURO/SP**, ao Serviço de  
Documentação e Arquivo – SEDOC, para envio a CASA CIVIL da PRESIDÊNCIA DA  
REPÚBLICA.

Brasília, 05 de junho de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sayonara Leonez de Medeiros Coelho Cintra**,  
**Técnico de Nível Superior**, em 05/06/2015, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria  
MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>  
informando o código verificador **0541111** e o código CRC **F8E4576C**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Delegacia Regional de São Paulo

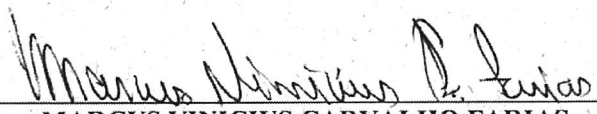


TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO

ASSUNTO: Outorga de Radiodifusão Exclusivamente Educativa – FME  
INTERESSADA: FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA  
REFERÊNCIA (PROTOCOLO): 53000.006179/2012-17  
AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 16/2011

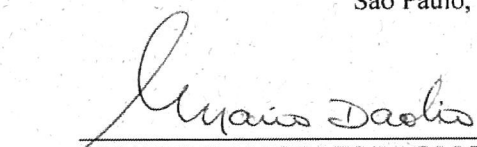
Tendo em vista o protocolo do documento acima citado em 06/02/2012, eu, MARCUS VINICIUS CARVALHO FARIAS, Matrícula nº 1790125, opino pela instauração, nesta data, do competente procedimento relacionado a tal documento, contendo 114 folhas, incluindo esta.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2012.

  
**MARCUS VINICIUS CARVALHO FARIAS**  
Agente Administrativo

De acordo. Proceda-se à instauração do processo, conforme proposto.

São Paulo, 09 de Fevereiro de 2012.

  
**MARIO DE MORAES DAOLIO**  
Delegado Regional do Ministério das Comunicações  
em São Paulo - Substituto



EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES




Ref.: Aviso de Habilitação nº 16, de  
07/12/2011 – D.O.U. de 08/12/2011

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 006179/2012-17  
DRMC - 01  
06/02/2012-16:10

**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, inscrita no CNPJ/MF nº 04.897.895/0001-60, com sede na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida General Osório, 218 Centro CEP 14.870-000, tendo tomado conhecimento, através do AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 16, de 07 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União, edição de 08 de dezembro de 2011 – Seção 3 – pgs. 148/149, que prevê a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de **BEBEDOURO – SP** – Canal 293E - Classe “C” – frequência de 106,5 MHz, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através de seu Diretor Presidente, infra-assinado, encaminhar sua proposta de habilitação, fazendo por instruí-la com a documentação solicitada no chamamento em questão.

Termos em que,  
P. Deferimento

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

  
P/ FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA  
**JOSÉ ROBERTO SCANDELA**  
DIRETOR PRESIDENTE





## OFICIAL DE REG. DE TÍTULOS E DOCS. E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

JABOTICABAL - SP

Av. Major Novaes, 535 - Centro - CEP-14870-080 - Tel. (16) 3202-3015  
CNPJ-50.510.734/0001-99 e-mail: ri.jaboticabal@terra.com.br

Oficial: ÁLVARO BENEDITO TORREZAN

RECIBO DE PEDIDO DE CERTIDÃO  
- PESSOA JURÍDICA -

Pedido nº.....: 1004

Natureza.....: CERTIDÃO

Requerente...: FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

Interessado...: FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

Observações:



Descrição	Qtde	Livro	Número	Oficial	Estado	Ipsesp	Civil	Trib. just.	Total
CERTIDÃO 1004 Lv. 12				73,27	20,93	15,69	4,06	4,06	118,01
<b>TOTAIS</b>	001			73,27	20,93	15,69	4,06	4,06	118,01

Depósito...: R\$ 118,01

*Recebi a importância total especificada, devendo este documento fazer parte integrante do título*

Jaboticabal, 27 de janeiro de 2012.

Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado

Pelo Interessado

Recebi a 1ª via do presente

Jaboticabal, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

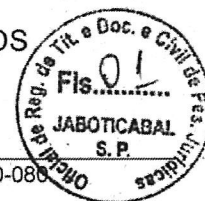
End.: \_\_\_\_\_



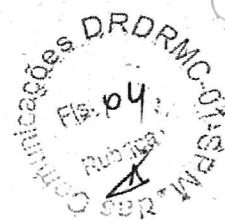
OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
MUNICÍPIO E COMARCA DE JABOTICABAL – SP.

Oficial: Álvaro Benedito Torrezan

Av. Major Novaes, 535 – Centro – Cx. Postal, 68 – Fone/Fax: (16) 3202-3015 – CEP-14870-080  
e-mail: rijaboticabal@terra.com.br



CERTIFICO que as presentes cópias em número de 55 (cinquenta e cinco) páginas, por mim numeradas e rubricadas, são reproduções autênticas das originais arquivadas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e referem-se ao registro dos Atos Constitutivos, Adaptação do Estatuto Social ao novo Código Civil Brasileiro e Atas de Assembléia Geral Extraordinária da FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA. Nada mais. O referido é verdade e da fé. Jaboticabal, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze (27.01.2012). Eu, Antonio Sérgio dos Santos (Antonio Sérgio dos Santos) escrevente autorizado, pesquisei os arquivos, digitei, conferi, dou fé e assino.



Antonio Sérgio dos Santos  
Escrevente Autorizado

Emolumentos: R\$ 118,01

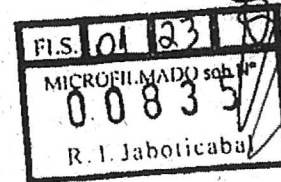
Incluso valores devidos ao Estado, Ipesp, Reg. Civil e Tribunal de Justiça



FL. 02



ILMO. SR. OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
DA COMARCA DE JABOTICABAL

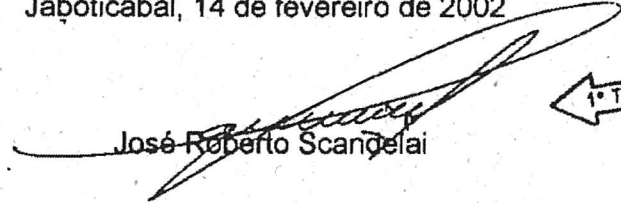


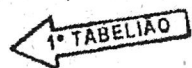
FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, com sede e foro legal nesta cidade e comarca de Jaboticabal, neste ato representada pelo Presidente de seu Conselho Curador, vem respeitosamente querer a Vossa Senhoria se digne proceder o registro de seu ato constitutivo, conforme escritura lavrada aos 13 de fevereiro de 2.002, no livro 0321, às páginas 100 do cartório do 1º Tabelião de Notas de Jaboticabal.

Termos em que,

P. Deferimento.

Jaboticabal, 14 de fevereiro de 2002

  
José Roberto Scandelai



1.º Tabelião de Notas e Protesto de Jaboticabal - SP.  
e-mail: ftabeliao@asbyta.com.br - Tabelião: UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES  
Rua Barão do Rio Branco 504 - Centro - Cx. P. 61 - CEP 14.870-330 - Tel/Fax: (16) 3202-0584

RECONHEÇO, por semelhança, a(s) firma(s) de JOSE ROBERTO SCANDELAÍ.

Em testemunho da verdade.  
JABOTICABAL, 14 de fevereiro de 2002. SFG.: 0112/14022002-1  
UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES Tabelião - RS 1.90  
e eu, lido o conteúdo, com o selo de autenticidade.



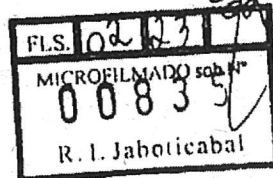


OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
ROMANCA DE JACOTICABAL - SR.  
Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta cartório.  
Jaboticabal - 8.1 JAN 2012

Antonio Sérgio dos Santos  
Escrivão Autorizado



Protocolo nº 02-15/2002



**Ministério Público do Estado de São Paulo**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Promotoria de Justiça de Fundações de Jaboticabal - SP

Interessado: Fundação Jaboticabal de Radiodifusão EducativaAssunto: Pedido de Aprovação de Estatuto de Fundações

Em, 04 de fevereiro de 2002, registrei e autuei o presente Pedido de Aprovação de Estatuto de Fundação. Eu, 2ª Sena Oficial de Promotoria, designada para secretariar o feito, lavrei o termo e o subscitei.

Mirela Andréa Alves Ficher Seno  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17.616.293-3

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 06 DEV 2002

Mirela Andréa Alves Ficher Seno  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17.616.293-3



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

Certifico que a presente copia, e reprodução  
autêntica do documento original arquivado e  
registrado nesta serventia

Jaboticabal, 27, JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



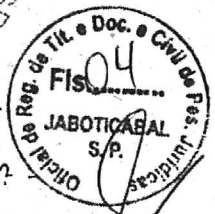
FLS. 03 23
MICROFILMADO sob nº
00835
R. I. Jaboticabal

Promotoria de Justiça
Fls. 02
Jaboticabal

ILMO. SR. DR. PROMOTOR DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JABOTICABAL.

REGISTRO  
Fls. 02  
Rubrica  
Sep. 01-SP  
F. 04

AVISE-SE como de direito  
DE APROVAÇÃO DE C.M.  
TUO DE FUNDACÃO. Após  
CONCLUSOS. C.C.C.C.

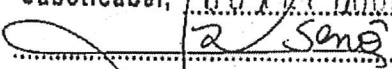


Auto Eletrônico  
Promotor de Justiça

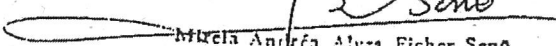
A "FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA", representada pelo seu instituidor, Dr. JOSÉ ROBERTO SCANDELA, devidamente identificado na Ata da Assembléia Geral em anexo, vem respeitosamente à presença de V.Sa., para submeter à apreciação do Ministério Público os estatutos que servirão de supedâneo para o desenvolvimento de tal fundação, com a finalidade de serem avaliadas as bases e a suficiência dos bens a que ela se destina, tudo de conformidade com os artigos 1.199 e seguintes do Código de Processo Civil.

N. termos, no aguardo da aprovação necessária  
P. Deferimento  
Jaboticabal, 01 de Fevereiro de 2002.

  
JOSE ROBERTO SCANDELA

...EFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 06 FEB 2002  
  
Mirela Andréa Alves Ficher Senô  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-8

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JABOTICABAL
RECEBI EM 01/02/02
Publicado 02-15/2002

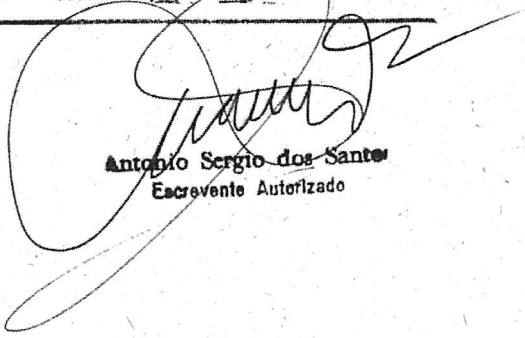
  
Mirela Andréa Alves Ficher Senô  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-8



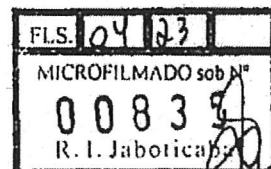
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

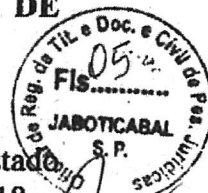
  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado





F105

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS SOCIAIS E ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO CURADOR E DA DIRETORIA EXECUTIVA, REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2002.**



Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2002, nesta cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na sede social da entidade, sita na Avenida General Osório, 218 - Centro, reuniram-se, em Assembléia Geral, os Senhores **JOSÉ ROBERTO SCANDELA**, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, **ELZA TEZZEI SCANDELA**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00, **GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 - Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50, **POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 - Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20, **AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.065.708-SSP/MG e CPF/MF nº 122.946.406-91 e **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49, com o fim específico de proceder à constituição da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, aprovar seus Estatutos Sociais e eleger os membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Roberto Scandela, que convidou a mim, Elza Tezzei Scandela, para secretária. Dando início aos trabalhos, o Sr. José Roberto Scandela pediu a palavra e esclareceu aos presentes da necessidade da constituição de uma fundação para pleitear, junto ao Ministério das Comunicações a execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), de caráter educativo, no município de Jaboticabal, Estado de São Paulo, uma vez que o artigo 14

Jaboticabal,

06 DEV 2002

Mirela Andréa Alves Ficher, Sena  
Oficial de Promotoria  
O.C. 17.616.991.9

d.1



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP  
Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia  
Jaboticabal, 24 JAN 2012

Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



Comunicações DRDRMC-01-SP  
Fls. 09  
Rubrica

FLS. 05 23  
MICROFILMADO sob nº  
008350  
R. I. Jaboticabal

FL. 06

do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações) assim exige. Para tanto, transcrevemos o mencionado dispositivo legal, "in verbis": **"artigo 14 - Somente poderão executar serviço de televisão educativa: a) a União; b) os Estados, Territórios e Municípios; c) as Universidades Brasileiras; d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações"**. Dando continuidade aos trabalhos, e uma vez demonstrada necessidade de criação e constituição de uma fundação de direito privado para o pleito em questão, o Sr. Presidente determinou à mim, secretária, que procedesse à leitura dos Estatutos Sociais da entidade, que denominar-se-á **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, que depois de discutido pela assembléia, foi por todos aprovado, sendo transcrito, na íntegra, ao final da presente ata. Ato contínuo, e em prosseguimento à ordem do dia, o Senhor Presidente, em obediência aos termos dos artigos 9º e 12º dos Estatutos Sociais, procedeu à eleição dos membros do Conselho Curador, que por sua vez, elegeu os membros da Diretoria Executiva, que ficaram assim constituídos: **CONSELHO CURADOR**, para o primeiro mandato, a se iniciar nesta data: **JOSÉ ROBERTO SCANDELAI**, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, designado **Presidente**; **AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.065.708-SSP/MG e CPF/MF nº 122.946.406-91, **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49 e **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 - Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50. Ficam, neste ato, nomeados pelo Conselho Curador, para comporem a Diretoria Executiva para o primeiro mandato, a se iniciar com a publicação, em Diário Oficial da União, do Decreto de concessão para execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, de caráter educativo, na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, os seguintes membros: **Diretor Presidente: JOSÉ ROBERTO SCANDELAI**, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, **Diretor Vice Presidente: GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de

Se Tit. e Doc. e Civil de Res. Judiciais  
Fls. 06  
JABOTICABAL S.P.

02

Jaboticabal, 06 FEV 2002

2 Sena

Mirela Andréa Alves Ficher Seno  
Oficial de Promotoria  
R.C. 17 616 293-8

Dr. N.

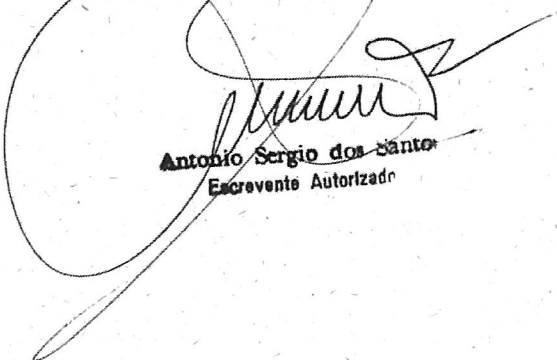
Handwritten signatures and initials.



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia.*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivão Autorizado



Comunicações DRDRMC-01-SPM  
Fls. 10  
R. I. Jaboticabal

FLS. 00 23  
MICROFILMADO sob nº  
008350  
R. I. Jaboticabal

Fls. 01  
JABOTICABAL S. P.  
TIT. e Doc. e Civil de P. e J.

Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, **Diretor Administrativo: ELZA TEZZEI SCANDELA**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00, e **Diretor Comercial: POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 - Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20. Finalizando, o Senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dela quizesse fazer uso, e como não houvesse manifestação, agradeceu a presença de todos, declarando constituída a **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, dando posse aos eleitos, esclarecendo, que os Estatutos Sociais, após prévia e adrede autorização do Ministério Público, seriam registrados no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Jaboticabal, determinando a mim, Secretária, a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes. Jaboticabal, 29 de janeiro de 2002. ass.) José Roberto Scandelai; Elza Tezzei Scandelai; Gustavo Roberto Tezzei Scandelai; Regiane Esméria Alves Eleutério; Poliana Barbosa Taliberti; Augusto Lopes e Mário Fernando Berlingieri.

**JOSE ROBERTO SCANDELA**  
Presidente

**ELZA TEZZEI SCANDELA**  
Secretária

**GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA**

**REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**

**POLIANA BARBOSA TALIBERTI**

**AUGUSTO LOPES**

**MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**

03

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 06 Fev 2002

Mirela Andréa Alves Ficher Senô  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-8





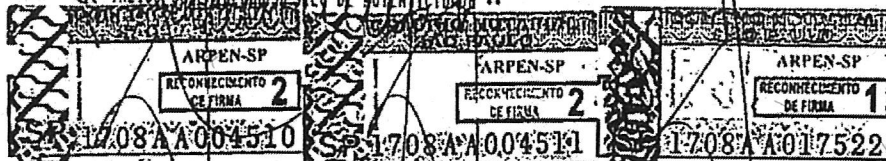
1.º Tabelião de Notas e Protesto de Jaboticabal - SP.  
e-mail: tabeliao@esbyta.com.br - Tabelião: UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES  
Rua Barão do Rio Branco 564 - Centro - Cx. P. 61 - CEP 14.870-330 - Jaboticabal - SP - Tel/Fax: (18) 3202-0584

RECONHEÇO, por semelhança a(s) firma(s) de JOSE ROBERTO  
SCANDELAI, GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI, REGIANE ESHERIA  
ALVES ELEUTERIO, POLIANA BARBOSA TALIBERTI, AUGUSTO LOPES.

Dou, fe. Em testemunho da verdade.  
JABOTICABAL, 31 de janeiro de 2002. SEG.: 0056/31012002-5

CARLOS HENRIQUE FINANCEI - Escr. : R\$ 9,50

VALOR DO SOBRADO EM R\$ 10,00 DE AUTENTICIDADE



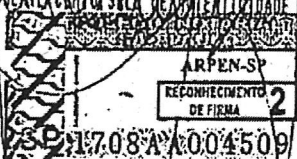
1.º Tabelião de Notas e Protesto de Jaboticabal - SP.  
e-mail: tabeliao@esbyta.com.br - Tabelião: UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES  
Rua Barão do Rio Branco 564 - Centro - Cx. P. 61 - CEP 14.870-330 - Jaboticabal - SP - Tel/Fax: (18) 3202-0584

RECONHEÇO, por semelhança a(s) firma(s) de MARIO FERNANDO  
BERLINGIERI, ELZA TEZZEI SCANDELAI.

Dou, fe. Em testemunho da verdade.  
JABOTICABAL, 31 de janeiro de 2002. SEG.: 0057/31012002-0

CARLOS HENRIQUE FINANCEI - Escr. : R\$ 8,80

VALOR DO SOBRADO EM R\$ 10,00 DE AUTENTICIDADE



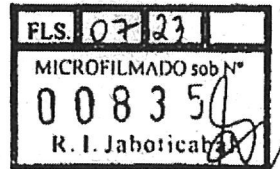
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP

Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia

Jaboticabal, 27 JAN 2012

Antônio Sérgio dos Santos  
Escrivente Autorizado





## FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

### ESTATUTOS SOCIAIS

#### CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO - SEDE - DURAÇÃO - FINS E PRINCÍPIOS - FÔRO

##### ARTIGO 1º

A FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA é uma entidade jurídica de direito privado com finalidades cultural e educacional, sem fins lucrativos, e regida por este estatuto e pelas leis a ele aplicáveis.



##### ARTIGO 2º

São instituidores da FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, os seguintes membros: **JOSÉ ROBERTO SCANDELAI**, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, **ELZA TEZZEI SCANDELAI**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00, **GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 - Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50, **POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 - Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20, **AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº

04

CONFERE COM A ORIGINAL

Jaboticabal, 06 FEV 2002

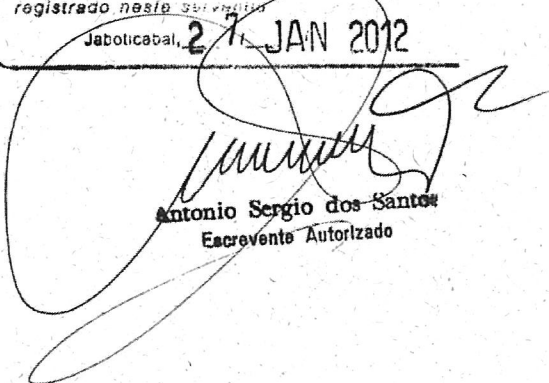
Mirela Andréa Alves Ficher Send  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-8



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, a reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado neste cartório.*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



1.065.708-SSP/MG e CPF/MF nº 122.946.406-91 e **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49.

### ARTIGO 3º

O prazo de duração é indeterminado.

### PARÁGRAFO ÚNICO

Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio será destinado à entidade cultural, sem fins lucrativos, a ser indicada pelo seu órgão deliberativo.

### ARTIGO 4º

A **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, terá por fôro a Comarca de Jaboticabal, Estado de São Paulo, sendo sua sede na Avenida General Osório, 218 – Centro, podendo abrir e manter escritórios e representações em quaisquer localidades do território nacional.

## CAPÍTULO II - FINALIDADES

### ARTIGO 5º

Constitui finalidade da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**:

- a) A criação, manutenção e administração de atividades e programas de serviços à cultura e à educação, através da execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada e de radiodifusão de sons e imagens (televisão), ambos de caráter eminentemente educativos;

05

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 06/FEV 2002

Mirela Anderson Alves Fischer Seno  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-8

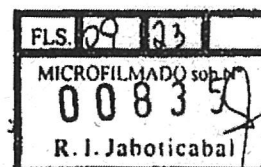


OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.  
Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta seção.

Jaboticabal, 27 JAN 2012

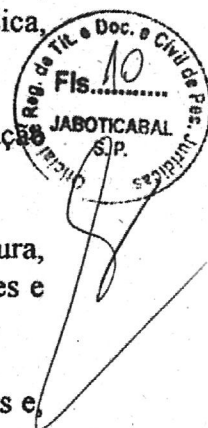
Antonio Sergio dos Santos  
- sacramento autorizado





Fls. 10

- b) O ensino em seus vários graus; a pesquisa científica e histórica; a assistência social, especialmente aos mais necessitados; o trabalho cultural; a formação cívica, física, familiar, social, moral e religiosa por todos os meios e modos ao seu alcance.
- c) promover iniciativas e campanhas de cunho social-benéficas com a colaboração de entidades de programação e assistência social;
- d) fundar, manter e/ou administrar entidades, obras de serviço, centros de cultura, museus, bibliotecas e centros de lazer, incentivando a expansão da cultura, artes e educação;
- e) incentivar a associação de creches, bem como cursos e escolas de todos os graus e, ainda, instituir e conceder bolsas de estudos e estágios;
- f) instituir cursos de formação profissional nas diversas áreas da radiodifusão, utilizando-se das instalações da Fundação;
- g) patrocinar e divulgar eventos culturais, como exposições, festivais de artes, espetáculos teatrais, de dança, de música, de ópera, de circo e atividades congêneres, visando sempre a manutenção dos valores culturais da região;
- h) preservar o folclore e as tradições populares da região, bem como patrocinar os espetáculos folclóricos sem fins lucrativos;
- i) estabelecer contatos com emissoras de radiodifusão com o propósito de produzir programas culturais informativos e educativos;
- j) imprimir revistas, livros e jornais para o apoio e divulgação de suas atividades;
- k) estimular e apoiar pesquisas, planos e projetos em todas as áreas de conhecimento e da cultura;
- l) prestar serviços a terceiros, sempre tendo em vista os objetivos e finalidades da Fundação;
- m) produzir, vender e distribuir livros, cadernos, revistas, monografias, filmes, vídeo a audio-cassetes, discos e teses que versem sobre a cultura, educação, desporto e ação comunitária;



06

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 06 DEV 2002  
2 Seno

Mirela Andréa Alves Ficher Seno  
Oficial de Prometoria  
R.G. 17 616 293-8

Bin:



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado neste cartório.*

Jaboticabal, \_\_\_\_\_

27 JAN 2012

  
**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrivente Autorizado



Comunicações D.R.D.R.M.C. - J. S. P.  
Fls. 14  
Rubrica

FLS. 10 13  
MICROFILMADO sob nº  
0083  
R. I. Jaboticabal

FL-14

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

O serviço de radiodifusão será executado sem finalidade comercial, isto é, com fins exclusivamente educativos e culturais.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

Qualquer alteração estatutária dependerá, para sua validade, de prévia autorização do Poder Concedente, com anuência do Ministério Público.

Ofício de Reg. de Tit. e Doc. e Civil de P. S. P.  
Fls. ....  
JABOTICABAL  
S. P.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

A investidura nos cargos de administração da Fundação, somente se fará através de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e após haverem sido aprovados pelos órgãos competentes do Ministério das Comunicações, com anuência do Ministério Público.

## PARÁGRAFO QUARTO

Será mantida à disposição do MEC, a programação produzida para fins de veiculação em emissoras educativas de outros municípios, Estados, Territórios e da União.

## PARÁGRAFO QUINTO

Será permitido, a qualquer tempo, a estabelecimentos de ensino superior do município e de municípios limitados pelo alcance da emissora, sua participação na programação, mediante convênio ou acôrdo a ser firmado entre as partes.

CONFERE COM A ORIGINAL

Jaboticabal, 06 FEV 2002

07

Mirella Andréa Alves Fischer Senô  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-8

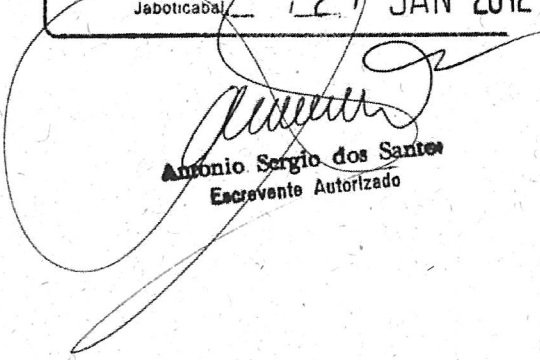
*[Handwritten signatures and initials]*



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

Certifico que a presente cópia, a reprodução  
autêntica do documento original arquivado e  
registrado nesta serventia

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



## PARÁGRAFO SEXTO

Após sua investidura na condição de concessionária e ou permissionária de serviços de radiodifusão de caráter educativo, será constituído um Conselho de Programação, composto de um mínimo de três e um máximo de dez integrantes, escolhido pelo Conselho Curador, dentre pessoas com notórios conhecimentos na área educacional e artística, encarregado de analisar o conteúdo pedagógico e a forma dos programas a serem veiculados e representantes de entidades de destaque no seio da comunidade.

## CAPÍTULO III - DOS RECURSOS E DO PATRIMÔNIO

### ARTIGO 6º

O patrimônio da Fundação será constituído da seguinte forma:

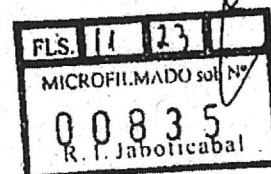
- a) pelas doações, auxílios e subvenções que venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estado ou Município e quaisquer outras pessoas jurídicas, Entidades Públicas ou Particulares do País ou do Exterior;
- b) pelos bens de direito que forem doados por outras pessoas físicas, Jurídicas, Entidades Públicas que desejam colaborar com a Fundação para atingir os seus objetivos;
- c) pelos bens móveis ou imóveis que venham a ser adquiridos com doação, compra, cessão, legados ou qualquer outro modo;
- d) pelas rendas e juros resultantes de depósitos bancários;
- e) pelas rendas resultantes de suas atividades em radiodifusão (DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO), de edições, direitos autorais e eventuais serviços de impressão (DEPARTAMENTO EDITORIAL) e pela prestação de serviços ou fornecimento de bens (DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS) e outras rendas eventuais;

08

CONFERE COM A ORIGINAL

Jaboticabal, 06 FEV 2002

Mirela Andréa Alves Ficher Seno  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-8

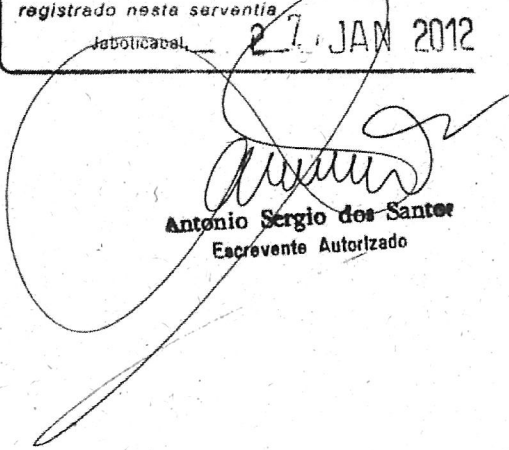




OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, a reprodução  
autêntica do documento original arquivado e  
registrado nesta serventia.*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



- f) pelos saldos de exercícios anteriores transferidos para a conta patrimonial;
- g) pela dotação inicial de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), integralizado em moeda corrente nacional, pelos seus instituidores.

## CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

### ARTIGO 7º

A FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, será administrada por um Conselho Curador e por uma Diretoria Executiva constituídos na forma dos artigos 9º e 12º destes Estatutos.

### ARTIGO 8º

Os membros do Conselho Curador e da Diretoria exercerão suas funções gratuitamente, vedada a percepção de vantagens a qualquer título, e responderão, subsidiariamente pelas obrigações sociais da Fundação.

### ARTIGO 9º

O Conselho Curador será constituído por um mínimo de 3 (três) e um máximo de 5 (cinco) membros, eleitos em assembléia geral em primeira gestão, com mandato de 2 (dois) anos, facultada a reeleição.

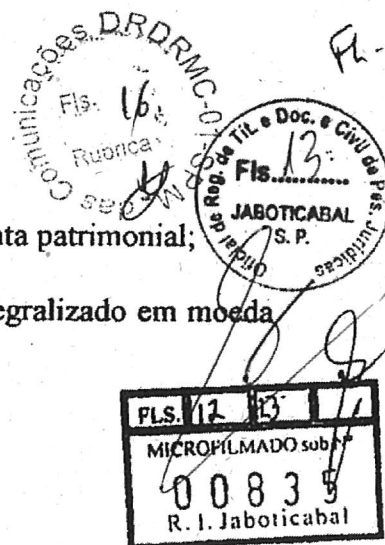
### PARÁGRAFO ÚNICO

Um dos membros do Conselho Curador será nomeado Presidente pelos Instituidores, sendo que os demais serão eleitos por assembléia, convocada pelo Presidente, tendo como "quorum" os membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva.

09

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 06, FEV 2002

Mirela Andréa Alves Ficher Seno  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-8



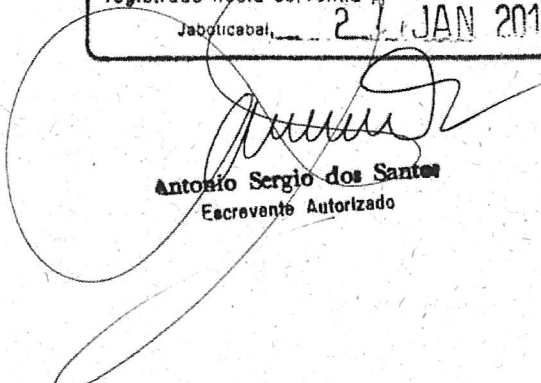


OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
**COMARCA DE JABOTICABAL - SP**

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, \_\_\_\_\_

27 JAN 2012

  
**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrivente Autorizado



## ARTIGO 10º

O Conselho Curador, que deliberará por maioria, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, em data previamente marcada pelo seu Presidente, e, extraordinariamente, sempre que necessário, também por convocação de seu Presidente.

## PARÁGRAFO ÚNICO

A convocação a que se refere o "caput" deste artigo, far-se-á com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, mediante convocação escrita.

## ARTIGO 11º

Compete ao Conselho Curador: I - Nomear e destituir os membros da Diretoria Executiva; II - Aprovar a previsão orçamentaria e programa de ação anual proposta pela Diretoria; III - Aprovar as prestações de contas e os relatórios anuais da Diretoria Executiva; IV - Alterar o presente Estatuto Social, ouvindo previamente o Ministério Público e o Poder Concedente; V - Deliberar sobre a alienação de bens patrimoniais da Fundação, ouvindo adremente o Ministério Público; VI - Obter os recursos complementares de que a Fundação necessitar para a melhor consecução de seus fins; VII - Estabelecer diretrizes de atuação para a Diretoria Executiva; VIII - Baixar seu regulamento interno e outros atos normativos.

## ARTIGO 12º

A Diretoria Executiva será constituída de 4 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho Curador, com mandato de 02 (dois) anos, facultada a reeleição e composta dos seguintes cargos: Diretor Presidente, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Comercial.

## ARTIGO 13º

São atribuições da Diretoria: I - Administrar a Fundação, obedecidas as diretrizes fixadas pelo Conselho Curador; II - Submeter ao Conselho Curador proposta para o orçamento e plano de ação anual da Fundação, bem como as prestações de contas e relatórios anuais da Diretoria.

10

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 06 FEB 2002

Mirela Andréa Alves Fliche Sand  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-0

Comunicações RRDRMC-U-SM  
Fis. 17  
Rubrica

FLS. 13 23  
MICROFILMADO sob N°  
00835  
R. I. Jaboticabal

Reg. de Tr. e Doc. e Civil de Pes.  
Fis. 14  
JABOTICABAL  
S.P.

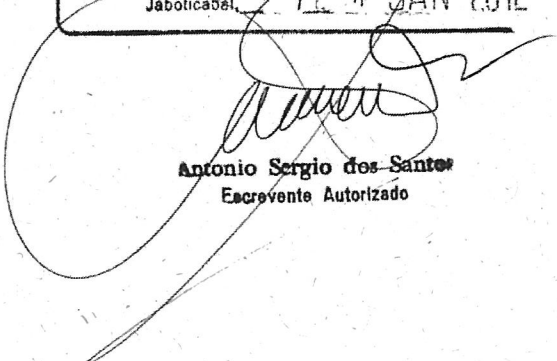


OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, a reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

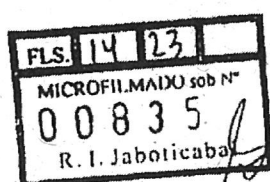
Jaboticabal, \_\_\_\_\_

12 7 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



FL 15



## PARÁGRAFO ÚNICO

A Fundação far-se-à representar, validamente, quer no âmbito extrajudicial, quer no âmbito judicial, mediante a assinatura individual do Diretor Presidente ou em sua falta pelas assinaturas conjuntas de dois diretores.

## ARTIGO 14º

Compete aos Diretores: I - A representação judicial da Fundação; II - Nomear e demitir funcionários da Fundação; III - Convocar reuniões extraordinárias do Conselho Curador, sempre que o exigirem os interesses da Fundação; IV - Organizar e manter a escrituração do movimento econômico - financeiro da Fundação; V - Elaborar a proposta orçamentária; VI - Movimentar contas bancárias; VII - Ter sob sua guarda todos os livros e documentos relativos à Fundação; VIII - Zelar pelo patrimônio da Fundação; IX - Praticar todos os demais atos necessários ao perfeito exercício de suas funções.



## PARÁGRAFO ÚNICO

A Diretoria poderá outorgar procuração para fins específicos, desde que referidos procuradores sejam previamente aprovados pelo Ministério das Comunicações.

## ARTIGO 15º

Das reuniões dos órgãos colegiados da Fundação, serão sempre lavradas atas a serem registradas em cartório competente, quando necessário.

## CAPÍTULO V - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

## ARTIGO 16º

O exercício Financeiro coincidirá com o ano civil

11

CONFERE COM A ORIGINAL

Jaboticabal, 06 FEV 2002

*2* *Senô*

Mirela Andréa Alves Fischer Senô  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-8

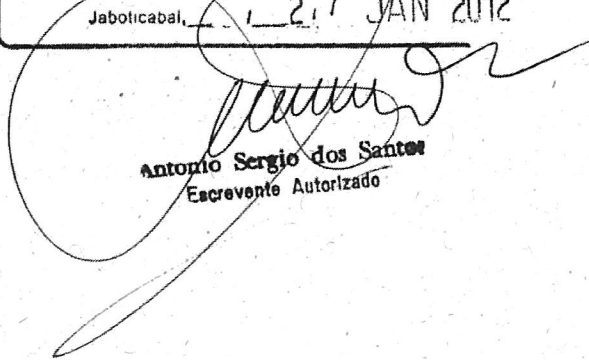
*[Handwritten signatures and initials]*



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
**COMARCA DE JABOTICABAL - SP**

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal,   1     27   JAN 2012

  
**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrevente Autorizado



Comunicações DRDRMC-01  
Fls. 19

FL. 16

FLS. 15 23  
MICROFILMADO sob Nº  
00835  
R. I. Jaboticabal

## ARTIGO 17º

O balanço patrimonial e demais despesas de auditoria que o Ministério Público determinar se façam necessárias, deverão ser encaminhadas ao Ministério Público até 31 de março de cada ano, para conhecimento.

## PARÁGRAFO ÚNICO

A Fundação arcará com as despesas de auditoria que o Ministério Público determinar se faça para exame das contas apresentadas, sendo liberados ao Ministério Público e ao auditor todos os documentos necessários da Fundação.

Oficial de Reg. de Tit. e Doc. e Civil do P.M.  
Fls. 16  
JABOTICABAL  
S. P.

## CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

## ARTIGO 18º

A Fundação extinguir-se-á: a) pela impossibilidade de se manter; b) pela inexecutabilidade de seus fins.

## ARTIGO 19º

Os casos omissos nestes Estatutos, serão dirimidos pelo Conselho Curador.

## ARTIGO 20º

Fica vedado aos administradores conceder aval ou fiança em nome da Fundação, fora os casos de estrito interesse da entidade.

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 06/FEV 2002

Mirela Andréa Alves Ficher Senô  
Oficial de Promotoria  
R.C. 17 616 193-8

*[Handwritten signatures and initials]*



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP  
Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia  
Jaboticabal, 27, JAN 2012

Antonio Sérgio dos Santos  
Escrivente Autorizado



**ARTIGO 21º**

Os bens e direitos da Fundação somente poderão ser utilizados na realização dos objetivos previstos no Estatuto, vedada qualquer outra utilização.

**ARTIGO 22º**

A alienação de bens e direitos, a aceitação de doações com encargos, serão efetivados após prévia aprovação do Ministério Público.

**ARTIGO 23º**

A Fundação não distribuirá lucros, bonificação ou vantagens aos componentes dos seus órgãos estatutários.

**ARTIGO 24º**

Os empregados da Fundação serão contratados no Regime da Consolidação da Leis do Trabalho - C.L.T.

**ARTIGO 25º**

A Fundação é obrigada a submeter ao Ministério Público, no prazo de quinze dias, quaisquer alterações dos seus Estatutos, que só entrarão em vigor após aprovação pelo Ministério das Comunicações e pelo órgão federal próprio para assuntos educacionais.

**ARTIGO 26º**

Os objetivos da Fundação atenderão e se submeterão à orientação emanada do Ministério da Educação.

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 06 FEV 2002

Mirnela Andréa Alves Ficher Senó  
Oficial de Promotoria  
R.O. 17 616 293-0

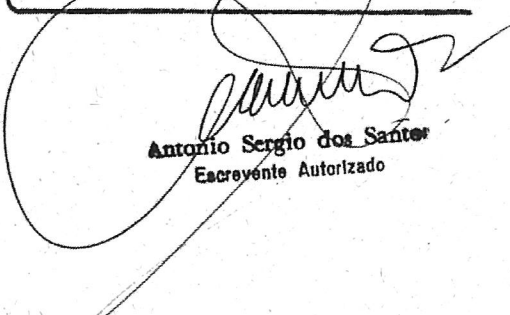


OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
**COMARCA DE JABOTICABAL - SP.**

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, \_\_\_\_\_

27 JAN 2012

  
**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrivente Autorizado



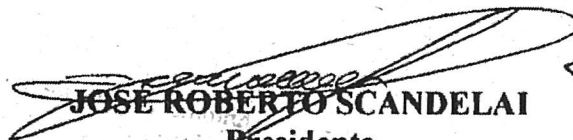
**ARTIGO 27º**

Os casos omissos nestes estatutos sociais, serão resolvidos pelo Presidente do Conselho Curador.

**ARTIGO 28º**

O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Jaboticabal.

Jaboticabal, 22 de Janeiro de 2002.

  
**JOSE ROBERTO SCANDELA**  
Presidente

1º TABELIAO

  
**ELZA TEZZEI SCANDELA**  
Secretária

1.º Tabelião de Notas e Protesto de Jaboticabal - SP.  
e-mail: 1tabeliao@asbyre.com.br - Tabelião: UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES  
Rua Barão do Rio Branco 154 - Centro - Cx. P. 61 - CEP 14.870-330 - Tel/Fax: (16) 3202-0554

RECONHEÇO, por semelhança a(s) firma(s) de **JOSE ROBERTO SCANDELA**, **ELZA TEZZEI SCANDELA**.

JABOTICABAL, 31 de janeiro de 2002. SEG.: 006031012002-1

CARLOS HENRIQUE FINANCEIRO - Escr. 1.º de 1.º

\*\* VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE \*\*



CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal 06/01/2002

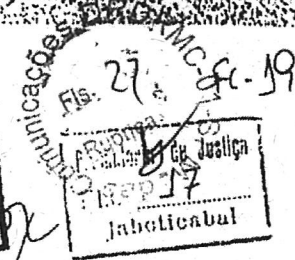
Mirela Andrén Alves Figueira Seno  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 29318



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E TÍTULOS DE PESSOAS JURÍDICAS  
C\$ 1.000,00 (um mil reais)  
Certifico que a presente escritura foi lida e reproduzida  
autenticamente de acordo com o original arquivado e  
registrado neste sistema em 21/7 JAN 2012  
Jaconópolis

Antonio Sérgio dos Santos  
Escritor Autorizado





## CONCLUSÃO

Em 05 de fevereiro de 2002, faço  
conclusos os presentes autos ao Dr. LUIS  
HENRIQUE PACCAGNELLA, Promotor de  
Justiça  
Eu, *D* Of. de Promotoria, subscrevi.

Cls.

Com fundamento no art. 1.201 do C.P.C.,  
uma vez formalmente em ordem a documentação apresen-  
tada, aprovo o estatuto da "Fundação Jaboticabal de  
de Radiodifusão Educativa".

Extraiam-se cópias autenticadas de todo o  
processado e entregue-se ao instituidor, mediante recibo  
nos autos.

Após, cls  
Jaboticabal, d.s.

*[Signature]*  
LUIS HENRIQUE PACCAGNELLA  
Promotor de Justiça

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 06.FEV.2002

*[Signature]*  
Mircea Andréa Alves Fischer Sena  
Oficial de Promotoria  
R.C. 17 616 293-B



DATA

Em 06 de Junho de 2002  
recebi estes autos.  
Eu, P. Oficial de Prom. subsc.

Mirela Andréa Alves Fischer Senô  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17.616.293-0

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica do documento original arquivado e  
registrado nesta comarca.

Jaboticabal,

27 JAN 2012

Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado

CONFERE COM A ORIGINAL

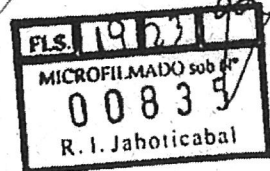
Jaboticabal,

06 FEV 2002

Senô

Mirela Andréa Alves Fischer Senô  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17.616.293-0





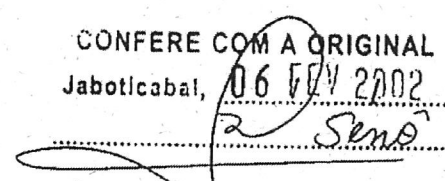
RECIBO

Recebi cópias autenticadas integrais do Protocolo nº 02-15/2.002, tendo como Interessado: Associação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa e Assunto: Pedido de aprovação de estatuto de fundação.

Jaboticabal, 06 de fevereiro de 2.002.

  
JOSE ROBERTO SCANDELA  
Presidente Conselho Curador

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 06 FEB 2002

  
Mircela Andréa Alves Ficher Seno  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-0



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CÍVEL DE PESSOAS JURÍDICAS  
GRANDE DE JABOTICABAL - SP  
Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de acordo com o original, e arquivado e  
registrado nesta cartório em 27 JAN 2012

Antonio Sérgio dos Santos  
Escritório Autorizado



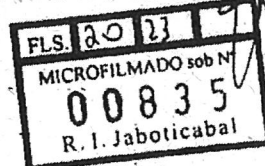


FL-21

1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE JABOTICABAL-SP  
*Ubiratan Pereira Guimarães*

TABELIÃO

Livro n.º 0321 \* Páginas 100/107 \* 3º Traslado



**ESCRITURA PÚBLICA DE INSTITUIÇÃO DE FUNDAÇÃO DE  
DIREITO PRIVADO COM DOTAÇÃO DE DINHEIRO**

**"FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIOFUSÃO EDUCATIVA"**



**SAIBAM QUANTOS** esta pública escritura virem que aos treze (13) dias do mês de fevereiro, do ano dois mil e dois (2.002), da Era Cristã, nesta cidade e comarca de Jaboticabal, Estado de São Paulo, no cartório do 1º Tabelião de Notas, perante mim Substituto e o Tabelião, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber:

**OUTORGANTES DOTADORES INSTITUIDORES**

**JOSÉ ROBERTO SCANDELA**, RG. 5.448.149-SSP/SP, CPF/MF. n.º 742.687.678-00, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado nesta cidade, na alameda Guilherme Morello n.º 151, bairro Jardim São Marcos; **ELZA TEZZEI SCANDELA**, RG. 5.202.379-SSP/SP, CPF/MF. 833.679.008-00, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada nesta cidade, na alameda Guilherme Morello n.º 151, bairro Jardim São Marcos; **GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA**, RG. 33.677.963-X-SSP/SP, CPF/MF. 281.317.538-24, brasileiro, maior, solteiro, estudante, residente e domiciliado nesta cidade, na alameda Guilherme Morello n.º 151, bairro Jardim São Marcos; **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, RG. 18.858.528-X-SSP/SP, CPF/MF. 138.558.948-50, brasileira, maior, solteira, jornalista, residente e domiciliada nesta cidade, na rua Nazário Kenan n.º 21 - Cohab II; **POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, RG. 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF n.º 259.288.748-20, brasileira, maior, solteira, jornalista, residente e domiciliada nesta cidade, na praça Dom Assis n.º 130, bairro Centro; **AUGUSTO LOPES**, RG. 1.065.708-SSP/MG, CPF/MF. 122.946.406-91, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade, na rua Floriano Peixoto n.º 259, bairro Centro; e **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, RG. 4.191.456-9-SSP/SP, CPF/MF. 442.589.768-49, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade, na avenida Arthur Verri n.º 52, bairro Nova Jaboticabal.

**CURADOR DAS FUNDAÇÕES**

**DOUTOR LUÍS HENRIQUE PACCAGNELLA**, RG. 17.614.201-SSP/SP., CPF/MF. 098.755.998-24, Registro da Procuradora Geral da Justiça n.º 02051, brasileiro, promotor de justiça e curador das fundações da comarca de Jaboticabal, separado judicialmente, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Francisco Ferrari, 55, Apartamento 105-B, Nova Jaboticabal.





02/07

Os presentes reconhecidos pelos próprios de quem tratamos, do que damos fé. Sendo aí, pelas partes contratantes me foi declarado o seguinte:

**DATA DOTAÇÃO DE DINHEIRO**

I - Os **OUTORGANTES**, já devidamente qualificados, de conformidade com o que lhes facultam os artigos 24 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei Federal 3.071, de 1º de janeiro de 1.916), de comum e mútuo acordo, decidiram instituir uma fundação de direito privado, para o que estabelecem as seguintes condições: **Primeira:** Neste ato destinam em boa moeda corrente nacional a importância de R\$30.000,00 (trinta mil reais), como dotação para a finalidade especial de constituir o patrimônio da Fundação que será denominada *Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa*. **Segunda:** Referida Fundação terá por objeto a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão), de caráter educativo e cultural, sem finalidade comercial, no município de Jaboticabal, Estado de São Paulo, de conformidade com a legislação de telecomunicações e mediante fiscalização legal do competente representante do Ministério Público desta comarca de Jaboticabal. II - Assim, desde já, em caráter irreversível, os *Outorgantes* transferem, como de fato e na verdade transferido têm, à *Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa*, de forma gratuita a importância em dinheiro aludida, para que a mesma inicie suas atividades.

**DA INSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO**

III - Feita a competente dotação, os **OUTORGANTES**, através da presente escritura e na melhor forma de direito, instituem como de fato e na verdade instituído, têm a *Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa*, que reger-se-á pelas seguintes disposições estatutárias:

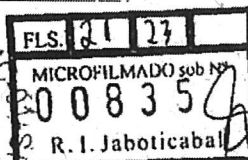
**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA.**

**ESTATUTOS SOCIAIS**

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO - SEDE - DURAÇÃO - FINS E PRINCÍPIOS - FORO - ARTIGO 1º - A FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA** é uma entidade jurídica de direito privado com finalidades cultural e educacional, sem fins lucrativos, e regida por este estatuto e pelas leis a ele aplicáveis.

**ARTIGO 2º -** São instituidores da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, os seguintes membros: **JOSÉ ROBERTO SCANDELA**, RG. 5.448.149-SSP/SP, CPF/MF. n.º 742.687.678-00, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado nesta cidade, na alameda Guilherme Morello n.º 151, bairro Jardim São Marcos; **ELZA TEZZEI SCANDELA**, RG. 5.202.379-SSP/SP, CPF/MF. 833.679.008-00, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada nesta cidade, na alameda Guilherme Morello n.º 151, bairro Jardim São Marcos; **GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA**, RG. 33.677.963-X-SSP/SP, CPF/MF. número 281.317.538-24, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado nesta cidade, na alameda Guilherme Morello n.º 151, bairro Jardim São Marcos,





1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE JABOTICABAL-SP  
*Ubiratan Pereira Guimarães*  
TABELIÃO

Fl. 22

03/07  
**REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, RG. 18.858.528-X-SSP/SP, CPF/MF. 138.558.948-50, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada nesta cidade, na rua Nazário Kenan n.º 21 - Cohab II; **POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, RG. 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF n.º 259.288.748-20 brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada nesta cidade, na praça Dom Assis n.º 130, bairro Centro; **AUGUSTO LOPES**, RG. 1.065.708-SSP/MG, CPF/MF. 122.946.406-91, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade, na rua Floriano Peixoto n.º 259, bairro Centro; e **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, RG. 4.191.456-9-SSP/SP, CPF/MF. 442.589.768-49, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade, na avenida Arthur Verri n.º 52, bairro Nova Jaboticabal. **ARTIGO 3º** - O prazo de duração é indeterminado. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio será destinado à entidade cultural, sem fins lucrativos, a ser indicada pelo seu órgão deliberativo. **ARTIGO 4º** - A **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, terá por foro a Comarca de Jaboticabal, Estado de São Paulo, sendo sua sede na Avenida General Osório, 218 - Centro, podendo abrir e manter escritórios e representações em quaisquer localidades do território nacional.

**CAPÍTULO II - FINALIDADES - ARTIGO 5º** - Constitui finalidade da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**: a) A criação, manutenção e administração de atividades e programas de serviços à cultura e à educação, através da execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada e de radiodifusão de sons e imagens (televisão), ambos de caráter eminentemente educativos; b) O ensino em seus vários graus; a pesquisa científica e histórica; a assistência social, especialmente aos mais necessitados; o trabalho cultural; a formação cívica, física, familiar, social, moral e religiosa por todos os meios e modos ao seu alcance; c) promover iniciativas e campanhas de cunho social-beneficentes com a colaboração de entidades de programação e assistência social; d) fundar, manter e/ou administrar entidades, obras de serviço, centros de cultura, museus, bibliotecas e centros de lazer, incentivando a expansão da cultura, artes e educação; e) incentivar a associação de creches, bem como cursos e escolas de todos os graus e, ainda, instituir e conceder bolsas de estudos e estágios; f) instituir cursos de formação profissional nas diversas áreas da radiodifusão, utilizando-se das instalações da Fundação; g) patrocinar e divulgar eventos culturais, como exposições, festivais de artes, espetáculos teatrais, de dança, de música, de ópera, de circo e atividades congêneres, visando sempre a manutenção dos valores culturais da região; h) preservar o folclore e as tradições populares da região, bem como patrocinar os espetáculos folclóricos sem fins lucrativos; i) estabelecer contatos com emissoras de radiodifusão com o propósito de produzir programas culturais informativos e educativos; j) imprimir revistas, livros e jornais para o apoio e divulgação de suas atividades; k)



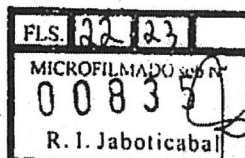
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.  
Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica do documento original arquivado e  
registrado neste selo em  
Jaboticabal, 2, 1 JAN 2012

Antônio Sérgio dos Santos  
Escritário Autorizado

04/07  
estimular e apoiar pesquisas, planos e projetos em todas as áreas de conhecimento e da cultura; **l)** prestar serviços a terceiros, sempre tendo em vista os objetivos e finalidades da Fundação; **m)** produzir, vender e distribuir livros, cadernos, revistas, monografias, filmes, vídeo a audio-cassetes, discos e teses que versem sobre a cultura, educação, desporto e ação comunitária. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O serviço de radiodifusão será executado sem finalidade comercial, isto é, com fins exclusivamente educativos e culturais. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Qualquer alteração estatutária dependerá, para sua validade, de prévia autorização do Poder Concedente, com anuência do Ministério Público. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - A investidura nos cargos de administração da Fundação, somente se fará através de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e após haverem sido aprovados pelos órgãos competentes do Ministério das Comunicações, com anuência do Ministério Público. **PARÁGRAFO QUARTO** - Será mantida à disposição do MEC, a programação produzida para fins de veiculação em emissoras educativas de outros municípios, Estados, Territórios e da União. **PARÁGRAFO QUINTO** - Será permitido, a qualquer tempo, a estabelecimentos de ensino superior do município e de municípios limitados pelo alcance da emissora, sua participação na programação, mediante convênio ou acordo a ser firmado entre as partes. **PARÁGRAFO SEXTO** - Após sua investidura na condição de concessionária e ou permissionária de serviços de radiodifusão de caráter educativo, será constituído um Conselho de Programação, composto de um mínimo de três e um máximo de dez integrantes, escolhido pelo Conselho Curador, dentre pessoas com notórios conhecimentos na área educacional e artística, encarregado de analisar o conteúdo pedagógico e a forma dos programas a serem veiculados e representantes de entidades de destaque no seio da comunidade.

**CAPÍTULO III - DOS RECURSOS E DO PATRIMÔNIO - ARTIGO 6º** - O patrimônio da Fundação será constituído da seguinte forma: **a)** pelas doações, auxílios e subvenções que venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estado ou Município e quaisquer outras pessoas jurídicas, Entidades Públicas ou Particulares do País ou do Exterior; **b)** pelos bens de direito que forem doados por outras pessoas físicas, Jurídicas, Entidades Públicas que desejam colaborar com a Fundação para atingir os seus objetivos; **c)** pelos bens móveis ou imóveis que venham a ser adquiridos com doação, compra, cessão, legados ou qualquer outro modo; **d)** pelas rendas e juros resultantes de depósitos bancários; **e)** pelas rendas resultantes de suas atividades em radiodifusão (DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO), de edições, direitos autorais e eventuais serviços de impressão (DEPARTAMENTO EDITORIAL) e pela prestação de serviços ou fornecimento de bens (DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS) e outras rendas eventuais; **f)** pelos saldos de exercícios anteriores transferidos para a conta patrimonial; **g)** pela dotação inicial de





1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE JABOTICABAL-SP

Ubiratan Pereira Guimarães

TABELIÃO

Fl. 23

05/07  
R\$30.000,00 (trinta mil reais), integralizado em moeda corrente nacional, pelos seus instituidores.

**CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO - ARTIGO 7º - A FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA,** será administrada por

um Conselho Curador e por uma Diretoria Executiva constituídos na forma dos artigos 9º e 12 destes Estatutos. **ARTIGO 8º -** Os membros do

Conselho Curador e da Diretoria exercerão suas funções gratuitamente, vedada a percepção de vantagens a qualquer título, e responderão, subsidiariamente pelas obrigações sociais da Fundação. **ARTIGO 9º -** O

Conselho Curador será constituído por um mínimo de 3 (três) e um máximo de 5 (cinco) membros, eleitos em assembléia geral em primeira

gestão, com mandato de 2 (dois) anos, facultada a reeleição. **PARÁGRAFO ÚNICO -** Um dos membros do Conselho Curador será

nomeado Presidente pelos Instituidores, sendo que os demais serão eleitos por assembléia, convocada pelo Presidente, tendo como "quórum"

os membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva. **ARTIGO 10º -** O Conselho Curador, que deliberará por maioria, reunir-se-á,

ordinariamente, uma vez por ano, em data previamente marcada pelo seu Presidente, e, extraordinariamente, sempre que necessário, também por

convocação de seu Presidente. **PARÁGRAFO ÚNICO -** A convocação a que se refere o "caput" deste artigo, far-se-á com pelo menos 8 (oito) dias

de antecedência, mediante convocação escrita. **ARTIGO 11 -** Compete ao Conselho Curador: I - Nomear e destituir os membros da Diretoria

Executiva; II - Aprovar a previsão orçamentária e programa de ação anual proposta pela Diretoria; III - Aprovar as prestações de contas e os

relatórios anuais da Diretoria Executiva; IV - Alterar o presente Estatuto Social, ouvindo previamente o Ministério Público e o Poder Concedente; V

- Deliberar sobre a alienação de bens patrimoniais da Fundação, ouvindo adremente o Ministério Público; VI - Obter os recursos complementares

de que a Fundação necessitar para a melhor consecução de seus fins; VII - Estabelecer diretrizes de atuação para a Diretoria Executiva; VIII - Baixar

seu regulamento interno e outros atos normativos. **ARTIGO 12 -** A Diretoria Executiva será constituída de 4 (quatro) membros, eleitos pelo

Conselho Curador, com mandato de 02 (dois) anos, facultada a reeleição e composta dos seguintes cargos: Diretor Presidente, Diretor Vice

Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Comercial. **ARTIGO 13 -** São atribuições da Diretoria: I - Administrar a Fundação, obedecidas as

diretrizes fixadas pelo Conselho Curador; II - Submeter ao Conselho Curador proposta para o orçamento e plano de ação anual da Fundação,

bem como as prestações de contas e relatórios anuais da Diretoria. **PARÁGRAFO ÚNICO -** A Fundação far-se-á representar, validamente,

quer no âmbito extrajudicial, quer no âmbito judicial, mediante a assinatura individual do Diretor Presidente ou em sua falta pelas assinaturas

conjuntas de dois diretores. **ARTIGO 14 -** Compete aos Diretores: I - A representação judicial da Fundação; II - Nomear e demitir



Jaboticabal, 27 JAN 2012

Antonio Sergio dos Santos  
Advogado Autorizado

06/07 //////////////////////////////////////  
funcionários da Fundação; III - Convocar reuniões extraordinárias do Conselho Curador, sempre que o exigirem os interesses da Fundação; IV - Organizar e manter a escrituração do movimento econômico - financeiro da Fundação; V - Elaborar a proposta orçamentária; VI - Movimentar contas bancárias; VII - Ter sob sua guarda todos os livros e documentos relativos à Fundação; VIII - Zelar pelo patrimônio da Fundação; IX - Praticar todos os demais atos necessários ao perfeito exercício de suas funções. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A Diretoria poderá outorgar procuração para fins específicos, desde que referidos procuradores sejam previamente aprovados pelo Ministério das Comunicações. **ARTIGO 15** - Das reuniões dos órgãos colegiados da Fundação, serão sempre lavradas atas a serem registradas em cartório competente, quando necessário. //////////////////////////////////////  
**CAPÍTULO V - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO - ARTIGO 16** - O exercício Financeiro coincidirá com o ano civil. **ARTIGO 17** - O balanço patrimonial e demais despesas de auditoria que o Ministério Público determinar se façam necessárias, deverão ser encaminhadas ao Ministério Público até 31 de março de cada ano, para conhecimento. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A Fundação arcará com as despesas de auditoria que o Ministério Público determinar se faça para exame das contas apresentadas, sendo liberados ao Ministério Público e ao auditor todos os documentos necessários da Fundação. //////////////////////////////////////  
**CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - ARTIGO 18** - A Fundação extinguir-se-á: a) pela impossibilidade de se manter; b) pela inexecutabilidade de seus fins. **ARTIGO 19** - Os casos omissos nestes Estatutos, serão dirimidos pelo Conselho Curador. **ARTIGO 20** - Fica vedado aos administradores conceder aval ou fiança em nome da Fundação, fora os casos de estrito interesse da entidade. **ARTIGO 21** - Os bens e direitos da Fundação somente poderão ser utilizados na realização dos objetivos previstos no Estatuto, vedada qualquer outra utilização. **ARTIGO 22** - A alienação de bens e direitos, a aceitação de doações com encargos, serão efetivados após prévia aprovação do Ministério Público. **ARTIGO 23** - A Fundação não distribuirá lucros, bonificação ou vantagens aos componentes dos seus órgãos estatutários. **ARTIGO 24** - Os empregados da Fundação serão contratados no Regime da Consolidação da Leis do Trabalho - C.L.T. **ARTIGO 25** - A Fundação é obrigada a submeter ao Ministério Público, no prazo de quinze dias, quaisquer alterações dos seus Estatutos, que só entrarão em vigor após aprovação pelo Ministério das Comunicações e pelo órgão federal próprio para assuntos educacionais. **ARTIGO 26** - Os objetivos da Fundação atenderão e se submeterão à orientação emanada do Ministério da Educação. **ARTIGO 27** - Os casos omissos nestes estatutos sociais, serão resolvidos pelo Presidente do Conselho Curador. **ARTIGO 28** - O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Jaboticabal. //////////////////////////////////////  
**IV** - Assim eles **OUTORGANTES**, de maneira uniforme, falando cada um //////////////////////////////////////







**TABELIONATO UIRATAN**

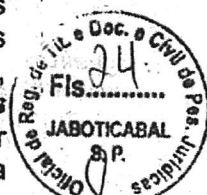


FLS. 23 23
MICROFILMADO sob N°
00835
R. I. Jaboticabal

**1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE JABOTICABAL-SP**  
**Ubiratan Pereira Guimarães**  
TABELIÃO

FL 24

////////////////////////////////////07/07  
a seu turno, me declararam finalmente que a) possuem outros bens e meios para sobrevivência, de conformidade com o que dispõe o artigo 1.175 do Código Civil Brasileiro; b) comprometem-se, por si e seus herdeiros ou sucessores, a fazerem esta escritura e a dotação nela consubstanciada sempre boa, firme e valiosa, de pleno direito; c) por derradeiro, dão por feita e acabada a presente escritura para que produza os efeitos a que se destina, deixando autorizadas as averbações e registros necessários perante o senhor Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Jaboticabal, o Ministério das Comunicações e demais órgãos de regularização e fiscalização, federais, estaduais e municipais. V – Por derradeiro, pelo senhor doutor **Luis Henrique Paccagnella**, retro qualificado, promotor de justiça e curador das fundações da comarca de Jaboticabal, me foi declarado que estava ciente e de pleno e inteiro acordo com a presente dotação, a respectiva instituição de fundação e esta escritura em todos os seus expressos termos, tendo em vista achar-se a mesma em conformidade com a legislação pertinente, aprovando, por conseguinte seus estatutos na forma em que se encontram aqui transcritos. E de como assim o disseram, do que dou fé. Pediram-me e eu lhes lavrei esta escritura, que feita e sendo lida em voz alta, outorgaram, aceitaram e assinam, dispensando expressamente a presença e a assinatura de testemunhas, nos termos do item 24, do Capítulo XIV, do Provimento CG. 58/89. Eu José Fernando dos Santos Campos, Substituto a escrevi. Eu, Ubiratan Pereira Guimarães, Tabelião, conferi, subscrevi, dou fé e assino com os instituidores e Representante do Ministério Público. **Jaboticabal, 13 de fevereiro de 2.002. Custas e Emolumentos do 3º Traslado:** Ao Tabelião: R\$8,28 - Ao Estado: R\$2,65 - Ao IPESP: R\$1,66 - Às Santas Casas: R\$0,08 - Total: R\$12,67. **Guia n.º 028/2002.** (ã.a.) **JOSÉ ROBERTO SCANDELAI. GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI. REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO. ELZA TEZZEI SCANDELAI. POLIANA BARBOSA TALIBERTI. AUGUSTO LOPES. MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI. LUÍS HENRIQUE PACCAGNELLA. UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES.** (Custas recolhidas na forma da Lei). **NADA MAIS E DOU FÉ.** Porto por fé que este traslado é cópia fiel do ato lavrado no **livro 0321, às páginas 100/107.** Eu, **Ubiratan Pereira Guimarães, Tabelião**, a conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.



EM TESTEMUNHO "DA VERDADE"

- UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES -  
Tabelião

1.º TABELIÃO DE NOTAS  
UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES  
TABELIÃO

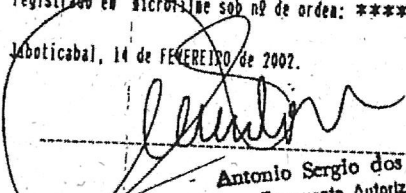


OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE JABOTICABAL-SP.  
Av. Major Novaes, 535 - Tel.: (0xx16) 3202-3015

\*\*\* PESSOAS JURÍDICAS \*\*\*

Documento apresentado para registro hoje, protocolado e  
registrado em microfilme sob nº de ordem: \*\*\*\*\*835.

Jaboticabal, 14 de FEVEREIRO de 2002.

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado  
Emolumentos ..... R\$ \*\*\*\*\*63,48  
- Inclusive 32% devidos ao Estado e 20% ao IPESP -  
Recibo nº \*\*\*\*4.228  
Guia nº 030/2002

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia

Jaboticabal, 2 li JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



**REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP**

Microfilmado sob n.º **001663**



**A**  
**CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PES-  
SOA JURÍDICA**  
**OFICIAL: ALVARO BENEDITO TORREZAN**  
**AV. MAJOR NOVAES, Nº 535**



**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATI-  
VA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.897.895/0001-60, com sede na cidade de Jaboticabal  
Estado de São Paulo, na Av. General Osório, Nº 218 – centro, vem, respeitosamente à pre-  
sença de Vossa Senhoria, solicitar registro da ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRA-  
ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2004, para que se possa adaptar  
os estatutos sociais da FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATI-  
VA à Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, com vigência a partir de janeiro de 2003, que  
aprovou o novo Código Civil Brasileiro.



Nestes Termos,

E. Deferimento.



**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**  
**JOSÉ ROBERTO SCANDELAÍ - PRESIDENTE**

28/09/2004

**1.º Tabelião de Notas e Protesto de Jaboticabal - SP.**  
e-mail: tab.ubiratan@netatla.com.br - Tabelião: UBIRATAN PEREIRA GUIMARÃES  
Rua Barão do Rio Branco, 564 - Centro - Cx. P. 61 - CEP 14.870-330 - Tel/Fax: (16) 3202-0584

RECONHEÇO, por semelhança a(s) firma(s) de **JOSE ROBERTO  
SCANDELAÍ.**

Dou fé. Em testemunho da verdade.  
JABOTICABAL, 29 de setembro de 2004. GER.: 0132/29092004-0  
JOSE FERNANDO DOS SANTOS CAMPOS - Subl. Not. e RS 2:25  
\*\* VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE \*\*



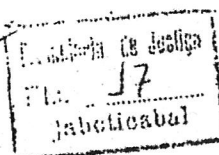


OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.  
Certifico que a presente cópia, a reprodução  
autêntica do documento original arquivado e  
registrado nesta serventia  
JABOTICABAL, 27 JAN 2012

Antonio Sérgio dos Santos  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 001663



### CONCLUSÃO

Em 05 de fevereiro de 2002, faço  
conclusos os presentes autos ao Dr. LUIS  
HENRIQUE PACCAGNELLA, Promotor de  
Justiça.  
Eu, *[Signature]* Of. de Promotoria, subscrevi.

Clis.



Com fundamento no art. 1.201 do C.P.C.,  
uma vez formalmente em ordem a documentação apresen-  
tada, aprovo o estatuto da "Fundação Jaboticabal de  
de Radiodifusão Educativa".

Extraiam-se cópias autenticadas de todo o  
processado e entregue-se ao instituidor, mediante recibo  
nos autos.

Após, clis  
Jaboticabal, d.s.

*[Signature]*  
LUIS HENRIQUE PACCAGNELLA  
Promotor de Justiça

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 29 OUT 2004

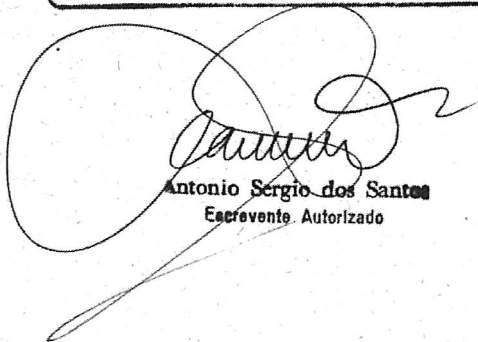
*[Signature]*  
Mirela Andréa Alves Ficher Seno  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-0



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

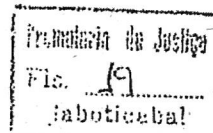
*Certifico que a presente cópia, a reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, 27 JAN 2012



Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado





ILMO. SR. DR. PROMOTOR DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JABOTICABAL/SP

Fl. 28

REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 001663



A FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.897.895/0001-60, com sede na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Av. General Osório nº 218 – centro, representada pelo seu instituidor José Roberto Scandelai, devidamente identificado na Ata da Assembléia Geral, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, para submeter à apreciação do Ministério Público, a seguinte ordem do dia:

a) Convalidação do mandato do Conselho Curador no interregno compreendido entre janeiro de 2004 e a data de hoje, e sua reeleição, por mais dois (2) anos, vale dizer, até 20 de setembro de 2006;

b) Convalidação dos atos praticados pela Diretoria Executiva no interregno compreendido entre janeiro de 2004 e a data de hoje, e sua reeleição, por mais dois (2) anos, vale dizer, até 20 de setembro de 2006;

c) Adaptação dos Estatutos Sociais da Entidade à Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Título II – DAS PESSOAS JURÍDICAS – CAPÍTULO III – DAS FUNDAÇÕES - artigos 62 a 69; que aprovou o novo Código Civil Brasileiro;

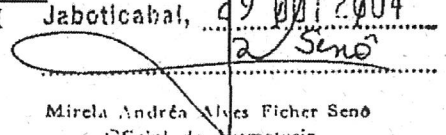
d) Outros assuntos de interesse social. Jaboticabal, 09 de setembro de 2004. Assinado: José Roberto Scandelai – Presidente da Diretoria Executiva.

Nestes Termos, no aguardo da aprovação necessária  
P. Deferimento  
Jaboticabal, 09 de setembro de 2004.

  
JOSE ROBERTO SCANDELA

CONFERE COM A ORIGINAL

Jaboticabal, 29 OUT 2004

  
Mirela Andréa Alves Fischer Senô  
Oficial de Memória  
R.O. 17 616 293-8



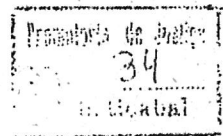
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado





## CONCLUSÃO

Em 21 de outubro de 2004,

faço estes autos conclusos ao (a) Ex.ª

Cipele, Promotora de Justiça

Eu, P, Of. de Prom. Subsc



Mirela Andréa Alves Ficher Send  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17.616.293-8



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
RES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 001663



Reiter manifestação

de fls. 17, estando as alterações  
em conformidade com o novo  
Código Civil.

Jab, 25/10/04

~~Assinatura~~

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 29 OUT 2004

2 Send

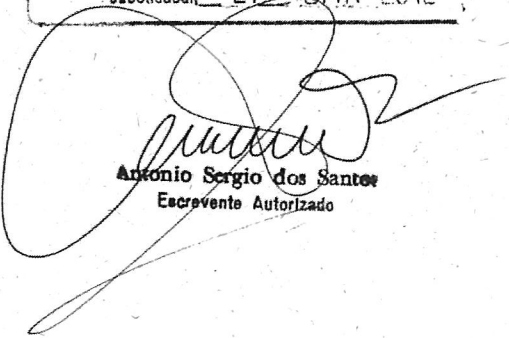
Mirela Andréa Alves Ficher Send  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17.616.293-8



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP

*Certifico que a presente cópia, a reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

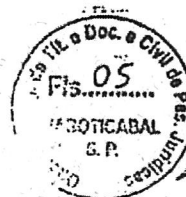
Jaboticabal, 27 JAN 2012



Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 001663



FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM  
20 DE SETEMBRO DE 2004

Aos vinte dias do mês de setembro de 2004, em sua sede social, sita na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida General Osório, 218 – Centro às 20:00 horas, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, os Senhores **JOSÉ ROBERTO SCANDELAI**, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, **ELZA TEZZEI SCANDELAI**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00, **GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 – Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50, **POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 – Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20, **AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.065.708-SSP/MG e CPF/MF nº 122.946.406-91 e **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49, membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, devidamente convocados por carta registrada, conforme determinação do parágrafo único do artigo 10º dos Estatutos Sociais e vazada no seguinte teor: *“Pela presente convocamos V.Sa. para realização de Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de setembro de 2004, em nossa sede social, sita na Avenida General*

Jaboticabal,

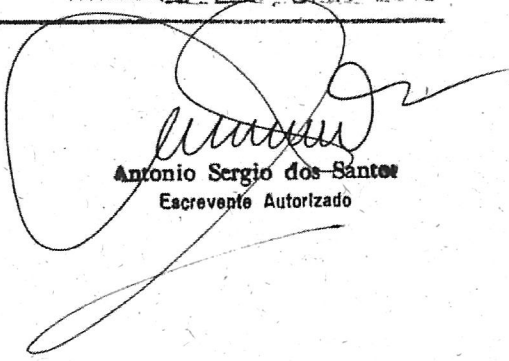
Mirela Andréa Alves Ficher Sená  
Oficial de Cartório  
O.C. 17.616.901-8



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia.*

Jaboticabal, 27 JAN 2012



Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP

Microfilmado sob n.º 001663



Comunicações  
Fls. 33  
Rubrica

Osório, 218 – Centro – Jaboticabal – SP, às 20:00 horas, em primeira convocação, com o objetivo de discutir e aprovar a seguinte ordem do dia:  
a) Convalidação do mandato do Conselho Curador no interregno compreendido entre janeiro de 2004 e a data de hoje, e sua reeleição, por mais 2 (dois) anos, vale dizer, até 20 de setembro de 2006; b) Convalidação dos atos praticados pela Diretoria Executiva no interregno compreendido entre janeiro de 2004 e a data de hoje, e sua reeleição, por mais 2 (dois) anos, vale dizer, até 20 de setembro de 2006; c) Adaptação dos Estatutos Sociais da entidade à Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**Título II – DAS PESSOAS JURÍDICAS – CAPÍTULO III – DAS FUNDAÇÕES**  
artigos 62 a 69; d) Outros assuntos de interesse social. Jaboticabal, 09 de setembro de 2004. ass) José Roberto Scandelai - Presidente da Diretoria Executiva.

Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Roberto Scandelai, que convidou a mim, Elza Tezzei Scandelai para secretária. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente determinou que se lesse a carta convocação, passando, ato contínuo, ao primeiro item da pauta, vale dizer, Convalidação do mandato do Conselho Curador no interregno compreendido entre janeiro de 2004 e a data de hoje, e sua reeleição por mais 2 (dois) anos, ou seja, até 20 de setembro de 2006. No que tange ao item em comento, esclareceu o Sr. Presidente da necessidade de se convalidar o mandato do Conselho Curador no período compreendido entre janeiro de 2004 e a data de hoje, bem como de se aprovar a sua reeleição para o biênio 2004/2006, uma vez que no transcurso desse período, o Conselho Curador da entidade, praticamente não exerceu suas funções estatutárias, posto que aguarda os atos autorizativos do Poder Concessor (Ministério das Comunicações), materializados nas outorgas de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, ambas de caráter educativo, no município de Jaboticabal – SP. Colocada em discussão a proposta foi, por unanimidade, aceita. Atento à ordem do dia, o Sr. Presidente, colocou em pauta, seu segundo item, que por semelhança às razões apresentadas anteriormente para reeleição do Conselho Curador, propõe a convalidação dos atos praticados pela Diretoria Executiva no período compreendido entre janeiro de 2004 e a data de hoje, bem como sua reeleição para o biênio 2004/2006. Colocada em plenário, a proposta foi por todos os presentes aprovada. Em decorrência de tais aprovações, convalidaram-se os atos praticados pelo Conselho Curador e pela Diretoria Executiva até esta data, bem como ficam reeleitos para comporem o Conselho Curador e a Diretoria Executiva da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, no período compreendido entre 20 de setembro de 2004 a 20 de setembro de 2006, os seguintes membros: **CONSELHO CURADOR: JOSÉ ROBERTO SCANDELA**I, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-CONFERE COM ORIGINAL

Jaboticabal, 29 de JUL 2004  
Mirella Andréa de Paiva  
Oficial de Promotoria

Assinatura



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
**COMARCA DE JABOTICABAL - SP.**

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 001663



Fl. 32

SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, designado **Presidente; AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.065.708-SSP/MG e CPF/MF nº 122.946.406-91, **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49 e **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 - Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50. **DIRETORIA EXECUTIVA** - **Diretor Presidente: JOSÉ ROBERTO SCANDELA**, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, **Diretor Vice Presidente: GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, **Diretor Administrativo: ELZA TEZZEI SCANDELA**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00 e **Diretor Comercial: POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 - Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20. Dando continuidade aos trabalhos, e atento à ordem do dia, o Sr. Presidente esclareceu aos presentes da necessidade de se adaptar os Estatutos Sociais da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA** à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com vigência a partir de 10 de janeiro de 2003, que aprovou o novo Código Civil Brasileiro, tendo, tal assembléia, também esse elemento finalístico. Em assim sendo, e após análise do Título II - DAS PESSOAS JURÍDICAS - CAPÍTULO III - DAS FUNDAÇÕES - artigos 62 a 69 do ordenamento jurídico em comento, decidiu a assembléia alterar o parágrafo segundo do artigo 5º - Capítulo II dos Estatutos Sociais, que, doravante, passa a vigorar com a seguinte redação: "**CAPÍTULO II - FINALIDADES - ARTIGO 5º** - *Constitui finalidade da FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA ..... PARÁGRAFO SEGUNDO - Para se alterar o presente Estatuto Social, é necessário: a) que seja deliberado por dois terços dos integrantes do Conselho Curador e da Diretoria Executiva em reunião conjunta; b) que não contrarie ou se desvirtue os fins da Fundação; c) que seja aprovado*

Jaboticabal, 29 OUT 2004

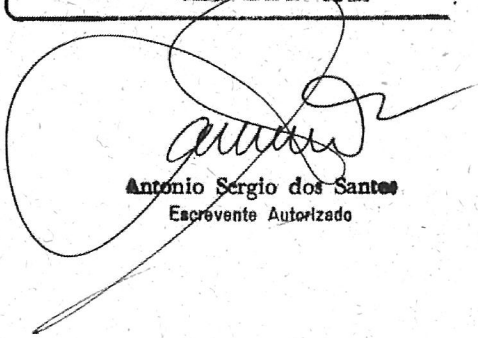
Mirela Andréa Alves Fleury Apud...  
Confere com a original



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia.

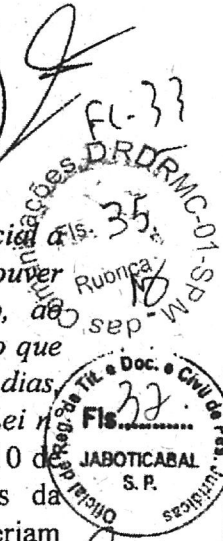
Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado

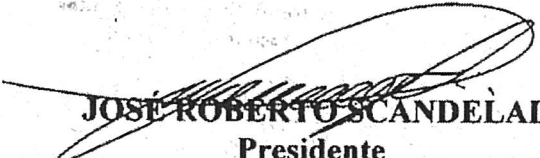


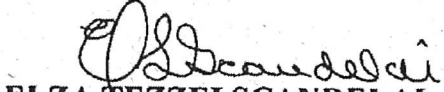
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP

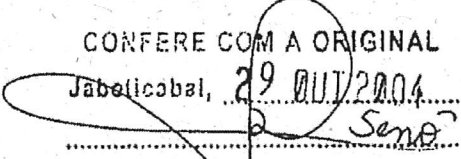
Microfilmado sob n.º 001663



pelos órgãos do Ministério Público e caso haja denegação, por decisão judicial a requerimento do interessado; d) que quando a alteração estatutária não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da Fundação, ao submeterem os Estatutos Sociais ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em 10 (dez) dias, conforme previsto no artigo 68 do Código Civil Brasileiro, aprovado pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002". Uma vez adaptados à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, esclareceu o Sr. Presidente, que os Estatutos Sociais da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA** seriam consolidados e transcritos ao final da presente ata. Finalizando, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quizesse fazer uso para tratar de assuntos de interesse social, e como não houvesse manifestação, deu por encerrada a assembléia, esclarecendo aos presentes que a presente ata, após lida, achada conforme e lavrada em livro próprio, seria levada à apreciação e prévia autorização do Ministério Público e, tendo dele sua aprovação, seria registrada no Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Jaboticabal – SP. Jaboticabal, 20 de setembro de 2004. ass) José Roberto Scandelai; Elza Tezzei Scandelai; Gustavo Roberto Tezzei Scandelai; Regiane Esméria Alves Eleutério; Poliana Barbosa Taliberti; Augusto Lopes e Mário Fernando Berlingieri.

  
**JOSÉ ROBERTO SCANDELAÍ**  
Presidente

  
**ELZA TEZZEI SCANDELAÍ**  
Secretária

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 29 OUT 2004  
  
Mirela Andréa Alves Fischer Send  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-8



OFICIAL DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, 7 JAN 2012.

  
**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 001663



FL. 34

## FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

### ESTATUTOS SOCIAIS



#### CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO - SEDE - DURAÇÃO - FINS E PRINCÍPIOS - FÔRO

##### ARTIGO 1º

A FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA é uma entidade jurídica de direito privado com finalidades cultural e educacional, sem fins lucrativos, e regida por este estatuto e pelas leis a ele aplicáveis.

##### ARTIGO 2º

São instituidores da FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, os seguintes membros: **JOSÉ ROBERTO SCANDELA**, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, **ELZA TEZZEI SCANDELA**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00, **GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 - Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50, **POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 - Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20, **AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.065.708-SSP/MG

CONFERE COM A ORIGINAL

Jaboticabal, 29 OUT 2004  
Mircela Andréa Alves Pichler  
Oficial de Registro  
R.G. 17.016.293-0



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, \_\_\_\_\_

27 JAN 2012



Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 001663



e CPF/MF nº 122.946.406-91 e **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49.



### ARTIGO 3º

O prazo de duração é indeterminado.

### PARÁGRAFO ÚNICO

Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio será destinado à entidade cultural, sem fins lucrativos, a ser indicada pelo seu órgão deliberativo.

### ARTIGO 4º

A **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, terá por fôro a Comarca de Jaboticabal, Estado de São Paulo, sendo sua sede na Avenida General Osório, 218 – Centro, podendo abrir e manter escritórios e representações em quaisquer localidades do território nacional.

## CAPÍTULO II - FINALIDADES

### ARTIGO 5º

Constitui finalidade da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**:

- a) A criação, manutenção e administração de atividades e programas de serviços à cultura e à educação, através da execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada e de radiodifusão de sons e imagens (televisão), ambos de caráter eminentemente educativos;
- b) O ensino em seus vários graus; a pesquisa científica e histórica; a assistência social, especialmente aos mais necessitados; o trabalho cultural; a formação cívica, física, familiar, social, moral e religiosa por todos os meios e modos ao seu alcance.

CONFERE COM A ORIGINAL

Jaboticabal, 24 OUT 2004

Mirala Andréa Alves Pichler Seno

Chanceler de Presidência

R.G. 17.616.293-8



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia.*

Jaboticabal, 27 JAN 2012



Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 001663



FL. 36

- c) promover iniciativas e campanhas de cunho social-beneficentes com a colaboração de entidades de programação e assistência social;
- d) fundar, manter e/ou administrar entidades, obras de serviço, centros de cultura, museus, bibliotecas e centros de lazer, incentivando a expansão da cultura, artes e educação;
- e) incentivar a associação de creches, bem como cursos e escolas de todos os graus e, ainda, instituir e conceder bolsas de estudos e estágios;
- f) instituir cursos de formação profissional nas diversas áreas da radiodifusão, utilizando-se das instalações da Fundação;
- g) patrocinar e divulgar eventos culturais, como exposições, festivais de artes, espetáculos teatrais, de dança, de música, de ópera, de circo e atividades congêneres, visando sempre a manutenção dos valores culturais da região;
- h) preservar o folclore e as tradições populares da região, bem como patrocinar os espetáculos folclóricos sem fins lucrativos;
- i) estabelecer contatos com emissoras de radiodifusão com o propósito de produzir programas culturais informativos e educativos;
- j) imprimir revistas, livros e jornais para o apoio e divulgação de suas atividades;
- k) estimular e apoiar pesquisas, planos e projetos em todas as áreas de conhecimento e da cultura;
- l) prestar serviços a terceiros, sempre tendo em vista os objetivos e finalidades da Fundação;
- m) produzir, vender e distribuir livros, cadernos, revistas, monografias, filmes, vídeo a audio-cassetes, discos e teses que versem sobre a cultura, educação, desporto e ação comunitária;



**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O serviço de radiodifusão será executado sem finalidade comercial, isto é, com fins exclusivamente educativos e culturais.

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 29/OUT/2004  
Mircea Andréa Silva Fichas Seno  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17616 293-8



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

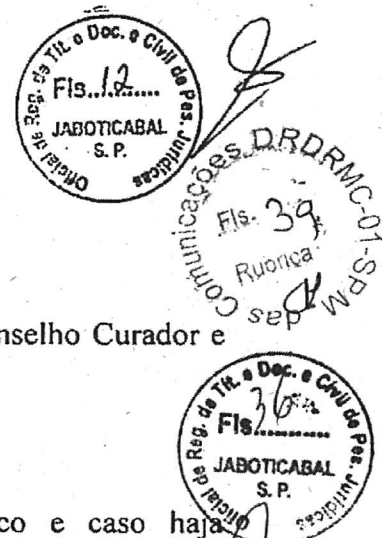
*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia.*

Jaboticabal, 27 JAN 2012



Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado





## PARÁGRAFO SEGUNDO

Para se alterar o presente Estatuto Social, é necessário:

- a) que seja deliberado por dois terços dos integrantes do Conselho Curador e da Diretoria Executiva, em reunião conjunta;
- b) que não contrarie ou se desvirtue os fins da Fundação;
- c) que seja aprovado pelos órgãos do Ministério Público e caso haja denegação, por decisão judicial a requerimento do interessado;
- d) que quando a alteração estatutária não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da Fundação, ao submeterem os Estatutos Sociais ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em 10 (dez) dias, conforme previsto no artigo 68 do Código Civil Brasileiro, aprovado pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

A investidura nos cargos de administração da Fundação, somente se fará através de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e após haverem sido aprovados pelos órgãos competentes do Ministério das Comunicações, com anuência do Ministério Público.

## PARÁGRAFO QUARTO

Será mantida à disposição do MEC, a programação produzida para fins de veiculação em emissoras educativas de outros municípios, Estados, Territórios e da União.

## PARÁGRAFO QUINTO

Será permitido, a qualquer tempo, a estabelecimentos de ensino superior do município e de municípios limitados pelo alcance da emissora, sua participação na programação, mediante convênio ou acôrdo a ser firmado entre as partes.

CONFERE COM A ORIGINAL

Jaboticabal, 29 OUT 2004

Mirela Andréa Alves Fischer Seno  
Oficial de Promotoria  
R.C. 17 616 293-0



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

Certifico que a presente cópia e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia.

Jaboticabal, 27 JAN 2012



Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP

Microfilmado sob n.º 001663

## PARÁGRAFO SEXTO

Após sua investidura na condição de concessionária e ou permissionária de serviços de radiodifusão de caráter educativo, será constituído um Conselho de Programação, composto de um mínimo de três e um máximo de dez integrantes, escolhido pelo Conselho Curador, dentre pessoas com notórios conhecimentos na área educacional e artística, encarregado de analisar o conteúdo pedagógico e a forma dos programas a serem veiculados e representantes de entidades de destaque no seio da comunidade.

## CAPÍTULO III - DOS RECURSOS E DO PATRIMÔNIO

### ARTIGO 6º

O patrimônio da Fundação será constituído da seguinte forma:

- a) pelas doações, auxílios e subvenções que venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estado ou Município e quaisquer outras pessoas jurídicas, Entidades Públicas ou Particulares do País ou do Exterior;
- b) pelos bens de direito que forem doados por outras pessoas físicas, Jurídicas, Entidades Públicas que desejam colaborar com a Fundação para atingir os seus objetivos;
- c) pelos bens móveis ou imóveis que venham a ser adquiridos com doação, compra, cessão, legados ou qualquer outro modo;
- d) pelas rendas e juros resultantes de depósitos bancários;
- e) pelas rendas resultantes de suas atividades em radiodifusão (DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO), de edições, direitos autorais e eventuais serviços de impressão (DEPARTAMENTO EDITORIAL) e pela prestação de serviços ou fornecimento de bens (DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS) e outras rendas eventuais;
- f) pelos saldos de exercícios anteriores transferidos para a conta patrimonial;
- g) pela dotação inicial de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), integralizado em moeda corrente nacional, pelos seus instituidores.

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 29 OUT 2004

Mirela Andréa Alves Ficher Send  
Oficial da Promotoria  
R.G. 17 616 293-8



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP

Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia

Jaboticabal, \_\_\_\_\_

27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



## CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

### ARTIGO 7º

A FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA, será administrada por um Conselho Curador e por uma Diretoria Executiva constituídos na forma dos artigos 9º e 12º destes Estatutos.

### ARTIGO 8º

Os membros do Conselho Curador e da Diretoria exercerão suas funções gratuitamente, vedada a percepção de vantagens a qualquer título, e responderão, subsidiariamente pelas obrigações sociais da Fundação.

### ARTIGO 9º

O Conselho Curador será constituído por um mínimo de 3 (três) e um máximo de 5 (cinco) membros, eleitos em assembléia geral em primeira gestão, com mandato de 2 (dois) anos, facultada a reeleição.

### PARÁGRAFO ÚNICO

Um dos membros do Conselho Curador será nomeado Presidente pelos Instituidores, sendo que os demais serão eleitos por assembléia, convocada pelo Presidente, tendo como "quorum" os membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva.

### ARTIGO 10º

O Conselho Curador, que deliberará por maioria, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, em data previamente marcada pelo seu Presidente, e, extraordinariamente, sempre que necessário, também por convocação de seu Presidente.

### PARÁGRAFO ÚNICO

A convocação a que se refere o "caput" deste artigo, far-se-á com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, mediante convocação escrita.



Antônio Sérgio dos Santos  
Escritor Autorizado

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP  
Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica do documento original arquivado e  
registrado nesta serventia  
Jaboticabal, 27 JAN 2012





Fl. 40



#### ARTIGO 11º

Compete ao Conselho Curador: I - Nomear e destituir os membros da Diretoria Executiva; II - Aprovar a previsão orçamentaria e programa de ação anual proposta pela Diretoria; III - Aprovar as prestações de contas e os relatórios anuais da Diretoria Executiva; IV - Alterar o presente Estatuto Social, ouvindo previamente o Ministério Público e o Poder Concedente; V - Deliberar sobre a alienação de bens patrimoniais da Fundação, ouvindo adremente o Ministério Público; VI - Obter os recursos complementares de que a Fundação necessitar para a melhor consecução de seus fins; VII - Estabelecer diretrizes de atuação para a Diretoria Executiva; VIII - Baixar seu regulamento interno e outros atos normativos.

#### ARTIGO 12º

A Diretoria Executiva será constituída de 4 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho Curador, com mandato de 02 (dois) anos, facultada a reeleição e composta dos seguintes cargos: Diretor Presidente, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Comercial.



#### ARTIGO 13º

São atribuições da Diretoria: I - Administrar a Fundação, obedecidas as diretrizes fixadas pelo Conselho Curador; II - Submeter ao Conselho Curador proposta para o orçamento e plano de ação anual da Fundação, bem como as prestações de contas e relatórios anuais da Diretoria.

#### PARÁGRAFO ÚNICO

A Fundação far-se-à representar, validamente, quer no âmbito extrajudicial, quer no âmbito judicial, mediante a assinatura individual do Diretor Presidente ou em sua falta pelas assinaturas conjuntas de dois diretores.

#### ARTIGO 14º

Compete aos Diretores: I - A representação judicial da Fundação; II - Nomear e demitir funcionários da Fundação; III - Convocar reuniões extraordinárias do Conselho Curador, sempre que o exigirem os interesses da Fundação; IV - Organizar e manter a escrituração do movimento econômico - financeiro da Fundação; V - Elaborar a proposta orçamentária; VI - Movimentar contas bancárias; VII - Ter sob sua guarda todos os livros e documentos relativos à

*[Handwritten signatures]*

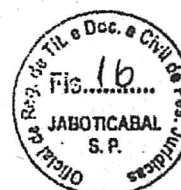


Antonio Sergio dos Santos  
Escritor Autorizado

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP  
Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia  
Jaboticabal, 21 JAN 2012



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 001663



Fundação; VIII - Zelar pelo patrimônio da Fundação; IX - Praticar todos os demais atos necessários ao perfeito exercício de suas funções.

### PARÁGRAFO ÚNICO

A Diretoria poderá outorgar procuração para fins específicos, desde que referidos procuradores sejam previamente aprovados pelo Ministério das Comunicações.



### ARTIGO 15º

Das reuniões dos órgãos colegiados da Fundação, serão sempre lavradas atas a serem registradas em cartório competente, quando necessário.

## CAPÍTULO V - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

### ARTIGO 16º

O exercício Financeiro coincidirá com o ano civil

### ARTIGO 17º

O balanço patrimonial e demais despesas de auditoria que o Ministério Público determinar se façam necessárias, deverão ser encaminhadas ao Ministério Público até 31 de março de cada ano, para conhecimento.

### PARÁGRAFO ÚNICO

A Fundação arcará com as despesas de auditoria que o Ministério Público determinar se faça para exame das contas apresentadas, sendo liberados ao Ministério Público e ao auditor todos os documentos necessários da Fundação.

## CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

### ARTIGO 18º

A Fundação extinguir-se-á: a) pela impossibilidade de se manter; b) pela inexecutabilidade de seus fins.

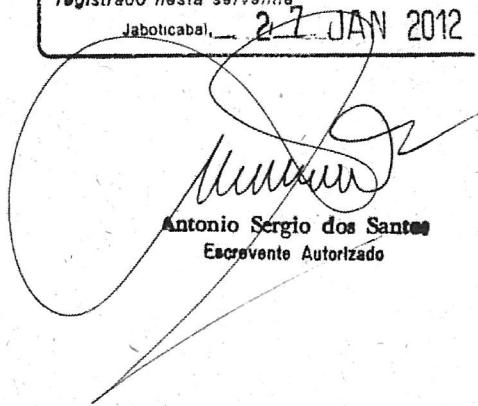
CONFERE COM O ORIGINAL  
Jaboticabal, 29 OUT 2004  
Michele Antônia Almeida Cabral, Secretária  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17.615.293-8



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
**COMARCA DE JABOTICABAL - SP.**

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia.*

Jaboticabal, 27 JAN 2012



**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 001663



#### ARTIGO 19º

Os casos omissos nestes Estatutos, serão dirimidos pelo Conselho Curador.

#### ARTIGO 20º

Fica vedado aos administradores conceder aval ou fiança em nome da Fundação, fora os casos de estrito interesse da entidade.



#### ARTIGO 21º

Os bens e direitos da Fundação somente poderão ser utilizados na realização dos objetivos previstos no Estatuto, vedada qualquer outra utilização.



#### ARTIGO 22º

A alienação de bens e direitos, a aceitação de doações com encargos, serão efetivados após prévia aprovação do Ministério Público.

#### ARTIGO 23º

A Fundação não distribuirá lucros, bonificação ou vantagens aos componentes dos seus órgãos estatutários.

#### ARTIGO 24º

Os empregados da Fundação serão contratados no Regime da Consolidação da Leis do Trabalho - C.L.T.

#### ARTIGO 25º

A Fundação é obrigada a submeter ao Ministério Público, no prazo de quinze dias, quaisquer alterações dos seus Estatutos, que só entrarão em vigor após aprovação pelo Ministério das Comunicações e pelo órgão federal próprio para assuntos educacionais.

CONFERE COM ORIGINAL  
Jaboticabal, 29 OUT 2004  
Senô  
Mirela Andrea Alves Ficher Senô  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-8



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



FL. 43

REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 001663

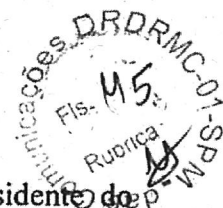


**ARTIGO 26º**

Os objetivos da Fundação atenderão e se submeterão à orientação emanada do Ministério da Educação.

**ARTIGO 27º**

Os casos omissos nestes estatutos sociais, serão resolvidos pelo Presidente do Conselho Curador.



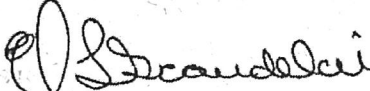
**ARTIGO 28º**

O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Jaboticabal.

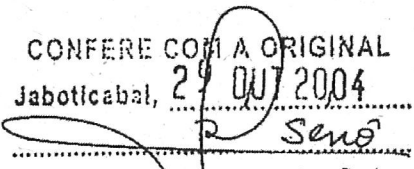


Jaboticabal, 20 de Setembro de 2004.

  
**JOSE ROBERTO SCANDELA**  
Presidente

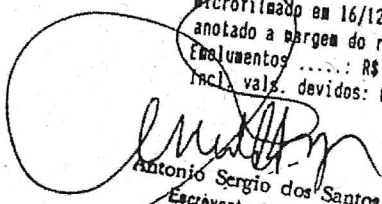
  
**ELZA TEZZEI SCANDELA**  
Secretária

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 29 OUT 2004

  
Mirela Andréa Alves Ficher Somb  
Oficial de Promotoria  
R.G. 17 616 293-8



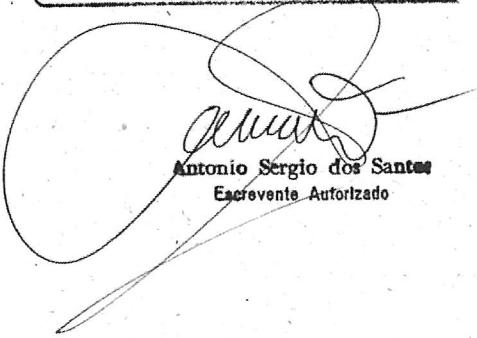
OFICIAL DE REG. DE PESSOAS JURIDICAS JABOTICABAL /SP.  
Documento apresentado para registro, protocolado e  
microfilmado em 16/12/2004 sob nº: \*\*\* 001663 \*\*\*  
anotado a cargo do registro nº 000835 do livro Protoc.  
Emolumentos .....: R\$ \*\*\*\*\*71,07 - Guia nº 233/2004  
Incl. val. devidos: Estado/lpasp/R.Civil e Trib. Just.

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado

OFICIAL DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP

Certifico que a presente copia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta subseção

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



FL. 45



**ILMO. SR. DIRETOR E OFICIAL MAIOR DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE JABOTICABAL – ESTADO DE SÃO PAULO**

**REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 002132**



**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.879.895/0001-60, com sede na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Av. General Osório Nº 218 – centro, representada pelo seu instituidor José Roberto Scandelai, devidamente identificado na Ata da Assembléia Geral, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, para requerer o devido registro da presente **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20/09/2006**. Protocolado e registrado em microfilme sob o número de ordem: 835, em 14/02/2002.

**Termos em que,  
P. Deferimento**

Jaboticabal, 18 de Outubro de 2006.

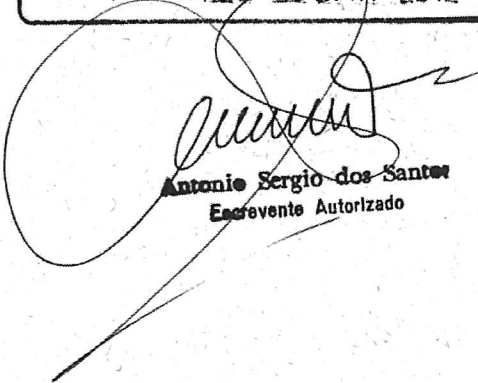
  
**P/ FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA  
JOSÉ ROBERTO SCANDELA  
DIRETOR PRESIDENTE**



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica do documento original arquivado e  
registrado neste cartório.*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrivente Autorizado



FL. 46

Promotoria de Justiça
Fls. 02/
Jaboticabal

ILMO. SR. DR. PROMOTOR DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JABOTICABAL/SP

REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 002132

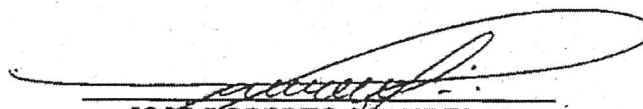


A FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.897.895/0001-60, com sede na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Av. General Osório nº 218 – centro, representada pelo seu instituidor José Roberto Scandelai, devidamente identificado na Ata da Assembléia Geral, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, para submeter à apreciação do Ministério Público, a seguinte ordem do dia:

- a) Mandato do Conselho Curador, da data de hoje (21/09/2006) e sua reeleição, por mais dois (2) anos, vale dizer, até 20 de setembro de 2008;
- b) Reeleição da Diretoria Executiva no período compreendido, da data de hoje (21/09/2006), por mais dois (2) anos, vale dizer até 20 de setembro de 2008;
- c) Outros assuntos de interesse social. Jaboticabal, 21 de setembro de 2006. Assinado: José Roberto Scandelai – Presidente da Diretoria Executiva.

Nestes Termos, no aguardo da aprovação necessária.  
P. Deferimento

Jaboticabal, 21 de setembro de 2006.

  
JOSE ROBERTO SCANDELA

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 10 / 10 / 06  
T. Reis Muncacem



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, a reprodução  
autêntica do documento original arquivado e  
registrado neste serventia*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º **002132**

FL. 47  
Ordem  
Fls. 48  
Pública

Promotoria de Justiça  
Fls. 03  
Jaboticabal (SP)

**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**

Fls. 03  
JABOTICABAL  
S.P.

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM  
20 DE SETEMBRO DE 2006**

Aos vinte dias do mês de setembro de 2006, em sua sede social, sita na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida General Osório, 218 – Centro, às 20:00 horas, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, os Senhores **JOSÉ ROBERTO SCANDELA**, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, **ELZA TEZZEI SCANDELA**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00, **GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 – Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50, **POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 – Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20, **AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.065.708-SSP/MG e CPF/MF nº 122.946.406-91 e **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49, membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, devidamente convocados por carta registrada, conforme determinação do parágrafo único do artigo 10º dos Estatutos Sociais e vazada no seguinte teor: *“Pela presente convocamos V.Sa. para realização de Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de setembro de 2006, em nossa sede social, sita na Avenida General Osório, 218 – Centro – Jaboticabal –*

Jaboticabal, 10 / 10 / 06

Thais Menezes

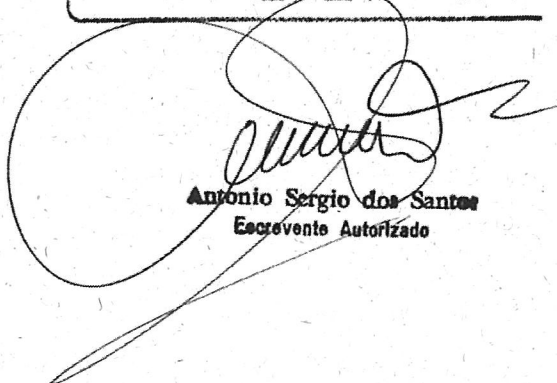
*[Assinatura]*



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
**COMARCA DE JABOTICABAL - SP.**

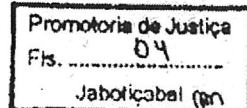
*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta cartório.*

Jaboticabal, 27 JAN 2012



**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrivente Autorizado





SP, às 20:00 horas, em primeira convocação, com o objetivo de aprovar a seguinte ordem do dia: a) Eleição dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva para o período compreendido entre 20 de setembro de 2006 a 20 de setembro de 2008; b) Outros assuntos de interesse social. Jaboticabal, 08 de setembro de 2006. ass) José Roberto Scandellai, Presidente da Diretoria Executiva". Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Roberto Scandellai, que convidou a mim, Elza Tezzei Scandellai para secretária. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente determinou que se lesse a carta convocação, passando, ato contínuo, ao tema central da pauta, vale dizer, Eleição dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva para o mandato compreendido entre 20 de setembro de 2006 a 20 de setembro de 2008. Em consideração ao item em evidência, esclareceu o Sr. Presidente que uma vez que o Conselho Curador e a Diretoria Executiva da entidade não exerceram suas funções estatutárias, posto que aguardam os atos autorizativos do Poder Concessor, materializados nas outorgas de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens e de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, ambos de caráter educativo, no município de Jaboticabal - SP, propunha a reeleição dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva da entidade por mais um período de 2 (dois) anos. Colocada em plenário a proposta foi, por unanimidade, aprovada. Em assim sendo, ficam reeleitos para comporem o Conselho Curador e a Diretoria Executiva da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA** para o período compreendido entre 20 de setembro de 2006 a 20 de setembro de 2008, os seguintes membros: **CONSELHO CURADOR: JOSÉ ROBERTO SCANDELA**I, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, designado **Presidente**; **AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.065.708-SSP/MG e CPF/MF nº 122.946.406-91, **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49 e **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 - Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50. **DIRETORIA EXECUTIVA - Diretor Presidente: JOSÉ ROBERTO SCANDELA**I, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, **Diretor Vice Presidente: GUSTAVO ROBERTO TEZZEI**

CONFERIR COM A ORIGINAL

Jaboticabal, 10/10/06...

.....

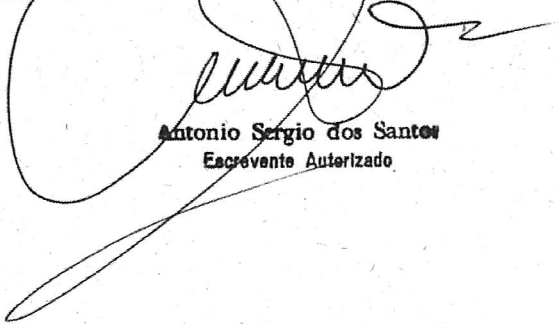


OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, \_\_\_\_\_

27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



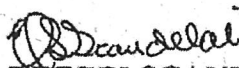
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º **002132**



Promotoria de Justiça  
Fls. **05**  
Jaboticabal

SCANDELAI, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, **Diretor Administrativo: ELZA TEZZEI SCANDELAI**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00 e **Diretor Comercial: POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 - Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20. Finalizando, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quizesse fazer uso para tratar de assuntos de interesse social, e como não houvesse manifestação, deu por encerrada a assembléia, esclarecendo aos presentes que a presente ata, após lida, achada conforme e lavrada em livro próprio, seria levada a registro no Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Jaboticabal - SP, com conhecimento dos órgãos do Ministério Público. Jaboticabal, 20 de setembro de 2006. ass) José Roberto Scandelai; Elza Tezzei Scandelai; Gustavo Roberto Tezzei Scandelai; Regiane Esméria Alves Eleutério; Poliana Barbosa Taliberti; Augusto Lopes e Mário Fernando Berlingieri.

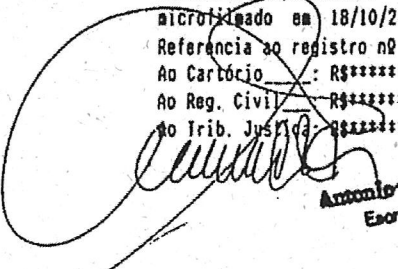
  
**JOSE ROBERTO SCANDELAI**  
Presidente

  
**ELZA TEZZEI SCANDELAI**  
Secretária

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 10 / 10 / 06  
Ysaías Muniz

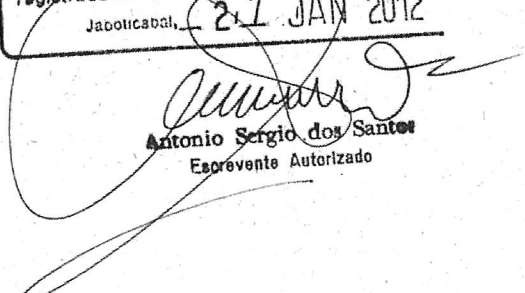


OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS JABOTICABAL-SP.  
Documento apresentado para registro, protocolado e  
microfilmado em 18/10/2006 sob nº: \*.\*\*2.132\*\*  
Referencia ao registro nº 835 DE 14/02/2002.  
Ao Cartório : R\$\*\*\*\*\*27,76 Ao Estado: R\$\*\*\*\*\*7,89  
Ao Reg. Civil : R\$\*\*\*\*\*1,46 Ao Ipesp : R\$\*\*\*\*\*5,84  
Ao Trib. Justiça : R\$\*\*\*\*\*1,46 T O T A L : R\$\*\*\*\*\*44,41

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado

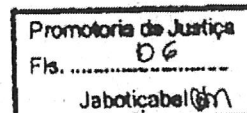
OFICIAL DE REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia  
Jaboticabal, 21 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 002132



### CONCLUSÃO

Aos 06 de outubro de 2006,  
faço conclusos os presentes  
autos a DRA. ETHEL CIPELE,  
DD. Promotora de Justiça.  
Eu, Of. de Promotoria designada.

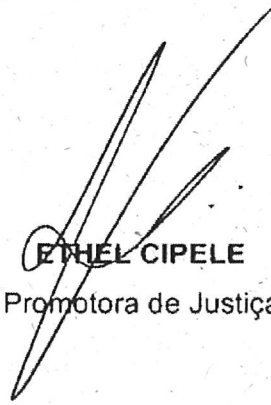
Cls.

Com fundamento no art. 1.201 do C.P.C. e novas  
alterações do Código Civil, nada a opor a Ata da  
Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de  
setembro de 2006 relativa a "Fundação Jaboticabal de  
Radiodifusão Educativa".

Extraiam-se cópias autenticadas de todo o processado e  
entreguem-se ao instituidor, mediante recibo nos autos.

Após, cls.

Jab., d.s.

  
ETHEL CIPELE  
Promotora de Justiça

CONFERE COM A ORIGINAL  
Jaboticabal, 10 / 10 / 06  
Thais Menezes

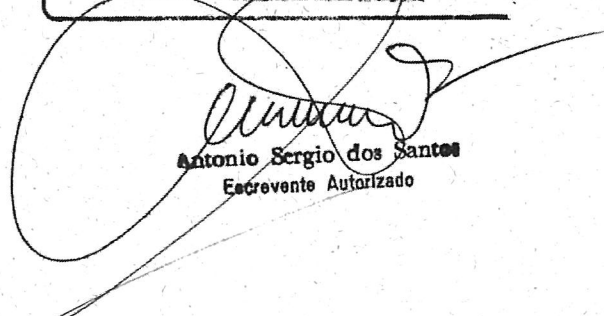


OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
**COMARCA DE JABOTICABAL - SP.**

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado neste cartório*

Jaboticabal, \_\_\_\_\_

27 JAN 2012

  
**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrivente Autorizado



FL. 52

ILMO. SR. DIRETOR E OFICIAL MAIOR DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE JABOTICABAL – ESTADO DE SÃO PAULO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 003433



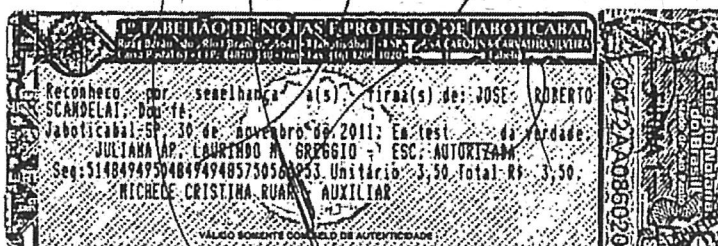
**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.879.895/0001-60, com sede na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Av. General Osório Nº 218 – centro, representada pelo seu instituidor José Roberto Scandelai, devidamente identificado na Ata da Assembléia Geral, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, para requerer o devido registro da presente **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19/09/2008**. Protocolado e registrado em microfilme sob o número de ordem: 835, em 14/02/2002.

Termos em que,  
P. Deferimento

Jaboticabal, 20 de setembro de 2011.

1.º TABELIÃO

P/ FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA  
JOSE ROBERTO SCANDELA  
DIRETOR PRESIDENTE

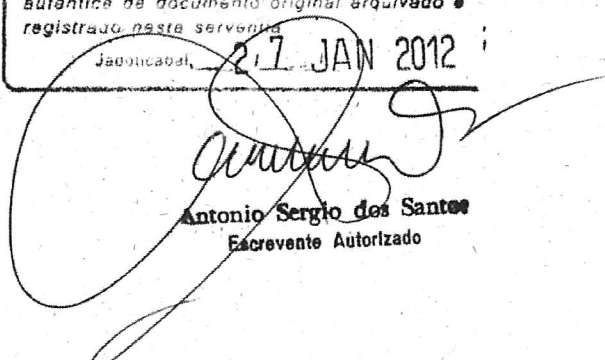




OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
**COMARCA DE JABOTICABAL - SP.**

*Certifico que a presente cópia, a reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado neste serventia*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrivente Autorizado



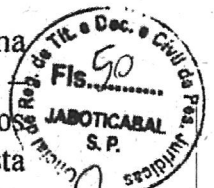
FL. 53  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 003433



## FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2008

Aos dezanove dias do mês de setembro de 2008, em sua sede social, sita na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida General Osório, 218 - Centro, às 20:00 horas, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, os Senhores **JOSÉ ROBERTO SCANDELAI**, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, **ELZA TEZZEI SCANDELAI**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00, **GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 - Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50, **POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 - Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20, **AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.065.708-SSP/MG e CPF/MF nº 122.946.406-91 e **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49, membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, devidamente convocados por carta registrada, conforme determinação do parágrafo único do artigo 10º dos Estatutos Sociais e vazada no seguinte teor: *"Pela presente convocamos V.Sa. para realização de Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 19 de setembro de 2008, em nossa sede social, sita na Avenida General Osório,*





OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, \_\_\_\_\_

27 JAN 2012



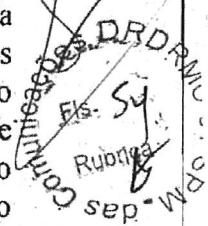
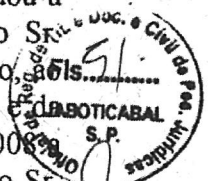
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado





218 - Centro - Jaboticabal - SP, às 20:00 horas, em primeira convocação, com o objetivo de aprovar a seguinte ordem do dia: a) Eleição dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva para o período compreendido entre 20 de setembro de 2008 a 20 de setembro de 2010; b) Outros assuntos de interesse social. Jaboticabal, 09 de setembro de 2008. ass) José Roberto Scandelai - Presidente da Diretoria Executiva.

Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Roberto Scandelai, que convidou a mim, Elza Tezzei Scandelai para secretária. Dando início aos trabalhos, o Presidente determinou que se lesse a carta convocação, passando, ato contínuo, ao tema central da pauta, vale dizer, Eleição dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva para o mandato compreendido entre 20 de setembro de 2008 a 20 de setembro de 2010. Em consideração ao item em evidência, esclareceu o Sr. Presidente que uma vez que o Conselho Curador e a Diretoria Executiva da entidade não exerceram suas funções estatutárias, posto que aguardam os atos autorizativos do Poder Concessor, materializados nas outorgas de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens e de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, ambos de caráter educativo, no município de Jaboticabal - SP, propunha a reeleição dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva da entidade por mais um período de 2 (dois) anos. Colocada em plenário a proposta foi, por unanimidade, aprovada. Em assim sendo, ficam reeleitos para comporem o Conselho Curador e a Diretoria Executiva da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA** para o período compreendido entre 20 de setembro de 2008 a 20 de setembro de 2010, os seguintes membros: **CONSELHO CURADOR: JOSÉ ROBERTO SCANDELA**I, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, designado **Presidente**; **AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.065.708-SSP/MG e CPF/MF nº 122.946.406-91, **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49 e **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 - Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50. **DIRETORIA EXECUTIVA - Diretor Presidente: JOSÉ ROBERTO SCANDELA**I, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF

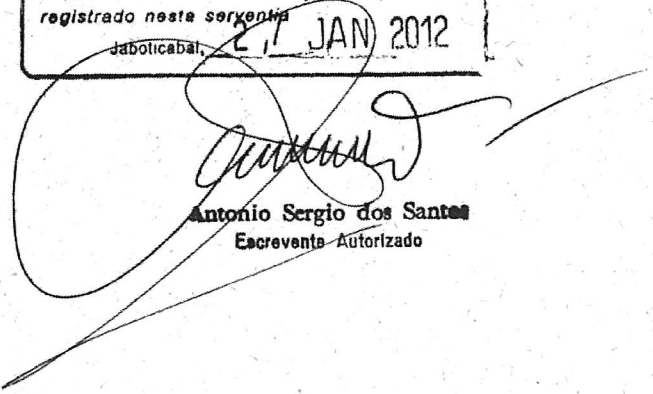




OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP.

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta sergentia*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP

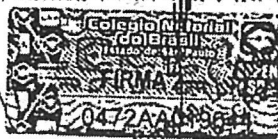
Microfilmado sob n.º 003433



nº 742.687.678-00, **Diretor Vice Presidente: GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, **Diretor Administrativo: ELZA TEZZEI SCANDELAI**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00 e **Diretor Comercial: POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 - Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20. Finalizando, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quizesse fazer uso para tratar de assuntos de interesse social, e como não houvesse manifestação, deu por encerrada a assembléia, esclarecendo aos presentes que a presente ata, após lida, achada conforme e lavrada em livro próprio, seria levada a registro no Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Jaboticabal - SP, com conhecimento dos órgãos do Ministério Público. Jaboticabal, 19 de setembro de 2008. ass) José Roberto Scandelai; Elza Tezzei Scandelai; Gustavo Roberto Tezzei Scandelai; Regiane Esméria Alves Eleutério; Poliana Barbosa Taliberti; Augusto Lopes e Mário Fernando Berlingieri.

**JOSÉ ROBERTO SCANDELAI**  
Presidente

**ELZA TEZZEI SCANDELAI**  
Secretária



RECEBUE  
30/11/2011  
SECRETARIA DE JUS





NOTA DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CIVIL E PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP  
003433

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP

Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica do documento original arquivado e  
registrado nesta serventia

Jaboticabal, 21 JAN 2012

Antonio Sérgio dos Santos  
Escrevente Autorizado

Oficial Reg. Civil e Jurídica de Jaboticabal - SP  
Documento apresentado para registro, protocolado em 30/11/2011  
sob nº: 003433 e registrado em 30/11/2011 sob nº 3433 - Nr.  
6157. - Av. O R. 835 de 14/02/2002

Tabela	Estado	Impo	Trib. Just. Reg. Civil
27,26	8,82	6,53	1,63
Ricof.	TOTAL		
3,76	49,63		

Antonio Sérgio dos Santos  
Escrevente Autorizado

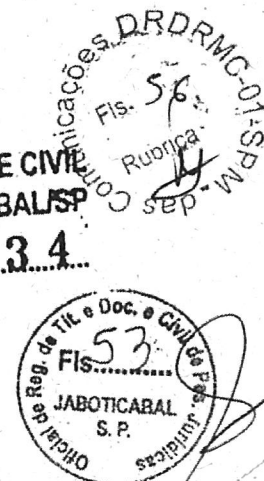


FL. 57

ILMO. SR. DIRETOR E OFICIAL MAIOR DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE JABOTICABAL - ESTADO DE SÃO PAULO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL-SP

Microfilmado sob n.º 003434

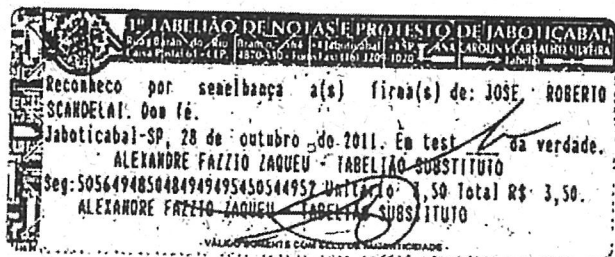


**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.879.895/0001-60, com sede na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Av. General Osório Nº 218 - centro, representada pelo seu instituidor José Roberto Scandelai, devidamente identificado na Ata da Assembléia Geral, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, para requerer o devido registro da presente **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20/09/2011**. Protocolado e registrado em microfilme sob o número de ordem: 835, em 14/02/2002.

Termos em que,  
P. Deferimento

Jaboticabal, 20 de setembro de 2011.

P/ FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA  
JOSÉ ROBERTO SCANDELA  
DIRETOR PRESIDENTE





OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
**COMARCA DE JABOTICABAL - SP.**

*Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

  
**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
003434  
Microfilmado sob n.º.....

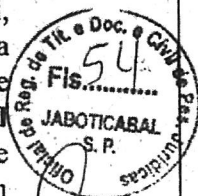
PL. 58 s. DRDRMC-01-SP.M.  
Fis. 37.  
Rubrica.

FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM  
20 DE SETEMBRO DE 2011

Aos vinte dias do mês de setembro de 2011, em sua sede social, sita na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida General Osório, 218 - Centro, às 20:00 horas, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, os Senhores **JOSÉ ROBERTO SCANDELAI**, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, **ELZA TEZZEI SCANDELAI**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00, **GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 - Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50, **POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 - Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20, **AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.065.708-SSP/MG e CPF/MF nº 122.946.406-91 e **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49, membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, devidamente convocados por carta registrada, conforme determinação do parágrafo único do artigo 10º dos Estatutos Sociais e vazada no seguinte teor: *"Pela presente convocamos V.Sa. para realização de Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de setembro de 2011, em nossa sede social, sita na Avenida General*



*[Handwritten signature]*



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA DE JABOTICABAL - SP

Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta cartório.

Jaboticabal,

27 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP  
Microfilmado sob n.º 003434

FL-59



Osório, 218 - Centro - Jaboticabal - SP, às 20:00 horas, em primeira convocação, com o objetivo de aprovar a seguinte ordem do dia: a) Eleição dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva para o período compreendido entre 20 de setembro de 2010 a 20 de setembro de 2012; b) Outros assuntos de interesse social. Jaboticabal, 08 de setembro de 2011. ass) José Roberto Scandelai - Presidente da Diretoria Executiva". Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Roberto Scandelai, que convidou a mim, Elza Tezzei Scandelai para secretária. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente determinou que se lesse a carta convocação, passando, ato contínuo, ao tema central da pauta, vale dizer, Eleição dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva para o mandato compreendido entre 20 de setembro de 2010 a 20 de setembro de 2012. Em consideração ao item em evidência, esclareceu o Sr. Presidente que uma vez que o Conselho Curador e a Diretoria Executiva da entidade não exerceram suas funções estatutárias, posto que aguardam os atos autorizativos do Poder Concessor, materializados nas outorgas de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens e de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, ambos de caráter educativo, no município de Jaboticabal - SP, propunha a reeleição dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva da entidade por mais um período de 2 (dois) anos. Colocada em plenário a proposta foi, por unanimidade, aprovada. Em assim sendo, ficam reeleitos para comporem o Conselho Curador e a Diretoria Executiva da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA** para o período compreendido entre 20 de setembro de 2010 a 20 de setembro de 2012, os seguintes membros: **CONSELHO CURADOR: JOSÉ ROBERTO SCANDELA**I, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, designado **Presidente**; **AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.065.708-SSP/MG e CPF/MF nº 122.946.406-91, **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49 e **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 - Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50. **DIRETORIA EXECUTIVA - Diretor Presidente: JOSÉ ROBERTO SCANDELA**I, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF





OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
**COMARCA DE JABOTICABAL - SP.**

*Certifico que a presente cópia, a reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia*

Jaboticabal, 27 JAN 2012

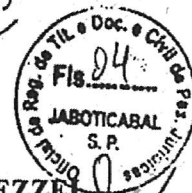
  
**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrevente Autorizado



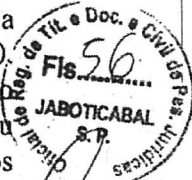
REGISTRO DE TÍTULOS E DOC. E CIVIL  
PES. JURÍDICAS DE JABOTICABAL/SP

Microfilmado sob n.º 003434

Fl. 62



nº 742.687.678-00, Diretor Vice Presidente: GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, Diretor Administrativo: ELZA TEZZEI SCANDELA, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00 e Diretor Comercial: POLIANA BARBOSA TALIBERTI, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 - Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20. Finalizando, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quizesse fazer uso para tratar de assuntos de interesse social, e como não houvesse manifestação, deu por encerrada a assembléia, esclarecendo aos presentes que a presente ata, após lida, achada conforme e lavrada em livro próprio, seria levada a registro no Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Jaboticabal - SP, com conhecimento dos órgãos do Ministério Público. Jaboticabal, 20 de setembro de 2011. ass) José Roberto Scandela; Elza Tezzei Scandela; Gustavo Roberto Tezzei Scandela; Regiane Esméria Alves Eleutério; Poliana Barbosa Taliberti; Augusto Lopes e Mário Fernando Berlingieri.



JOSÉ ROBERTO SCANDELA  
Presidente

ELZA TEZZEI SCANDELA  
Secretária

1º TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO DE JABOTICABAL

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: ELZA TEZZEI SCANDELA, JOSE ROBERTO SCANDELA, ou té.

Jaboticabal-SP, 28 de outubro de 2011. Em test. de verdade.

ALEXANDRE FAZZIO ZAQUEU - TABELÃO SUBSTITUTO

Seg: 505649485048494945450555257 Unif. 3,50 Total R\$: 7,00.

ALEXANDRE FAZZIO ZAQUEU - TABELÃO SUBSTITUTO

VALOR CONFORME CONSIDERAÇÃO DE AUTENTICIDADE



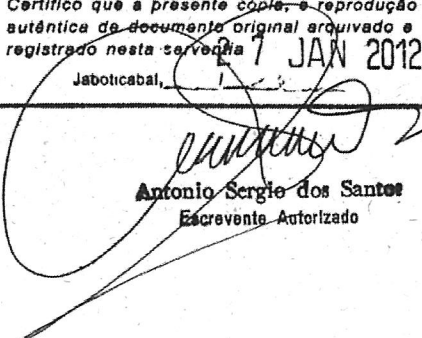
28/10/11  
STHEL KPELO  
Secretaria de Justiça



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
**COMARCA DE JABOTICABAL - SP**

Certifico que a presente cópia, e reprodução  
autêntica de documento original arquivado e  
registrado nesta serventia

Jaboticabal, 17 JAN 2012

  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado

42 -  
Oficial Reg. Civil P. Jurídica de Jaboticabal - SP  
Documento apresentado para registro, protocolado em 30/11/2011  
sob nº: 003434 e registrado em 30/11/2011 sob nº 3434 - NT.  
6157 - AV. O R. 835 de 14/02/2002  
Tabelado 27,26 Estado 8,82 Impesp 6,53 Trib. Just. Reg. Civil 1,63  
Microf. 3,76 T O T A L 49,63

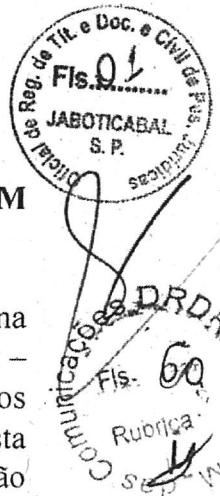
  
Antonio Sergio dos Santos  
Escrivente Autorizado



FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

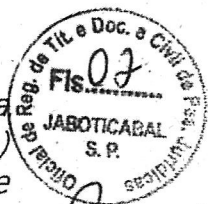
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM  
25 DE JANEIRO DE 2012

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 2012, em sua sede social, sita na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida General Osório, 218 – Centro, às 20:00 horas, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, os Senhores **JOSÉ ROBERTO SCANDELA**, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, **ELZA TEZZEI SCANDELA**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00, **GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, **REGIANE ESMÉRIA ALVES ELEUTÉRIO**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Nazário Kenan, 21 – Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.858.528-X-SSP/SP e CPF/MF nº 138.558.948-50, **POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 – Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20, **AUGUSTO LOPES**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, 259, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.065.708-SSP/MG e CPF/MF nº 122.946.406-91 e **MÁRIO FERNANDO BERLINGIERI**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida Arthur Verri, 52, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.191.456-9-SSP/SP e CPF/MF nº 442.589.768-49, membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, devidamente convocados por carta registrada, conforme determinação do parágrafo único do artigo 10º dos Estatutos Sociais e vazada no seguinte teor: *“Pela presente convocamos V.Sa. para realização de Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 25 de janeiro de 2012, em nossa sede social, sita na Avenida General*



*[Handwritten signatures]*

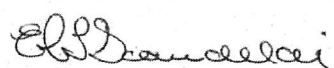




Osório, 218 – Centro – Jaboticabal – SP, às 20:00 horas, em primeira convocação, com o objetivo de aprovar a seguinte ordem do dia: a) Abertura de filial na cidade de Bebedouro - SP; b) Outros assuntos de interesse social. Jaboticabal, 13 de Janeiro de 2012. ass) José Roberto Scandelai - Presidente da Diretoria Executiva". Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Roberto Scandelai, que convidou a mim, Elza Tezzei Scandelai para secretária. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente determinou que se lesse a carta convocação, passando, ato contínuo, ao tema central da pauta, vale dizer, abertura de filial na cidade de Bebedouro – SP. Em consideração ao item em evidência, esclareceu o Sr. Presidente, que a entidade passará, doravante, a ter filial na cidade de Bebedouro – SP, na Alameda Porto Seguro, 397 –Jardim Parati I – CEP 14.708-210. Submetida à votação, a proposta foi, por unanimidade aceita. Finalizando, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quizesse fazer uso para tratar de assuntos de interesse social, e como não houvesse manifestação, deu por encerrada a assembléia, esclarecendo aos presentes que a presente ata, após lida, achada conforme e lavrada em livro próprio, seria levada a registro no Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Jaboticabal – SP, com conhecimento dos órgãos do Ministério Público. Jaboticabal, 25 de janeiro de 2012. ass) José Roberto Scandelai; Elza Tezzei Scandelai; Gustavo Roberto Tezzei Scandelai; Regiane Esméria Alves Eleutério; Poliana Barbosa Taliberti; Augusto Lopes e Mário Fernando Berlingieri.



**JOSÉ ROBERTO SCANDELA**  
Presidente

  
**ELZA TEZZEI SCANDELA**  
Secretária

Ciente SMP  
30/01/12



Oficial Reg. Civil P. Jurídica de Jaboticabal - SP  
Documento apresentado para registro, protocolado em 31/01/2012  
sob nº: 003472 e registrado em 31/01/2012 sob nº 3472 - Mf.  
6199. - AV. O R. 835 de 14/02/2002

Tabulação	Estado	Loes	Trib. Just.	Reg. Civil
28.81	9.32	6.90	1.72	1.72
Microf.	TOTAL			
3.97	52.44			

  
**Antonio Sergio dos Santos**  
Escrivente Autorizado



Termo de Convênio que, entre si, celebram o  
**INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO  
SUPERIOR DE BEBEDOURO "VICTÓRIO  
CARDASSI" – IMESB** e a **FUNDAÇÃO  
JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO  
EDUCATIVA**, visando à mútua cooperação no  
exercício de atividades de promoção, estímulo,  
apoio, orientação e todas as outras que se façam  
necessárias para o desenvolvimento do ensino, da  
pesquisa e da extensão.

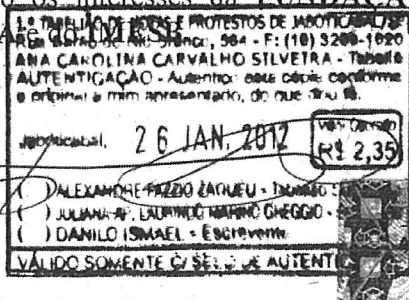
Pelo presente instrumento, tendo de um lado o **INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BEBEDOURO "VICTÓRIO CARDASSI" – IMESB**, com sede na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, na Rua Nelson Domingos Madeira, 300 – Parque Eldorado – CEP 14.706-124, inscrita no CNPJ/MF sob nº 57.725.681/0001-72, neste ato representado por sua Diretora, Professora **LUCIANA DE OLIVEIRA SENE**, RG Nº 5.129.397-SSP/SP e CPF/MF Nº 594.301.928-68, doravante denominado simplesmente IMESB, e de outro lado, **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, entidade jurídica de direito privado, com finalidade cultural e educacional, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida General Osório, 218 – Centro – CEP 14.870-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.897.895/0001-60, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ROBERTO SCANDELAI**, RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, tem entre si justo e acertado o presente Convênio, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Convênio tem como finalidade a mútua cooperação no exercício de atividades de promoção, estímulo, apoio, orientação e todas as outras que se façam necessárias para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão do **IMESB** as quais deverão estar enquadradas nos seguintes objetivos:

1.2 – Realizar e divulgar programas Educativos e Culturais, envolvendo conhecimento gerado pelo ensino, pesquisa e extensão universitária, de interesse da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, do **IMESB** e da comunidade em geral.

1.3 – Criar, manter e administrar, atividades e programas de serviço, culturais e educacionais, através de canais próprios de radiodifusão educativa, sem comerciais, tendo sempre como objetivo prioritário os interesses da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**.





1.4 – Executar serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos de interesses da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA** e do **IMESB** e da comunidade em geral.

1.5 – Este convênio tem como meta aproximar da população em geral os conhecimentos gerados na instituição de ensino.

1.6 – Para tal fim, as partes decidirão, em comum acordo, compartilhar a grade de horários e veiculação dos programas a serem produzidos em virtude do presente convênio.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CUSTOS

Os custos que porventura existirem para fazer face ao cumprimento deste Convênio e/ou para concretização das ações objeto do ajuste correrão por conta exclusiva da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, ficando o **IMESB** total e inteiramente isento, não sendo de sua responsabilidade e obrigação nem mesmo despesas a título de rateio, taxas, licenças e outras quaisquer eventualmente devidas a qualquer título.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTICÍPES

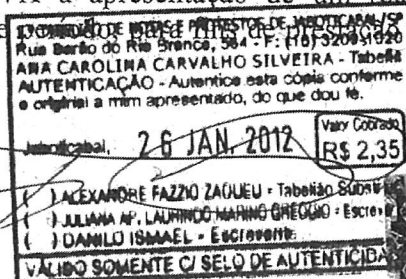
2.1 – Os partícipes garantirão todas as responsabilidades oriundas deste Convênio.

2.2 – Cabe ao **IMESB** a disponibilização do conhecimento gerado, cujo conteúdo possa contribuir para benefício da população em geral, respeitadas as condições éticas, sociais, científicas e acadêmicas.

2.3 – Cabe à **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA** produzir o material disponibilizado pelo **IMESB** e divulgá-lo de forma ética, sempre mediante prévia e formal autorização do **IMESB**. Poderá, porém, sempre em comum acordo entre as partes, o próprio **IMESB** produzir material sob sua exclusiva responsabilidade divulgando nos horários compartilhados da grade de programação, conforme estabelecido no item 1.6 acima.

2.4 – As publicações e divulgações de qualquer natureza, resultantes de trabalhos realizados no âmbito deste Convênio, mencionarão explicitamente a participação do **IMESB** e da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**.

2.5 – Após o encerramento de cada exercício, cabe à **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA** a apresentação de um relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas naquele exercício, bem como a prestação de contas junto aos órgãos diretivos do **IMESB**.





#### CLÁUSULA QUARTA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONVÊNIO

3.1 – Caberá aos administradores deste Convênio, abaixo nomeados, controlar e fiscalizar a execução dos trabalhos em conformidade com a Cláusula I – Do objeto.

3.2 – Por parte do IMESB, fica designada a Professora **LUCIANA DE OLIVEIRA SENE**, RG nº 5.129.397-SSP/SP e CPF/MF nº 594.301.928-68 e por parte da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, o Sr. **JOSÉ ROBERTO SCANDELAI**, RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, DENÚNCIA E RESCISÃO DO CONVÊNIO

4.1 – O presente Convênio terá a duração de 5 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura.

4.2 – Qualquer alteração que julgar necessária neste Convênio deverá ser feita mediante a lavratura do competente Termo de Aditamento, respeitadas as exigências legais e formais do ajuste.

4.3 – Este Convênio poderá ser denunciado, a qualquer tempo, por vontade dos partícipes ou de um deles, manifestada por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e rescindido por infração legal ou por descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas neste instrumento.

4.4 – No caso de rescisão, havendo pendências ou trabalhos em execução, os partícipes definirão as responsabilidades através de um Termo de Encerramento de Convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 – Este Convênio não impede que os partícipes realizem acordos semelhantes com outras entidades, observadas as restrições eventualmente feitas à divulgação de informações e as limitações impostas por direitos autorais e de propriedade.

5.2 – Não constitui, em decorrência deste Convênio, qualquer vínculo empregatício, de colaboradores, coordenadores, ou qualquer outro que sejam, designados ou não para a execução de seu objeto, entre um e outro partícipe.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

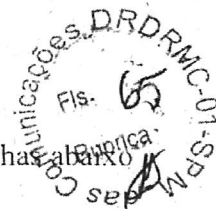
6.1 – Fica eleito o foro da comarca de Jaboticabal, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

1.º TABELÃO DE NOTAS E PROTESTOS DE JABOTICABAL/SP  
Rua Barão do Rio Branco, 584 - F: (16) 3206-1020  
ANA CAROLINA CARVALHO SILVEIRA - Tabelião  
AUTENTICAÇÃO - Autentico esta cópia conforme  
o original a mim apresentado, do que dou fé.  
Jaboticabal, 26 JAN. 2012 Valor Cobrado R\$ 2,35  
( ) ALEXANDRE FAZZIO ZAGUELO - Tabelião - Substituto  
( ) JULIANA A. LAURINDO MARINO GREGGIO - Escrivão  
( ) DANIEL IBRAEL - Escrivão  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO





6.2 - Assim, os partícipes firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo identificadas, em 3 (três) vias de igual teor.



INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BEBEDOURO

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

*Luciana de Oliveira Sene*  
P/ INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BEBEDOURO  
"VICTÓRIO CARDASSI" IMESB  
PROFª LUCIANA DE OLIVEIRA SENE

*José Roberto Scandelai*  
P/ FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA  
JOSÉ ROBERTO SCANDELA  
DIRETOR PRESIDENTE

TESTEMUNHAS:

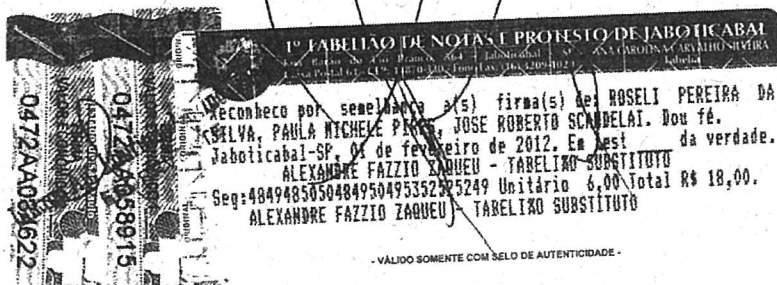
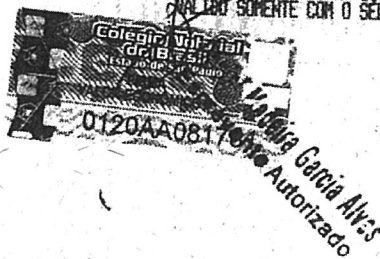
1- *Boni*

2- *Paula Michele Pires*



TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE BEBEDOURO-SP • CARTÓRIO CAMPOS  
R. Dr. Tobias Lima nº 921 • Centro • Jaboticabal-SP • CEP: 14700-400 • Telefone/Fax: (17) 3342-5822 / 3342-4472  
Reconheço por semelhança com valor econômico a(s) firma(s) de:  
LUCIANA DE OLIVEIRA SENE (35395), Dou fé.  
BEBEDOURO - SP, 24/01/2012

DANIEL MENEZES GARCIA ALVES ESCR. AUT.  
Valor Unitário: R\$ 6,00 Total: R\$ 6,00  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE





# DECLARAÇÃO



**INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO  
SUPERIOR DE BEBEDOURO "VICTÓRIO CARDASSI" -  
IMESB**, neste ato representado por sua diretora, Professora  
Luciana de Oliveira Sene, declara, para que produza todos seus  
efeitos legais, que tem, regularmente matriculados, 610  
(seiscentos e dez) alunos.

Bebedouro, 18 de Janeiro de 2012.

BEBEDOURO

*Luciana de Oliveira Sene*

**P/ INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE  
BEBEDOURO "VICTÓRIO CARDASSI" - IMESB  
PROFª LUCIANA DE OLIVEIRA SENE**

1.º TABELÃO DE NOTAS E PROTESTOS DE JMOBICABAL/SP  
Rue Barão do Rio Branco, 964 - F: (16) 3200-1020  
ANA CAROLINA CARVALHO SILVEIRA - Tabelão  
AUTENTICAÇÃO - Autentico esta cópia conforme  
o original a mim apresentado, do que deu fé:  
Jaboticabal, 26 JAN. 2012 Valor cobrado R\$ 2,35  
( ) ALEXANDRE FAZZIO ZAQUEU - Tabelão Substituto  
( ) JULIANA AP. LAURINDO MARINHO G. REGO - Escrevente  
( ) DANILO ISMAEL - Escrevente  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE BEBEDOURO-SP • CARTÓRIO CAMPOS  
R. Dr. Tobias Lima nº 921 • Centro • Bebedouro-SP • CEP: 14700-400 • Telefone/Fax: (17) 3342-5822 / 3342-4472  
Reconheço por semelhança SEM valor econômico a(s) firma(s) de:  
LUCIANA DE OLIVEIRA SENE (35395), Dou. fé.  
BEBEDOURO - SP, 24/01/2012.  
DANIEL MADEIRA GARCIA ALVES ESC. AUT.  
Valor Unitário: R\$ 4,00 Total: R\$ 4,00  
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE







## DECLARAÇÃO

**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, inscrita no CNPJ/MF nº 04.897.895/0001-60, com sede na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida General Osório, 218 Centro CEP 14.870-000, por seu representante legal, infra-assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- compromete-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, parágrafo 2º da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999.

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

  
**P/ FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**  
**JOSE ROBERTO SCANDELAI**  
**DIRETOR PRESIDENTE**





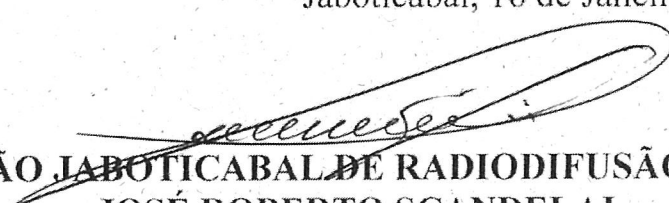
## **D E C L A R A Ç Ã O**

**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, inscrita no CNPJ/MF nº 04.897.895/0001-60, com sede na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida General Osório, 218 - Centro - CEP 14.870-000, por seu representante legal, infra-assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

I – não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Bebedouro - SP;

II – não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

  
**P/ FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**  
**JOSÉ ROBERTO SCANDELA**  
**DIRETOR PRESIDENTE**



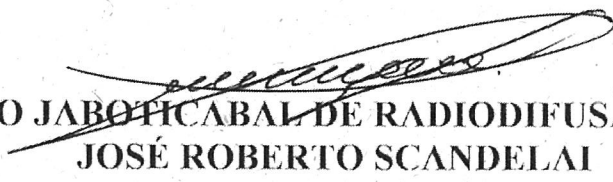


## **D E C L A R A Ç Ã O**

**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, inscrita no CNPJ/MF nº 04.897.895/0001-60, com sede na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Avenida General Osório, 218 Centro CEP 14.870-000, por seu representante legal, infra-assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- possui recursos financeiros para o empreendimento.

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

  
**P/ FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**  
**JOSÉ ROBERTO SCANDELA**  
**DIRETOR PRESIDENTE**



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 04.897.895/0001-60 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		<b>DATA DE ABERTURA</b> 14/02/2002
<b>NOME EMPRESARIAL</b> FUNDACAO JABOTICABAL DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> *****			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> Não informada			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 306-9 - FUNDACAO PRIVADA			
<b>LOGRADOURO</b> AV GENERAL OSORIO		<b>NÚMERO</b> 218	<b>COMPLEMENTO</b>
<b>CEP</b> 14.870-100	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> CENTRO	<b>MUNICÍPIO</b> JABOTICABAL	<b>UF</b> SP
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 14/02/2002	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 26/01/2012 às 08:43:48 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil



**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE**  
**TERCEIROS**

Nº 125002011-21031020

Nome: FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

CNPJ: 04.897.895/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 27/10/2011.  
Válida até 24/04/2012.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**  
**CNPJ: 04.897.895/0001-60**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 13:34:13 do dia 28/11/2011 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/05/2012.

Código de controle da certidão: **A02D.E079.CCE0.4A2B**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Coordenadoria da Dívida Ativa



### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 04.897.895

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 1654406  
Data e hora da emissão 02/02/2012 16:11:49  
Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Folha 1 de 1  
(hora de Brasília)

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03 de 13 de agosto de 2010, publicada no D.O.E. de 17/08/2010 - Seção I, p. 21.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>





**CERTIDÃO NEGATIVA N° 264/2012**

A Prefeitura Municipal de Jaboticabal, CERTIFICA, a requerimento de pessoa interessada, conforme processo n° **13277/2012** de 17 de janeiro de 2012, que consta no Cadastro Mobiliário Fiscal de Contribuintes do Município para estabelecimentos de produção, comércio, indústria e de prestação de serviços, registro em nome de **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIOD.EDUCATIV**, CNPJ/CPF N° **04.897.895.0001/60**, com Inscrição Municipal n° **113.443**, cadastrada na **AV GENERAL OSÓRIO n° 218**, na cidade de JABOTICABAL/SP, com a atividade de **"ATIV.DE TELEVISÃO ABERTA"**, certifica ainda que até a presente data, não consta débito apurado contra a mesma com referência à Taxa de Licença para Abertura, Localização e Funcionamento, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e Taxa de Vigilância Sanitária, ficando à Fazenda Municipal de Jaboticabal reservado o direito de verificações e cobranças futuras. A presente certidão é válida pelo período de 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 1° do Decreto n° 5407 de 18 de fevereiro de 2010, nada mais. Todo o referido é verdade e dou fé.



Jaboticabal, 17 de janeiro de 2012

**CÍNTIA HARUMI GANEKE LIGEIRO**  
Sistema Prático



IMPRIMIR

VOLTAR



### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 04897895/0001-60

**Razão Social:** FUNDACAO JABOTICABAL DE RADIOFUSAO EDUCATIVA

**Endereço:** AV GENERAL OSORIO 218 / CENTRO / JABOTICABAL / SP / 14870-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 02/02/2012 a 02/03/2012

**Certificação Número:** 2012020211512977899914

Informação obtida em 02/02/2012, às 11:51:29.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





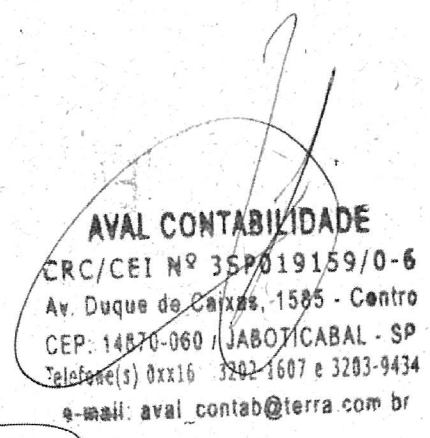
## BALANÇO PATRIMONIAL DEZEMBRO DE 2011

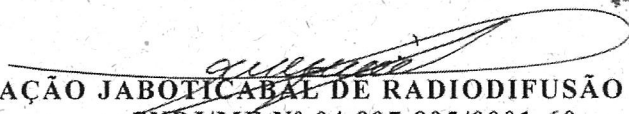
### FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

ENDEREÇO – Av. General Osório, Nº 218  
BAIRRO – Centro  
CEP: 14870-100  
CIDADE – Jaboticabal/SP.  
I.MUN.CCM – 113443  
INSCR. EST. – Isento  
CNPJ/MF – Nº 04.897.895/0001-60  
REGIME – Serviços  
ATIVIDADE – Televisão aberta  
C.N.A.E. – 60.21-7/00



AVAL CONTABILIDADE  
CRC: 3SP 019159-0-6 CNPJ/MF 031.050.488-04  
AV. Duque de Caxias Nº 1585  
Jaboticabal SP.



  
P/FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA  
CNPJ/MF Nº 04.897.895/0001-60  
AVENIDA GENERAL OSÓRIO, 218 – JABOTICABAL/SP  
JOSÉ ROBERTO SCANDELAÍ – PRESIDENTE

Jaboticabal, 31 de janeiro de 2011.



**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO  
EDUCATIVA – GRADE DE PROGRAMAÇÃO**



**SEGUNDA A SÁBADO**

**00:00 ÀS 05:00 – NOSTALGIA (Grandes Nomes da MPB)**  
**05:00 ÀS 07:00 – SERTANEJO RAIZ NACIONAL**  
**07:00 ÀS 08:00 – JORNALISMO**  
**08:00 ÀS 11:30 – MÚSICA E INFORMAÇÃO NACIONAL**  
**11:30 ÀS 13:00 – JORNALISMO DIRETO**  
**13:00 ÀS 17:00 – MÚSICA E INTRETENIMENTO**  
**17:00 ÀS 18:00 – SERTANEJO UNIVERSITÁRIO**  
**18:00 ÀS 19:00 – SUCESSOS NACIONAIS**  
**19:00 ÀS 20:00 – VOZ DO BRASIL**  
**20:00 ÀS 22:00 – RECORDAÇÕES DO PASSADO**  
**22:00 ÀS 00:00 – SINFONIA DA NOITE**

**DOMINGO**

**00:00 ÀS 05:00 – TÚNEL DO TEMPO**  
**05:00 ÀS 07:00 – JOVEM GUARDA**  
**07:00 ÀS 08:00 – INFORMAÇÃO (RESUMO DA SEMANA)**  
**08:00 ÀS 11:30 – ROBERTO CARLOS E AMIGOS**  
**11:30 ÀS 13:00 – SAMBA, SUOR E SWING**  
**13:00 ÀS 17:00 – MÚSICA DA ATUALIDADE**  
**17:00 ÀS 18:00 – MPB E VOCÊ**  
**18:00 ÀS 19:00 – BALANÇANDO OS ANOS 60, 70 E 80**  
**19:00 ÀS 20:00 – RECORDAR É VIVER**  
**20:00 ÀS 22:00 – ONDE ESTÁ VOCÊ (NOSSA MÚSICA)**  
**22:00 ÀS 00:00 – SERTANEJÃO**

**Durante toda a programação serão inseridos boletins com  
informação Educativo-Cultural de hora em hora.**

**Jaboticabal, 31 de janeiro de 2011.**

  
**P/FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**

**CNPJ/MF Nº 04.897.895/0001-60**

**AVENIDA GENERAL OSÓRIO, 218 – JABOTICABAL/SP**

**JOSÉ ROBERTO SCANDELA – PRESIDENTE**



ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DANTON

MOLECA DIREITA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.448.149-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/ABR/2002

NOME JOSE ROBERTO SCANDELA I

FILIAÇÃO ANTONIO SCANDELA I  
E MARIA GUBEROVIC SCANDELA I

NATURALIDADE JABOTICABAL -SP DATA DE NASCIMENTO 07/ABR/1952

DOC ORIGEM JABOTICABAL SP

CC: LV. 81 /FLS. 97V /N. 000194

CPF 742687678/00

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

0472AA478014

DE NOTAS E PROTESTOS DE JABOTICABAL/SP  
do Rio Branco, 564 - F: (16) 3209-1020

OLINA CARVALHO SILVEIRA - Tabelião

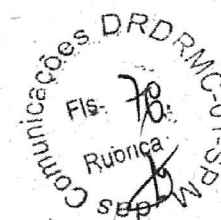
CAÇÃO - Autentico esta cópia conforme  
a mim apresentado, do que dou fé.

24 JAN. 2012

Valor Cobrado R\$ 2,35

ALEXANDRE FAZZO ZAQUEU - Tabelião Substituto  
JULIANA AP. LAURINDO MARINO GREGGIO - Escrevente  
DANILO ISMAEL - Escrevente

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

JOSE ROBERTO SCANDELA I

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 19/02/98

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome JOSE ROBERTO SCANDELA I

Nº de Inscrição 742687678-00

Data do Nascimento 07/04/52

0472AA478015

DE NOTAS E PROTESTOS DE JABOTICABAL/SP  
do Rio Branco, 564 - F: (16) 3209-1020

BARÃO DO RIO BRANCO, 564 - F: (16) 3209-1020

CAROLINA CARVALHO SILVEIRA - Tabelião

CAÇÃO - Autentico esta cópia conforme  
a mim apresentado, do que dou fé.

24 JAN. 2012

Valor Cobrado R\$ 2,35

ALEXANDRE FAZZO ZAQUEU - Tabelião Substituto  
JULIANA AP. LAURINDO MARINO GREGGIO - Escrevente  
DANILO ISMAEL - Escrevente

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Jaboticabal**

Referente ao pedido 00000004 de 26/01/2012

001 00000004 CV-R



\* Para maior segurança, conferir a seqüência alfabética de cada letra do nome  
\* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. \*

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de processos em andamento cíveis, família e executivos fiscais (Municipais, Estaduais e Federais)**, no período de 10 anos anteriores a data de **26/01/2012**, verificou constar como réu/requerido/interessado em nome de:

JOSE ROBERTO SCANDELA\* \* \* \* \*  
KPTF SPCFSUP TDBOEFMBJ\* \* \* \* \*  
LQUG TQDGTVQ UECPPFGNCK\* \* \* \* \*

RG:5448149-1 e CPF:742687678-00 (constam no pedido de certidão)

As seguintes distribuições:

Fórum	Processo	Ação/Incidente Processual	Dt. Dist./Ent.
F. Jaboticabal	291.01.2005.002731	Despejo por Falta de Pagamento	13/05/2005
01ª. V. Judicial(Cível) Ordem: 000498/2005			
Autor: CORINA BRANDIMARTE			
F. Jaboticabal	291.01.2009.001643	Indenização (Ordinária)	02/03/2009
02ª. V. Judicial(Cível) Ordem: 000273/2009			
Autor: NELSON BENEDITO DOS SANTOS			

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:  
- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Jaboticabal, 26 de Janeiro de 2012.

SEBASTIÃO RICARDO BISCOLA  
CHEFE DE SEÇÃO JUDICIÁRIO



Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site ( <http://www.tj.sp.gov.br> ), informando o Fórum, Tipo= Cível, Pedido= 00000004, Identificação= 89171 e Data= 26/01/2012.





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Jaboticabal**

Referente ao Pedido 00000032 de 26 de Janeiro de 2012

- \* Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome
- \* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome.



O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais, anteriores a data de 26/01/2012, verificou nada constar contra:**

JOSE ROBERTO SCANDELAI\* \* \* \* \*  
KPTF SPCFSUP TDBOEFMBJ\* \* \* \* \*  
LQUG TQDGTVO UECFPGNCK\* \* \* \* \*

RG:5448149-1, CPF:742687678-00, nascido(a) em 07/04/1952, em Jaboticabal-SP, filho(a) de ANTONIO SCANDELAI e MARIA GUBEROVIC SCANDELAI, conforme indicação feita no pedido de certidão.

\*\*\* Nada consta contra o nome informado acima. \*\*\*

Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que esta certidão é isenta de custas conforme determinação judicial.

Jaboticabal, 26 de Janeiro de 2012.

**Não serve para Fins Judiciais**

SEBASTIÃO RICARDO BISCOLA  
CHEFE DE SEÇÃO JUDICIÁRIO





**OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE JABOTICABAL - SP**

Av. Major Novaes, 535 - Centro - CEP-14870-080

CNPJ-50.510.734/0001-99

Oficial: ÁLVARO BENEDITO TORREZAN

Tel. (16) 3202-3015

e-mail: ri.jaboticabal@terra.com.br

**CERTIDÃO NEGATIVA**

ÁLVARO BENEDITO TORREZAN, OFICIAL, no uso de suas atribuições legais, a requerimento de JOSÉ ROBERTO SCANDELA, portador(a) do RG-5.448.149-1;

**CERTIFICA**, após revisar os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, no período de **CINCO ANOS (005)** até **24/01/2012**, deles verificou **\*\*\*NÃO CONSTAR\*\*\*** protesto em nome de:

.....  
**JOSÉ ROBERTO SCANDELA**

**RG: 5.448.149-1 - SSP/SP CPF: 742.687.678-00**  
.....

A presente certidão se refere aos nomes e números nela grafados, que foram fornecidos pela pessoa interessada, devendo-se desconsiderar aqueles que por qualquer motivo lhes sejam semelhantes.

NADA MAIS E DOU FÉ.

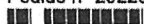
JABOTICABAL, 25 de janeiro de 2012

Eu,

**ALESSANDRO ZEOLA RETTONDIN**  
ESCREVENTE

, procedi as buscas, extraí e assino a presente.

Pedido nº 25226



**CERTIDÃO Nº 12736**

Emitida as: 15:41:59

**Discriminação dos Recolhimentos**

Tabelião	Estado	Ipesp	Reg.Civil	Trib.Juiz	Santa Casa	Correio	Outros	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,20	0,06	0,00	0,00	8,90

**DESDE 01/03/2001 HÁ TRÊS TABELIÕES DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE JABOTICABAL - SP**  
\*\*\*A CERTIDÃO NÃO CONTEM RASURA(S), ENTÃO, NÃO É NECESSÁRIO APRESENTAR O ORIGINAL A MIM APRESENTADO, DO QUE DOU FÉ.

Jaboticabal, 31 JAN. 2012  
ALEXANDRE FAZZIO ZAGUELI - Tabelião Substituto  
JULIANA AP. LAURINDO MARINO GREGGIO - Escrevente  
DANILO ISMAEL - Escrevente  
VÁLIDO SOMENTE C/ SELO DE AUTENTICIDADE

Valor Cobrado  
R\$ 2,35



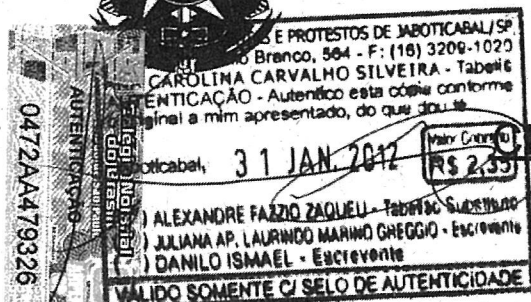




1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE JABOTICABAL - SP

Ana Carolina Carvalho Silveira

Tabeliã



**CERTIDÃO NEGATIVA**

O 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de JABOTICABAL, no uso de suas atribuições legais, a requerimento de JOSE ROBERTO SCANDELA, portador(a) do RG 5.448.149-1

**C E R T I F I C A**, após revisar os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, no período de 5 ( Cinco) anos até 24/01/2012, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

**JOSE ROBERTO SCANDELA**  
**CPF - 742.687.678-00 RG: 5.448.149-1-SSP/SP**

KPTF SPCFSUP TDBOEFMBJ  
LQUG TQDGTVQ UECPEGNCK

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

CONSIGNA ainda que, os nomes e números desta certidão foram fornecidos pela pessoa nela interessada do modo em que estão aqui grafados, devendo-se desconsiderar aqueles que lhes sejam semelhantes por qualquer motivo.

**NADA MAIS E DÁ FÉ.**

JABOTICABAL, 25 de Janeiro de 2012

Eu,  MARIA CLAUDIA FERRAZ - ESCRIVENTE conferi, subscrevo e assino.

Certidão nº 8324-2012 Pedido nº 12097  
Código de Segurança: 148371255185

TABELIAO	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,06	0,29	R\$ 8,90

DESDE 01.03.2001 HÁ TRÊS TABELIÃES DE PROTESTO EM JABOTICABAL  
CERTIDÃO ESCRITA SOMENTE NO ANVERSO. NÃO CONTEM RASURAS OU ENTRELINHAS





E:31SP0473



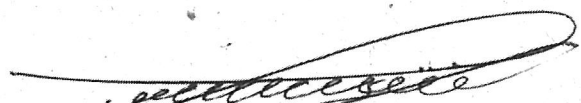
## DECLARAÇÃO



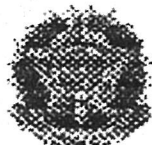
**JOSÉ ROBERTO SCANDELA**I, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, na condição de Diretor Presidente da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Bebedouro SP, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236/67.

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

  
**JOSÉ ROBERTO SCANDELA**I





JUSTIÇA ELEITORAL  
61ª ZONA ELEITORAL DE JABOTICABAL - SP  
AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 539 Telefone 32021171



## Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: JOSE ROBERTO SCANDELA  
Inscrição: 025167900116 Zona: 61 Seção: 10  
Município: 65870 - JABOTICABAL UF: SP  
Data de nascimento: 07/04/1952 Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: MARIA GUBEROVIC SCANDELA  
ANTONIO SCANDELA

Em 24 de janeiro de 2012.

SONIA MARIA ALVARES MARTINS  
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.





## DECLARAÇÃO

**JOSÉ ROBERTO SCANDELA**I, brasileiro, casado, jornalista profissional, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.448.149-SSP/SP e CPF/MF nº 742.687.678-00, na condição de Diretor Presidente da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorram foro especial.

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

  
**JOSÉ ROBERTO SCANDELA**I



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1024-9

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBERTO DE SOUZA





*Gustavo Scandelai*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 33.677.963-X DATA DE EXPEDIÇÃO 24 AGO/95

NOME GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA

FILIAÇÃO JOSE ROBERTO SCANDELA

E ELZA TEZZEI SCANDELA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

JABOTICABAL - SP 06/DEZ/1979

DOC. ORIGEM JABOTICABAL - SP

2 SUB

CPN CN: LV.A14 / FLS.254 / N.002067

ASSINATURA DO DIRETOR

LEIA: 1024-9

VALOR DE NOTAS E PROTESTOS DE JABOTICABAL/SP

Av. do Rio Branco, 564 - F. (16) 3208-1020

WOLINA CARVALHO SILVEIRA - Tabelião

TICACAO - Autenticado esta cópia conforme

o livro autenticado, do que dou fé.

Valor Cobrado R\$ 2,35

25 JAN. 2012

ALEXANDRE FAZIO ZACHEU - Tabelião Substituto

JULIANA AP. LAURINDO MARINO GREGGIO - Escrevente

DANILLO ISMAEL - Escrevente

VALIDAMENTE O SELO DE AUTENTICIDADE

0472AA478228

Comunicações DRDRMC-01-05


Fis. 87

Rubrica

EM BRANCO



ENTRADA

<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> Secretaria da Receita Federal	
<b>CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS</b>	
Nome: <b>GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI</b>	
Nº de Inscrição: <b>281317538-24</b>	Data de Nascimento: <b>06/12/79</b>
	

Assinatura: <i>Gustavo Roberto Tezzei Scandelai</i>	Assinatura: <b>GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI</b>
Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.	
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
Emitido em : 05/07/97	

VALIDO SOMENTE C/ SELO DE AUTENTICIDADE	
ALEXANDRE FAZIO ZARUEN - Tabelião Substituto	
JULIANO DE LIMA LINS - Escriturário	
DANIEL NISIMEL - Escrivão	
25 JAN. 2012	
R\$ 2,35	
0472AA478225	

DRDRC 012-12-01  
das Comunicações  
Fis. - Ruança





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Jaboticabal**

001 00000003 CV-R



Referente ao pedido 00000003 de 26/01/2012

- \* Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome \*  
\* certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. \*

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de processos em andamento cíveis, família e executivos fiscais (Municipais, Estaduais e Federais)**, no período de 10 anos anteriores a data de **26/01/2012**, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:

GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA I \* \* \* \* \*  
HVTUBWP SPCFSUP UFAAFJ TDBOEFMBJ \* \* \* \* \*  
IWUVCXQ TQDGTVO VGBBGK UECFPGNCK \* \* \* \* \*

RG:33677963-X e CPF:281317538-24 (constam no pedido de certidão)

\*\*\* Nada consta contra o nome informado acima. \*\*\*

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Jaboticabal, 26 de Janeiro de 2012.

SEBASTIÃO RICARDO BISCOLA  
CHEFE DE SEÇÃO JUDICIÁRIO







**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Jaboticabal**

Referente ao Pedido 00000035 de 26 de Janeiro de 2012

- \* Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome  
 \* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome.



O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais, anteriores a data de 26/01/2012, verificou nada constar contra:**

GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA I \* \* \* \* \*  
 HVTUBWP SPCFSUP UFAAFJ TDBOEFMBJ \* \* \* \* \*  
 IWUVCXQ TQDGTVQ VGBBGK UECFPGNCK \* \* \* \* \*

RG:33677963-X, CPF:281317538-24, nascido(a) em 06/12/1979, em Jaboticabal-SP, filho(a) de JOSE ROBERTO SCANDELA I e ELZA TEZZEI SCANDELA I, conforme indicação feita no pedido de certidão.

\*\*\* Nada consta contra o nome informado acima. \*\*\*

Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que esta certidão é isenta de custas conforme determinação judicial.

Jaboticabal, 26 de Janeiro de 2012.

**Não serve para Fins Judiciais**

SEBASTIÃO RICARDO BISCOLA  
 CHEFE DE SEÇÃO JUDICIÁRIO







**OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE JABOTICABAL - SP**

Av. Major Novaes, 535 - Centro - CEP-14870-080

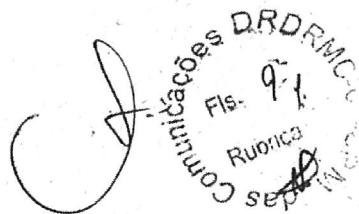
CNPJ-50.510.734/0001-99

Oficial: **ÁLVARO BENEDITO TORREZAN**

Tel. (16) 3202-3015

e-mail: [ri.jaboticabal@terra.com.br](mailto:ri.jaboticabal@terra.com.br)

**CERTIDÃO NEGATIVA**



ÁLVARO BENEDITO TORREZAN, OFICIAL, no uso de suas atribuições legais, a requerimento de JOSÉ ROBERTO SCANDELAI, portador(a) do RG-5.448.149-1;

**CERTIFICA**, após revisar os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, no período de **CINCO ANOS (005)** até **24/01/2012**, deles verificou **\*\*\*NÃO CONSTAR\*\*\*** protesto em nome de:

.....  
**GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI** .....


**RG: 33.677.963-X - SSP/SP CPF: 281.317.538-24** .....

A presente certidão se refere aos nomes e números nela grafados, que foram fornecidos pela pessoa interessada, devendo-se desconsiderar aqueles que por qualquer motivo lhes sejam semelhantes.

NADA MAIS E DOU FÉ.

JABOTICABAL, 25 de janeiro de 2012

Eu,

  
**ALESSANDRO ZEOLA RETTONDIN**  
ESCREVENTE

, procedi as buscas, extraí e assino a presente.

Pedido nº 25228



**CERTIDÃO Nº 12738**

Emitida as: 15:42:12

**Discriminação dos Recolhimentos**

Tabelião	Estado	Ipesp	Reg.Civil	Trib.Juiz	Santa Casa	Correio	Outros	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	0,00	0,00	8,90

**DESDE 01/03/2001 HÁ TRÊS TABELIÕES DE PROTESTO EM JABOTICABAL**

**\*\*\*A CERTIDÃO NÃO CONTÉM RASURA(S), ENTRELINHA(S) OU IMPRESSÃO NO SEU VERSO\*\*\***



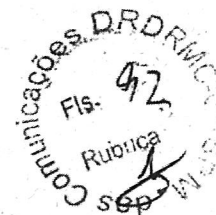


1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE JABOTICABAL - SP

*Ana Carolina Carvalho Silveira*

Tabeliã

## CERTIDÃO NEGATIVA



O 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de JABOTICABAL, no uso de suas atribuições legais, a requerimento de JOSE ROBERTO SCANDELA, portador(a) do RG 5.448.149-1

C E R T I F I C A, após revisar os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, no período de 5 ( Cinco) anos até 24/01/2012, deles verificou NÃO CONSTAR PROTESTO em nome de:

**GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA**  
**CPF - 281.317.538-24 RG: 33.677.963-X-SSP;SP**

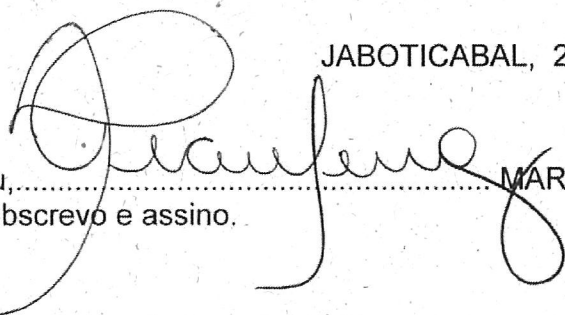
HVTUBWP SPCFSUP UFAAFJ TDBOEFMBJ  
IWUVCXQ TQDGTVQ VGBBGK UECFPGNCK

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

CONSIGNA ainda que, os nomes e números desta certidão foram fornecidos pela pessoa nela interessada do modo em que estão aqui grafados, devendo-se desconsiderar aqueles que lhes sejam semelhantes por qualquer motivo.

NADA MAIS E DÁ FÉ.

JABOTICABAL, 25 de Janeiro de 2012

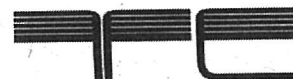
Eu,  MARIA CLAUDIA FERRAZ - ESCRIVENTE conferi, subscrevo e assino.

Certidão nº 8326-2012 Pedido nº 12099  
Código de Segurança: 191366903813

TABELIAO	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,06	0,29	R\$ 8,90

DESDE 01.03.2001 HÁ TRÊS TABELIÃES DE PROTESTO EM JABOTICABAL  
CERTIDÃO ESCRITA SOMENTE NO ANVERSO. NÃO CONTEM RASURAS OU ENTRELINHAS





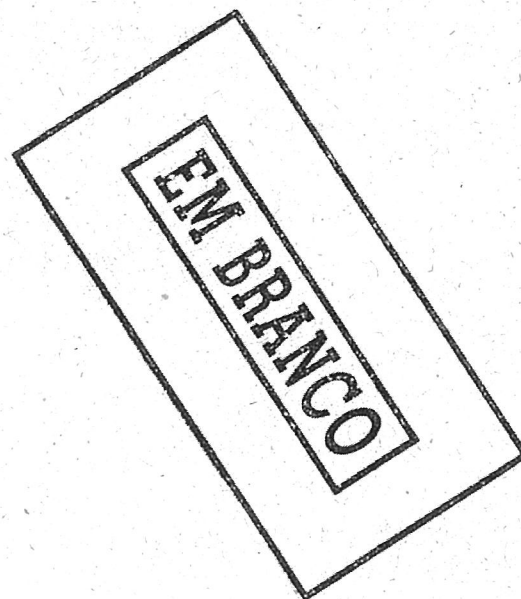
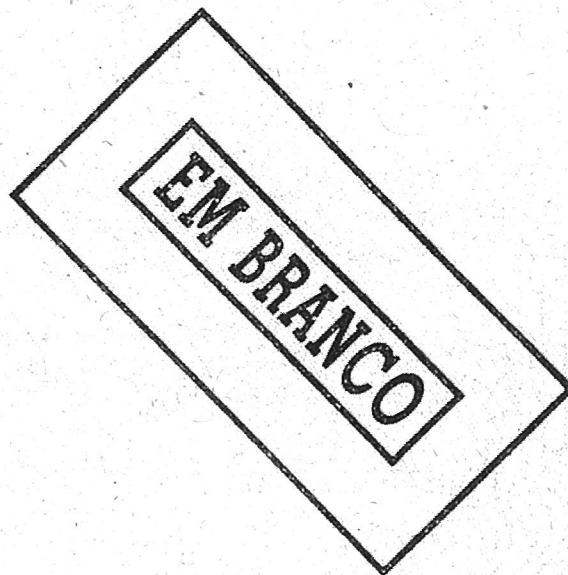
Comunicações DRDRMC-0-8  
Fls. 93  
Ruína  
A



**2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS  
E TÍTULOS DE JABOTICABAL - SP**

*Bel. Dorivaldo Camillo  
Tabelião*

XX



XX



## DECLARAÇÃO



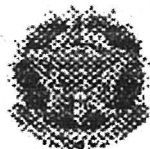
**GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, na condição de Vice Presidente da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Bebedouro SP, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236/67.

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

**GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI**





JUSTIÇA ELEITORAL  
61ª ZONA ELEITORAL DE JABOTICABAL - SP  
AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 539 Telefone 32021171



## Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA  
Inscrição: 214559160159 Zona: 61 Seção: 89  
Município: 65870 - JABOTICABAL UF: SP  
Data de nascimento: 06/12/1979 Domiciliado desde: 09/12/1997  
Filiação: ELZA TEZZEI SCANDELA  
JOSE ROBERTO SCANDELA

Em 24 de janeiro de 2012.

SONIA MARIA ALVARES MARTINS  
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos." A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



## DECLARAÇÃO



**GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.677.963-X-SSP/SP e CPF/MF nº 281.317.538-24, na condição de Vice Presidente da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorram foro especial.

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Gustavo Roberto Tezzei Scandelai".

**GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELAI**



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

5.202.379

SÃO PAULO 25-AGO-1983

MOBILIDADE

NE 090648

CONVENIENTE

POSSUIR DIREITO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO BRASIL

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

CÉDULA DE IDENTIDADE

NACIONALIDADE BRASILEIRA

ELZA TEZZEI SCANDELA

Nome

Arthur Reynaldo Tezzei

Matrícula

Maria Margarida Barbieri

JABOTICABAL-SP

03-AGO-1951

Assinatura

Elza Tezzei Scandela

0472AA478021

TABELÃO DE NOTAS E PROTESTOS DE JABOTICABAL/SP

Rua Barão do Rio Branco, 564 - F: (16) 3209-1020

AV. CAROLINA CARVALHO SILVEIRA - Tabellâ

Autenticação - Autentico esta cópia conforme original a mim apresentado, do qual dou fé.

Jaboticabal

24 JAN. 2012

Valor Cobrado R\$ 2,35

ALEXANDRE FAZZIO ZAQUEU - Tabellão Substituto

JULIANA AP. LAURINDO MARINO GREGGIO - Escrevente

DANILO ISMAEL - Escrevente

VALIDO SOMENTE COM SELA DE AUTENTICAÇÃO

Comunicações DRD RAC

Fis- 97

Ruota

SP-M. 10

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE TABELÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE VAG. BRIGADA NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.

PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CHAMBO DO AGENTE EMISSOR

864406587

19/08/89

SP

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO CPF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - CIEF

C/0

Nº DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

833.679.008/00

NOME COMPLETO

ELZA TEZZEI SCANDELA

NASCIMENTO

03.08.51

Assinatura

Elza Tezzei Scandela

VALIDO SOMENTE COM A PRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

TABELÃO DE NOTAS E PROTESTOS DE JABOTICABAL/SP

Rua Barão do Rio Branco, 564 - F: (16) 3209-1020

AV. CAROLINA CARVALHO SILVEIRA - Tabellâ

Autenticação - Autentico esta cópia conforme original a mim apresentado, do qual dou fé.

Jaboticabal

24 JAN. 2012

Valor Cobrado R\$ 2,35

ALEXANDRE FAZZIO ZAQUEU - Tabellão Substituto

JULIANA AP. LAURINDO MARINO GREGGIO - Escrevente

DANILO ISMAEL - Escrevente

VALIDO SOMENTE COM SELA DE AUTENTICAÇÃO





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Jaboticabal**

Referente ao pedido 00000002 de 26/01/2012

Página 1

\* Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome \*  
\* certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. \*

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de processos em andamento cíveis, família e executivos fiscais (Municipais, Estaduais e Federais)**, no período de 10 anos anteriores a data de **26/01/2012**, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:

ELZA TEZZEI SCANDELA\* \* \* \* \*  
FMAB UFAAFJ TDBOEFMBJ\* \* \* \* \*  
GNBC VGBBGK UECFPGNCK\* \* \* \* \*

RG:5202379- e CPF:833679008-00 (constam no pedido de certidão)

\*\*\* Nada consta contra o nome informado acima. \*\*\*

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Jaboticabal, 26 de Janeiro de 2012.

SEBASTIÃO RICARDO BISCOLA  
CHEFE DE SEÇÃO JUDICIÁRIO



Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site ( <http://www.tj.sp.gov.br> ), informando o Fórum, Tipo= Cível, Pedido= 00000002, Identificação= 55905 e Data= 26/01/2012.





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Jaboticabal**

Referente ao Pedido 00000026 de 26 de Janeiro de 2012

Página 1

- \* Para maior segurança, conferir a seqüência alfabética de cada letra do nome \*  
 \* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. \*

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais, anteriores a data de 26/01/2012, verificou nada constar contra:**

ELZA TEZZEI SCANDELAI\* \* \* \* \*  
 FMAB UFAAFJ TDBOEFMBJ\* \* \* \* \*  
 GNBC VGBBGK UECFPGNCK\* \* \* \* \*

RG:5202379, CPF:833679008-00, nascido(a) em 03/08/1951, em Jaboticabal-SP, filho(a) de ARTHUR REYNALDO TEZZEI e MARIA MARGARIDA BARBIERI TEZZEI, conforme indicação feita no pedido de certidão.

\*\*\* Nada consta contra o nome informado acima. \*\*\*



Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que esta certidão é isenta de custas conforme determinação judicial.

Jaboticabal, 26 de Janeiro de 2012.

**Não serve para Fins Judiciais**

SEBASTIÃO RICARDO BISCOLA  
 CHEFE DE SEÇÃO JUDICIÁRIO



Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site ( <http://www.tj.sp.gov.br> ), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00000026, Identificação= 84878 e Data= 26/01/2012.



Colégio Notarial  
do Brasil  
Estado de São Paulo

AUTENTICAÇÃO

0472AA479317

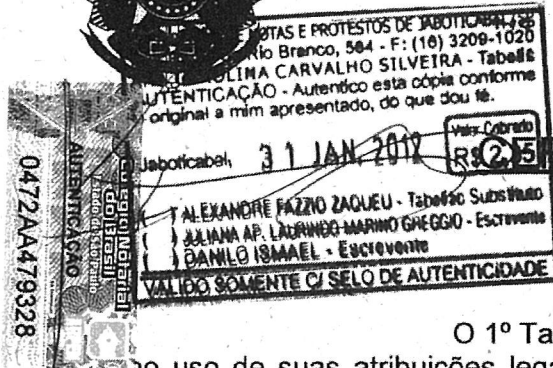




1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE JABOTICABAL - SP

Ana Carolina Carvalho Silveira

Tabeliã



**CERTIDÃO NEGATIVA**



O 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de JABOTICABAL, no uso de suas atribuições legais, a requerimento de JOSE ROBERTO SCANDELA, portador(a) do RG 5.448.149-1

**C E R T I F I C A**, após revisar os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, no período de 5 ( Cinco) anos até 24/01/2012, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

**ELZA TEZZEI SCANDELA**

**CPF - 833.679.008-00 RG: 5.202.379-SSP/SP**

FMAB UFAAFJ TDBOEFMBJ  
GNBC VGBBGK UECFPGNCK

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

CONSIGNA ainda que, os nomes e números desta certidão foram fornecidos pela pessoa nela interessada do modo em que estão aqui grafados, devendo-se desconsiderar aqueles que lhes sejam semelhantes por qualquer motivo.

**NADA MAIS E DÁ FÉ.**

JABOTICABAL, 25 de Janeiro de 2012

Eu,.....  
subcrevo e assino.

MARIA CLAUDIA FERRAZ - ESCRVENTEconferi,

Certidão nº 8323-2012 Pedido nº 12096  
Código de Segurança: 139917195129

TABELIAO	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,06	0,29	R\$ 8,90

DESDE 01.03.2001 HÁ TRÊS TABELIÃES DE PROTESTO EM JABOTICABAL  
CERTIDÃO ESCRITA SOMENTE NO ANVERSO. NÃO CONTEM RASURAS OU ENTRELINHAS



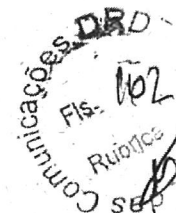


*Bel. Dorivaldo Camillo  
Tabelião*



A DIREÇÃO DE NOTAS E PROTESTOS DE JABOTICABAL/SP  
Rua Barão do Rio Branco, 584 - F: (16) 3209-1020  
A CAROLINA CARVALHO SILVEIRA - Tabelião  
AUTENTICAÇÃO - Autêntico esta cópia conforme  
original a mim apresentado, do que dou fé. C  
Jaboticabal, 31 JAN. 2012  
ALEXANDRE FAZZIO ZAGUEU - Tabelião Substituto  
JULIANA AP. LAURINDO MARINO SHEGGO - Escrivente  
DANILO ISMAEL - Escrivente  
VALIDO SOMENTE C/ SELO DE AUTENTICIDADE

# CERTIDÃO NEGATIVA



O 2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS de JABOTICABAL, por este público instrumento, atendendo a requerimento de JOSE ROBERTO SCANDELA, portador(a) do RG 5.448.149-1

**CERTIFICA**, após revisar os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, no período de 5 ( Cinco) anos até 24/01/2012, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

ELZA TEZZEI SCANDELAI

CPF - 833.679.008-00 RG: 5.202.379-SSP/SP

FMAB UFAAFJ TDBOEFMBJ

GNBC VGBBGK UECPEGNCK

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

CONSIGNA ainda que, o(s).nome(s) e número(s) objeto desta certidão, foram fornecidos pela própria pessoa nela interessada do modo em que estão aqui grafados, devendo-se desconsiderar aqueles que lhes sejam semelhantes por qualquer motivo.

NADA MAIS E DÁ FÉ.

JABOTICABAL/SP, 25 de Janeiro de 2012

Eu ..... subscrevo e assino.

AMAURO FLORIO FILHO  
ESCREVENTE

Certidão nº 8472-2012 Pedido nº 12331  
Código de Segurança: 139917195129

TABELIAO	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,06	0,29	R\$ 8,90

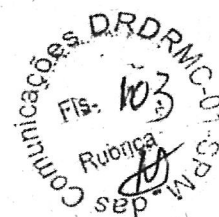
DESDE 01.03.2001 HÁ TRÊS TABELIÕES DE PROTESTOS EM JABOTICABAL.  
CERTIDÃO ESCRITA SOMENTE NO AVERSO. NÃO CONTÉM RASURAS OU ENTRELINHAS.

[illegible]

Rua Barão do Rio Branco, 673 - Fones: (0xx16) 3202-4455 e 3202-4144 - Caixa Postal 186  
JABOTICABAL - SP - CEP 14870-330 - e-mail: 2tabeliao.jab@netsite.com.br



## DECLARAÇÃO



**ELZA TEZZEI SCANDELA**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00, na condição de Diretora Administrativa da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Bebedouro SP, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236/67.

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

  
**ELZA TEZZEI SCANDELA**





JUSTIÇA ELEITORAL  
61ª ZONA ELEITORAL DE JABOTICABAL - SP  
AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, 539 Telefone 32021171

## Certidão



Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada está quite com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: ELZA TEZZEI SCANDELA  
Inscrição: 025146390141 Zona: 61 Seção: 6  
Município: 65870 - JABOTICABAL UF: SP  
Data de nascimento: 03/08/1951 Domiciliada desde: 18/09/1986  
Filiação: MARIA MARGARIDA BARBIERI  
ARTHUR REYNALDO TEZZEI

Em 24 de janeiro de 2012.

SONIA MARIA ALVARES MARTINS  
AUXILIAR DE CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais; e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



## DECLARAÇÃO



**ELZA TEZZEI SCANDELAI**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Alameda Guilherme Morello, 151 - Jardim São Marcos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.202.379-SSP/SP e CPF/MF nº 833.679.008-00, na condição de Diretora Administrativa da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorram foro especial.

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

  
**ELZA TEZZEI SCANDELAI**



ESTADO DE SÃO PAULO 8700-7

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUT

PROIBIDO PLASTIFICAR

8544-023637

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 25.513.480-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/ABR/2010

NOME POLIANA BARBOSA TALIBERTI

FILIAÇÃO AIRTON TALIBERTI

E LENY APARECIDA BARBOSA TALIBERTI

NATURALIDADE JABOTICABAL -SP DATA DE NASCIMENTO 18/JUL/1973

DOC. ORIGEM JABOTICABAL - SP PRIMEIRO SUBDISTRITO CN: LV.A024/FLS.296 /N.028523

CPF 259288748/20

100 Delegado Divisório de Polícia IIRGD-5525P

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

0472AA477930

TABELÃO DE NOTAS E PROTESTOS DE JABOTICABAL/SP

Barão do Rio Branco, 554 - F: (18) 3203-1020

CAROLINA CARVALHO SILVEIRA - Tabelião

ACAO - Autentico esta cópia conforme original a mim apresentado, do que dou fé.

24 JAN. 2012

R\$ 2,35

ALEXANDRE FAZIO ZAGUEU - Tabelião Substituto

JULIANA AP. LAURINDO MARINO GREGGIO - Escrevente

DANILO ISMAEL - Escrevente

VALIDO SOMENTE C/ SELO DE AUTENTICIDADE

Comunicações DRD

Fis- W6

Resposta

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Maio/2001

CORREIOS

www.correios.com.br

MINISTERIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

259288748/20

POLIANA BARBOSA TALIBERTI

0472AA477930

TABELÃO DE NOTAS E PROTESTOS DE JABOTICABAL/SP

Barão do Rio Branco, 554 - F: (18) 3203-1020

CAROLINA CARVALHO SILVEIRA - Tabelião

ACAO - Autentico esta cópia conforme original a mim apresentado, do que dou fé.

24 JAN. 2012

R\$ 2,35

ALEXANDRE FAZIO ZAGUEU - Tabelião Substituto

JULIANA AP. LAURINDO MARINO GREGGIO - Escrevente

DANILO ISMAEL - Escrevente

VALIDO SOMENTE C/ SELO DE AUTENTICIDADE





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Jaboticabal**

Referente ao pedido 00000001 de 26/01/2012

Página 1

\* Para maior segurança, conferir a seqüência alfabética de cada letra do nome \*  
 \* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. \*

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de processos em andamento cíveis, família e executivos fiscais (Municipais, Estaduais e Federais)**, no período de 10 anos anteriores a data de **26/01/2012**, verificou **nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:**

POLIANA BARBOSA TALIBERTI\* \* \* \* \*  
 QPMJBOB CBSCPTB UBMJCFSUJ\* \* \* \* \*  
 RQNKPCPC DCTDQUC VCNKDGTVK\* \* \* \* \*

RG:25513480-0 e CPF:259288748-20 (constam no pedido de certidão)

\*\*\* Nada consta contra o nome informado acima. \*\*\*

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:  
 - Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Jaboticabal, 26 de Janeiro de 2012.

SEBASTIÃO RICARDO BISCOLA  
 CHEFE DE SEÇÃO JUDICIÁRIO



Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site ( <http://www.tj.sp.gov.br> ), informando o Fórum, Tipo= Cível, Pedido= 00000001, Identificação= 04935 e Data= 26/01/2012.





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Jaboticabal**

Referente ao Pedido 00000029 de 26 de Janeiro de 2012



- \* Para maior segurança, conferir a seqüência alfabética de cada letra do nome  
\* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. \*

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais, anteriores a data de 26/01/2012, verificou nada constar contra:**

POLIANA BARBOSA TALIBERTI\* \* \* \* \*  
QPMJBOB CBSCPTB UBMJCFSUJ\* \* \* \* \*  
RQNKCPD DCTDQUC VCNKDGTVK\* \* \* \* \*

RG:25513480-0, CPF:259288748-20, nascido(a) em 18/07/1973, em Jaboticabal-SP, filho(a) de AIRTON TALIBERTI e LENY APARECIDA BARBOSA TALIBERTI, conforme indicação feita no pedido de certidão.

\*\*\* Nada consta contra o nome informado acima. \*\*\*

Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que esta certidão é isenta de custas conforme determinação judicial.

Jaboticabal, 26 de Janeiro de 2012.

**Não serve para Fins Judiciais**

SEBASTIÃO RICARDO BISCOLA  
CHEFE DE SEÇÃO JUDICIÁRIO







**OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE JABOTICABAL - SP**

Av. Major Novaes, 535 - Centro - CEP-14870-080

CNPJ-50.510.734/0001-99

Oficial: **ÁLVARO BENEDITO TORREZAN**

Tel. (16) 3202-3015

e-mail: ri.jaboticabal@terra.com.br



**CERTIDÃO NEGATIVA**

ÁLVARO BENEDITO TORREZAN, OFICIAL, no uso de suas atribuições legais, a requerimento de JOSÉ ROBERTO SCANDELA, portador(a) do RG-5.448.149-1;

**CERTIFICA**, após revisar os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, no período de **CINCO ANOS (005)** até **24/01/2012**, deles verificou **\*\*\*NÃO CONSTAR\*\*\*** protesto em nome de:

.....  
**POLIANA BARBOSA TALIBERTI** .....

**RG: 25.513.480-0 - SSP/SP CPF: 259.288.748-20** .....

A presente certidão se refere aos nomes e números nela grafados, que foram fornecidos pela pessoa interessada, devendo-se desconsiderar aqueles que por qualquer motivo lhes sejam semelhantes.

NADA MAIS E DOU FÉ.

JABOTICABAL, 25 de janeiro de 2012

Eu, \_\_\_\_\_, procedi as buscas, extraí e assino a presente.

**ALESSANDRO ZEOLA RETTONDIN**  
ESCREVENTE

Pedido nº 25229



**CERTIDÃO Nº 12739**

Emitida as: 15:42:19

**Discriminação dos Recolhimentos**

Tabelião	Estado	Ipsesp	Reg.Civil	Trib.Juiz	Santa Casa	Correio	Outros	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	0,00	0,00	8,90

**DESDE 01/03/2001 HÁ TRÊS TABELIÕES DE PROTESTO EM JABOTICABAL**

**\*\*\*A CERTIDÃO NÃO CONTÉM RASURA(S), ENTRELINHA(S) OU IMPRESSÃO NO SEU VERSO\*\*\***





1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE JABOTICABAL - SP

Ana Carolina Carvalho Silveira

Tabeliã



0472AA479323

1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE JABOTICABAL - SP  
Branco, 564 - F: (16) 3209-1020  
ANA CARVALHO SILVEIRA - Tabeliã  
AUTENTICAÇÃO - Autenticado este cópia conforme original a mim apresentado, do que dou fé.  
Jaboticabal, 31 JAN. 2012  
ALEXANDRE FAZZIO ZAQUELI - Tabelião Substituto  
JULIANA AP. LAURINDO MARINO GREGGIO - Escrevente  
DANILO ISMAEL - Escrevente  
VÁLIDO SOMENTE C/ SELO DE AUTENTICIDADE

**CERTIDÃO NEGATIVA**

O 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de JABOTICABAL, no uso de suas atribuições legais, a requerimento de JOSE ROBERTO SCANDELA, portador(a) do RG 5.448.149-1

**C E R T I F I C A**, após revisar os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, no período de 5 ( Cinco) anos até 24/01/2012, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

**POLIANA BARBOSA TALIBERTI**

**CPF - 259.288.748-20 RG: 25.513.480-0-SSP/SP**

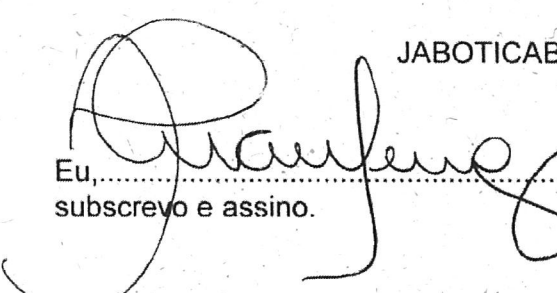
QPMJBOB CBSPTB UBMJCFSUJ  
RQNKPC DCTDQUC VCNKDGTVK

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

**CONSIGNA** ainda que, os nomes e números desta certidão foram fornecidos pela pessoa nela interessada do modo em que estão aqui grafados, devendo-se desconsiderar aqueles que lhes sejam semelhantes por qualquer motivo.

**NADA MAIS E DÁ FÉ.**

JABOTICABAL, 25 de Janeiro de 2012

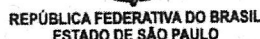
Eu,  MARIA CLAUDIA FERRAZ - ESCRIVENTE conferi, subscrevo e assino.

Certidão nº 8325-2012 Pedido nº 12098  
Código de Segurança: 165079279201

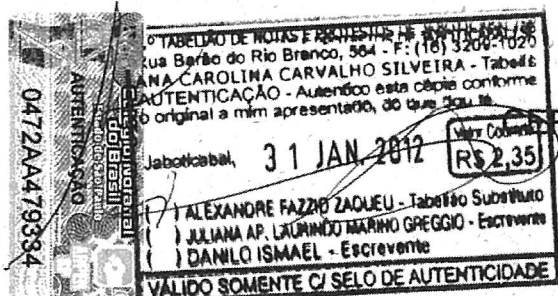
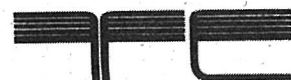
TABELIAO	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,06	0,29	R\$ 8,90

DESDE 01.03.2001 HÁ TRÊS TABELIÃES DE PROTESTO EM JABOTICABAL  
CERTIDÃO ESCRITA SOMENTE NO ANVERSO. NÃO CONTEM RASURAS OU ENTRELINHAS





Bel. Dorivaldo Camillo  
Tabelião



**CERTIDÃO NEGATIVA**



O 2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS de JABOTICABAL, por este público instrumento, atendendo a requerimento de JOSE ROBERTO SCANDELA, portador(a) do RG 5.448.149-1

**C E R T I F I C A**, após revisar os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, no período de 5 ( Cinco) anos até 24/01/2012, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO em nome de:**

POLIANA BARBOSA TALIBERTI  
CPF - 259.288.748-20 RG: 25.513.480-0-SSP/SP

QPMJBOB CBSCPTB UBMJCFSUJ  
RQNKCP C DCTDQUC VCNKDGTVK

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

CONSIGNA ainda que, o(s) nome(s) e número(s) objeto desta certidão, foram fornecidos pela própria pessoa nela interessada do modo em que estão aqui grafados, devendo-se desconsiderar aqueles que lhes sejam semelhantes por qualquer motivo.

NADA MAIS E DÁ FÉ.

JABOTICABAL/SP, 25 de Janeiro de 2012

Eu ..... subscrevo e assino.

AMAURI FLORIO FILHO  
ESCREVENTE

Certidão nº 8474-2012 Pedido nº 12333  
Código de Segurança: 165079279201

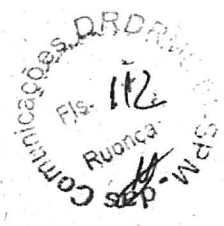
TABELIAO	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	TOTAL .
5.53	1.57	1.16	0.29	0.06	0.29	R\$ 8.90

DESDE 01.03.2001 HÁ TRÊS TABELIÕES DE PROTESTOS EM JABOTICABAL.  
CERTIDÃO ESCRITA SOMENTE NO AVERSO. NÃO CONTÉM RASURAS OU ENTRELINHAS.



Rua Barão do Rio Branco, 673 - Fones: (0xx16) 3202-4455 e 3202-4144 - Caixa Postal 186  
JABOTICABAL - SP - CEP 14870-330 - e-mail: 2tabeliao.jab@netsite.com.br





## DECLARAÇÃO

**POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 – Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20, na condição de Diretora Comercial da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Bebedouro SP, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236/67.

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

**POLIANA BARBOSA TALIBERTI**





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **POLIANA BARBOSA TALIBERTI**Inscrição: **200330230132**

Zona: 61

Seção: 15

Município: 65870 - JABOTICABAL

UF: SP

Data de Nascimento: 18/07/1973

Domiciliada desde: 18/08/1989

Filiação: LENY APARECIDA BARBOSA TALIBERTI

AIRTON TALIBERTI

Certidão emitida às 09:43 de 25/01/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **06X8.MGQD.NQTR.VO4B**

\* O literal 0 no código de validação representa o número 0 (zero)

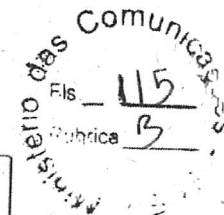




**ANATEL**

Agência Nacional  
de Telecomunicações

Sistemas  
Interativos



Menu Principal ▾

Tela Inicial



Resultado da Consulta

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | menu ajuda

## Consulta Geral

### Critérios da Pesquisa

Ordenado por: NumCnpjCpf  
CNPJ: 04897895000160

### Resultado

**NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!**





## DECLARAÇÃO

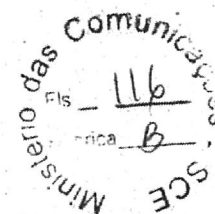
**POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, brasileira, solteira, jornalista, residente e domiciliada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, na Praça Dom Assis, 130 – Centro, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.513.480-0-SSP/SP e CPF/MF nº 259.288.748-20, na condição de Diretora Comercial da **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorram foro especial.

Jaboticabal, 18 de Janeiro de 2012.

**POLIANA BARBOSA TALIBERTI**





Nota Técnica nº

85

/2013/GTED/DEAA/SCE - MC

**Assunto: Proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

**Referência: Processo nº 53000.006179/2012, apenso ao Processo nº 53000.064704/2011.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de proposta, com vistas à obtenção de outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, de acordo com os dados a seguir descritos:

Interessado: Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa

Serviço objeto da outorga: FME

Município: Bebedouro-SP

Canal: 293 E

Aviso de Habilitação nº : 16

Data de publicação do Aviso de Habilitação: 08/12/2011

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: 06/02/2012

Data de postagem desta proposta: 06/02/2012

Requerimento tempestivo? ☒ sim ☐ não

## ANÁLISE

2. Visando o prosseguimento do feito, procedeu-se à conferência e análise da documentação apresentada pela proponente, pessoa jurídica de direito privado, em consonância com o disposto no artigo 7º da Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no DOU do dia 19 subsequente, conforme quadro abaixo descrito:

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO FUNDAÇÃO DIREITO PRIVADO e INSTITUIÇÃO DE ENSINO INSTITUÍDA E MANTIDA PELA INICIATIVA PRIVADA	FOLHAS
QUANTO À ENTIDADE INTERESSADA	
a) Requerimento de encaminhamento da proposta, assinado pelo representante legal	OK 02
b) Estatuto Social e suas alterações, devidamente registrados, constando, dentre seus objetivos finalidades educacionais ou educativas, a serem executados sem fins lucrativos	OK 11/21
c) Comprovante de que a entidade foi instituída há mais de um ano, contado da data da publicação do aviso de habilitação, na hipótese de a interessada ser fundação de direito privado (14/02/2002)	OK 70
d) Comprovante de que o estatuto social e suas alterações foram aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A, na hipótese de a interessada ser fundação de direito privado.	OK 22
e) Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório	OK



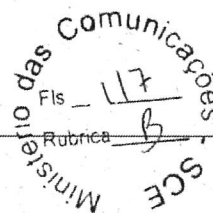
de Registro de Pessoas Jurídicas	57/59
f) Instrumento jurídico que comprove a vinculação com instituição de ensino médio ou de educação superior ou com o município onde será executado o serviço objeto da outorga, visando o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados para a educação, no caso de da fundação de direito privado	OK 62/65
g) Declaração, firmada pelo representante legal da instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação, informando o seu número de alunos matriculados, quando for o caso <b>(610 alunos)</b>	OK 66
h) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão, e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999;	OK 67
i) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;	OK 68
j) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que esta possui recursos financeiros para o empreendimento	OK 69
k) Prova de inscrição da interessada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ	OK 70
l) Prova de regularidade relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	OK 71
m) Prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade;	OK 72/74
n) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;	OK 75
o) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios)	IRREGULAR 76
p) Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga <b>(mais de 16hs – segunda/domingo)</b>	OK 77
q) Se executante de Serviço de Radiodifusão, está regular junto ao FISTEL?	NÃO SE APLICA
<b>QUANTO AOS DIRIGENTES</b>	
a) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos	OK 78, 87, 97, 106
b) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas	FALTA 79, 89, 98, 107
c) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	FALTA 80, 90, 99, 108
d) Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas	OK 81/83, 91/93, 100/102, 109/111
e) Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do	OK



mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;	84, 94, 103, 112
f) Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais	OK 85, 95, 104, 113
g) Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.	OK 86, 96, 105, 114

3. Concluída a análise, verificou-se que a proposta não atende às exigências estabelecidas pela Portaria nº 420/2011, nem tampouco pelo correspondente Aviso de Habilitação, não sendo passível de habilitação, tendo em vista que:

- Não constam as demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da interessada, sendo que não basta apresentar aprovação de um contador sem o detalhamento dos dados;
- Não constam as Certidões dos Cartórios Distribuidores relativas aos feitos cíveis da Justiça Federal;
- Não constam as Certidões dos Cartórios Distribuidores relativas aos feitos criminais da Justiça Federal.



**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opinamos:

- a) pela inabilitação da proposta ora em análise e o consequente indeferimento do pleito, de acordo com o que estabelece o artigo 8º, da Portaria nº 420/2011;
- b) pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado final obtido no processo de seleção em questão;
- c) pelo encaminhamento de cópia desta Nota Técnica à interessada, com vistas à comunicação do resultado da análise da proposta apresentada, oportunidade em que deverá ser-lhe concedido prazo para que, se for o caso, apresente o correspondente recurso, conforme estabelece o artigo 10, § 1º, da Portaria nº 420/2011.



À consideração da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União – Substituta

Brasília, 20 de novembro de 2013.

  
**CELRO ROBERTO F. RODRIGUES**

Técnico de Nível Superior

  
**VILMA DE F. ALVARENGA FANIS**

Analista – Chefe de Divisão

De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 25 de novembro de 2013.

  
**ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES**

Coordenadora do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União – Substituta.  
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de outubro de 2013.

De acordo. Proceda-se conforme proposto.

Brasília, 25 de novembro de 2013.

  
**OCTAVIO PENNA PIERANTI**

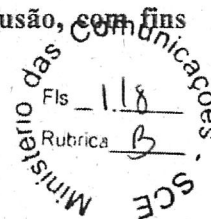
Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.  
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.



Nota Técnica nº 88 /2013/GTED/DEAA/SCE - MC

Assunto: Processo de Seleção, com vistas à outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.

Referência: Processo nº 53000.064704/2011 e apensos



## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, de acordo com o estabelecido pela Portaria MC nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no DOU do dia 19 subsequente, de acordo com os dados a seguir descritos:

Serviço objeto da outorga: FME

Município/UF: Bebedouro-SP

Canal: 293 E

Classe: C

Aviso de Habilitação nº: 16

Data de publicação do Aviso de Habilitação: 08/12/2011

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: 06/02/2012

## ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, o processo em referência, acompanhado de 5 (cinco) processos apensados, relativos às propostas apresentadas, objetivando a outorga em questão, para conferência e verificação quanto ao resultado das análises das respectivas propostas.

3. Concluídas as análises relativas às propostas pertinentes ao presente processo de seleção, verificou-se o seguinte resultado:

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO
Fundação Regional de Radiodifusão Educativa	II	53000.006738/2012	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Caminho Seguro	II	53000.004568/2012	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa	II	53000.006179/2012	Inabilitada	Indeferimento
Associação de Educação e Cultura do Norte Paulista	II	53000.005534/2012	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Pio XII	II	53000.006203/2012	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

\*Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

4. Impende-se ressaltar que participam deste processo de seleção pública apenas pessoas jurídicas de direito privado, todas inabilitadas em razão do não preenchimento dos requisitos estabelecidos pelo artigo 4º, § 4º da Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.




## CONCLUSÃO

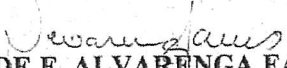
5. Diante do exposto, opinamos:

- a) pela inabilitação das propostas apresentas, nos termos do artigo 4º, § 4º e artigo 8º, da Portaria 420/2011;
- b) pela comunicação do resultado final obtido nesta seleção pública a todas as participantes, concedendo-lhes prazo para que, se for o caso, apresentem recurso, conforme dispõe os artigos 9º e 10, da Portaria nº 420/2011;
- c) expirado o prazo recursal concedido, seja dado prosseguimento ao feito, na forma legal correspondente.

À consideração da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União – Substituta

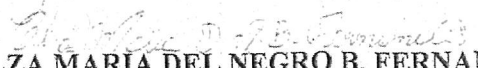
Brasília, 20 de novembro de 2013.

  
**CELSO ROBERTO F. RODRIGUES**  
Técnico de Nível Superior

  
**VILMA DE F. ALVARENGA FANIS**  
Analista – Chefe de Divisão

De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 05 de novembro de 2013.

  
**ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES**  
Coordenadora do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União – Substituta.  
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de outubro de 2013.



De acordo. À consideração da Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 25 de nov. de 2013.

**OCTAVIO PENNA PIERANTI**

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

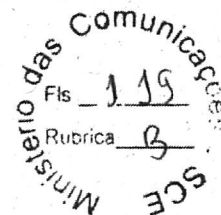
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

De acordo. Proceda-se conforme proposto.

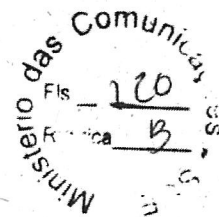
Brasília, de de 2013.

**PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA**

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica







MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF  
Telefone: (61) 3311-6464

Ofício nº 132 /2013 /GTED/DEAA/SCE - MC

Brasília, 11 de Setembro de 2013.

Senhor(a)  
Representante Legal da Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa  
AV. General Osório, nº 218 – Centro  
14870-000 – Jaboticabal-SP

**Assunto: Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro-SP**

Referência: Processo nº 53000.006179/2012, apenso ao Proc. nº 53000.064704/2011

Senhor(a)

1. Cumprimentando-o cordialmente, e em cumprimento ao disposto no Aviso de Habilitação nº 16, publicado em 08 de dezembro de 2011, encaminho cópia das Notas Técnicas nº 88 /2013/GTED/DEAA/SCE - MC e nº 85 /2013/GTED/DEAA/SCE - MC com vistas à comunicação, tanto do resultado da análise da proposta dessa entidade, como do resultado total das análises, relativas ao assunto em destaque.

2. Fica estabelecido o prazo de trinta dias, contado da data de recebimento deste ofício, comprovado pelo AR postal, para que, se for o caso, apresente recurso, fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.

Atenciosamente,

**OCTAVIO PENNA PIERANTI**

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

CRFR/GTED/DEAA/SCE - MC





PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**NATAIRE**

Ofício nº132 /2013/ GTED/DEAA/SCE-MC  
Ao Senhor  
**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIO-DIFUSÃO EDUCATIVA**  
Av.General Osorio, nº 218 - Centro  
Cep: 14870-000 Jaboticabal -SP  
Proc: 53000.006179/2012

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI  
☐ PRIORITARIA / PRIORITAIRE  
☐ EMS  
☐ SEGURO / VALEUR DÉCLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON  
24/12/13

CARIMBO DE ENTREGA / UNITÉ DE DESTINO / UNITÉ DE DESTINATION  
**CDD - JABOTICABAL**  
24 DEZ 2013  
**JABOTICABAL-DRSPI**

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR  
Paula Micheli Pereira

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGÉ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0 3 FC0462 / 16 114 x 185 mm

**AVISO DE RECEBIMENTO**  
AVIS GNOT

**AR**

JG 09041145 2 BR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE DÉPÔT  
09/12/13

UNIDADE DE DESTINO / AGENT / BUREAU / DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e  
Consignação da União  
Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - Ed. Anexo - 3º andar.  
70044-900 Brasília - DF

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR

BRASIL



# Subgrupo Legal de Radiodifusão Pública



Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003

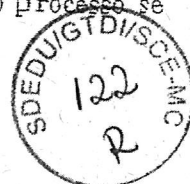
REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

SLPUB

OK

Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: ( ) Outorga, ( ) Pós-Outorga ou ( ) Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

- (X) Vista do Processo;  
( ) Cópias dos autos do Processo - folhas \_\_\_\_ à folhas \_\_\_\_;  
( ) Certidão do Processo;



Processo nº 53.000.006.179/2012

Fundação Sabotucabal de Radiodifusão Educativa

Relativo ao Serviço de: ( ) Rádio Comunitária / ( ) Rádio/TV Educativa / ( ) Rádio/TV Comercial / ( ) RTV / ( ) SARC

Nome do interessado: Patricia da Lma Longe Gomes

Endereço completo: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ UF/Município: \_\_\_\_\_

Telefones: (67) 34223466/81430050 - Plangea terra com br

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade de interessado: \_\_\_\_\_

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

- ( ) I - Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação \*;  
( ) II - Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que, mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões neles proferidas ou a serem adotadas\*;  
( ) III - As Organizações ou as Associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos\*\*;  
( ) IV - As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos\*\*;

\* Representantes Legais / Procuradores - Anexar cópia da Identidade e Cópia de Procuração válida ou Cópia da OAB;

\*\* Organizações/Associações representativas - Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Brasília, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 200\_\_;

Assinatura do Solicitante

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação de interessado, anexando a devida comprovação junto a este requerimento, providenciei, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

Assinatura e Matrícula/Siape do Servidor responsável pela autorização do requerido

Prosei Procuração mediante vista



# PROCURAÇÃO



**OUTORGANTE:** **FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO**, inscrita no CNPJ sob nº. 01.508.920/0001-88, com sede na cidade de **BEBEDOURO – SP**, endereço a Rua São João, 722 – Centro – CEP 14.700-305 por seu representante legal **Diretor Executivo - APARECIDO JOSÉ CAMPANELLA**, brasileiro, casado, comerciante, RG nº 16.925.202-4 SSP/SP, CPF nº 036.156.458-98, Rua São João nº 1551, Bebedouro/SP - CEP 14700-305.


**OUTORGADA:** **PATRÍCIA DE LIMA LANGE GOMES**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/MS n. 5207, com escritório a rua Adelina Rigotti, 860, Vila Adelina, na cidade de Dourados/MS, CEP 79.812-070, correio eletrônico; [plange@terra.com.br](mailto:plange@terra.com.br), fone-fax (0xx) 67 3422-3466.

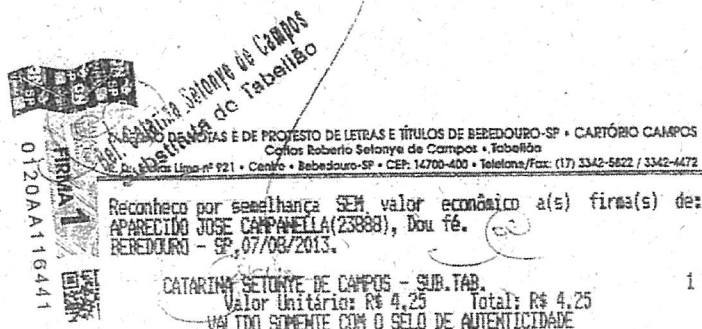
**PODERES:** Representar os outorgantes perante qualquer juízo, instancia ou tribunal, aforando quaisquer ações ou defendendo-os nas que lhe forem propostas, acompanhando-as umas e outras, até final decisão, quer como Autor, Réu, Assistente ou Opoente, podendo usar de amplos e ilimitados poderes de cláusula judícia, e extrajudicial, para concordar, discordar, confessar, transigir, desistir, propor e aceitar acordo, variar, reconvir, retificar, reconhecer a procedência do pedido, prestar depoimento pessoal em nome da outorgante de fato que tenha pleno conhecimento, receber, passar recibo e dar quitação, representar a outorgante perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, empresas de economia mista, autárquicas ou paraestatais, tudo requerendo promovendo para o bom e fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecendo esta com ou sem reserva, exceto receber citação.

**FIM ESPECIAL:** *De atuar junto ao Ministério das Comunicações e ANATEL nos Processos de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens de interesses da outorgante.*

Bebedouro, SP, 07 de Agosto de 2013.

ARQUIVO DE NOTAS  
DE BEBEDOURO

  
**APARECIDO JOSÉ CAMPANELLA**  
DIRETOR EXECUTIVO

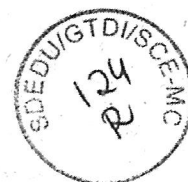




ILMO. SR. DIRETOR P  
E AVALIAÇÃO DO MIN

RECURSO  
ANEXAR  
ENC. P/ GTED

DE ACOMPANHAMENTO  
NICAÇÕES



Ref.: **Ofício nº 132/2013/GTED/DEAA/SCE-MC**  
**Processo Nº 53.000.006.179/2012** apenso ao nº  
**53.000.064.704/2011** GTED  
**Outorga de serviço de radiodifusão educativo**  
**Aviso de Habilitação nº 16 – Bebedouro – SP – Canal**  
**293E – CLASSE “C”**

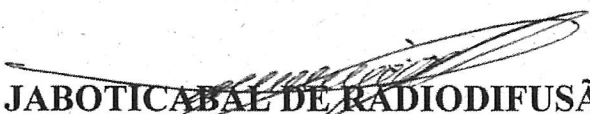
SECRETARIA DE COMUNICAÇÕES  
BRASIL, 1304  
43600 002841 2011-21

DATA: 30/01/2014  
GTEDU

**FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.897.895/0001-60, com sede na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo; na Avenida General Osório, 218 – Centro – CEP 14.870-000, tendo tomado conhecimento, através do Ofício em evidência, do **INDEFERIMENTO** de sua proposta ao **AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 16**, conforme Nota Técnica nº 88/2013/GTED/DEAA/SCE-MC, relativa à exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, de caráter educativo, no município de **BEBEDOURO – SP**, vem, respeitosa e tempestivamente à presença de V.Sa., interpor a presente **MEDIDA RECURSAL ADMINISTRATIVA** pelos motivos, a seguir, expostos.

Termos em que,  
P. Deferimento

Jaboticabal, 16 de Janeiro de 2014.

  
**P/ FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**  
**JOSÉ ROBERTO SCANDELA**  
**DIRETOR PRESIDENTE**



Ref.: **Ofício nº 132/2013/GTED/DEAA/SCE-MC**  
**Processo nº 53.000.006.179/2012 apenso ao nº 53.000.064.704/2011**  
**Outorga de serviço de radiodifusão educativo**  
**Aviso de Habilitação nº 16 – D.O.U. de 08/12/2011**  
**BEBEDOURO – SP – CANAL 293E – 106,5 MHz**  
**INDEFERIMENTO – PLEITO RECURSAL ADMINISTRATIVO**



## **I – DO FATO**

O Ofício nº 132/2013/GTED/DEAA/SCE-MC, datado a 11 de dezembro de 2013, nos dá notícia que através da Nota Técnica nº 88/2013/GTED/DEAA/SCE-MC a proposta da Recorrente ao **AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 16**, publicado no Diário Oficial da União, edição de 08 de dezembro de 2011, que prevê a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, de natureza educativa, no município de **BEBEDOURO – SP - Canal 293E – frequência de 106,5 MHz** foi **INDEFERIDO**, pelos motivos seguintes:

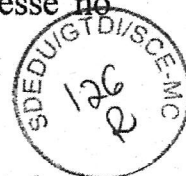
- *Não constam as demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da interessada, sendo que não basta apresentar aprovação de um contador sem o detalhamento dos dados.*
- *Não constam as Certidões dos Cartórios Distribuidores relativas aos feitos criminais da Justiça Federal .*

## **II – DAS RAZÕES DE RECURSO**

Por necessário é de se mencionar que a Recorrente reúne, jurídica e legalmente os pressupostos de legitimidade para interposição da presente peça recursal, haja vista



ser parte notificada em decorrência da expedição do Ofício nº 132/2013/GTED/DEAA/SCE-MC, bem como deter, de igual modo, interesse no provimento do pleito, ora em evidência.



a) *“Não constam as demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da interessada, sendo que não basta apresentar aprovação de seu contador sem o detalhamento dos dados”.*

É relevante destacar, que muito embora a Recorrente tenha existência legal desde janeiro de 2002 com o registro de seus Estatutos Sociais, nesse interregno não exercitou nenhuma atividade que ensejasse a movimentação de demonstrações contábeis que pudessem espelhar sua situação financeira.

Em assim sendo, e com o escopo único de trazer à aprovação dessa Douta Coordenadoria sua real situação contábil, faz a Recorrente por anexar **BALANÇO PATRIMONIAL**, da lavra de profissional habilitado, realizado em 31/12/2013, bem com Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica – Inativa 2014.

b) *“Não constam as Certidões dos Cartórios Distribuidores relativas aos feitos cíveis e criminais da Justiça Federal”.*

- A partir do ano de 1997, quando o Poder Concessor, através dessa Inclita Pasta de Estado das Comunicações, deliberou publicar licitações para exploração e execução de serviços de radiodifusão respaldadas na Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 – **LEI DE LICITAÇÕES, O CADERNO DE CONDIÇÕES DO EDITAL** em seu



item **5 – REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES**

5.2.4 reza:



- *“Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas”.*

Reza o **AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 16**, publicado no Diário Oficial da União, edição de 08/12/2011, relativo a serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, de natureza educativa, no município de **BEBEDOURO – SP** – Canal 293E – Classe “C”, ora objeto de pleito recursal, no tópico **QUANTO AOS DIRIGENTES** – itens 16 e 17, *“in verbis”*:

*16 – Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativos aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.*

*17 – Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativos aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.”*

- Consoante poder-se-á, observar, os textos, ora trazidos à análise, são **RIGOROSAMENTE IDÊNTICOS**.



Pois bem, nos processos licitatórios de natureza comercial, publicados desde 1997, **TODOS** os licitantes que apresentassem **SOMENTE AS CERTIDÕES CÍVEIS E CRIMINAIS DIMANANTES DO FÔRO ESTADUAL ERAM HABILITADOS** (nossos ressaltos).



Em momento algum dos processos licitatórios se exigiu as certidões cíveis e criminais de caráter federal.

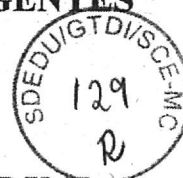
Em assim sendo, e por princípio análogo e de prática licitatória, uma vez que os dirigentes da Recorrente participaram de inúmeras concorrências públicas para execução de serviços de radiodifusão da lavra dessa Respeitável Pasta de Estado das Comunicações, instruíram sua proposta ao **AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 16**, apenas com as certidões, cível e criminal, do fôro estadual.

Com a máxima vênia, e valendo-se do direito posto, do qual o Brasil é signatário, entendemos que o **AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 16**, deveria conter dispositivo **EXPRESSO** mencionando, como documentos necessários, as certidões dos Cartórios Distribuidores relativos aos feitos cíveis e criminais, **DE ÂMBITO FEDERAL**.

Para corroborar o ora alegado, e com o objetivo claro de corrigir a omissão em comento, a Portaria Ministerial nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União, edição de 13 de julho de 2012 – Seção 1 – pgs. 112/114, que dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos em seu **ANEXO II – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO DE**



INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CRIADAS E MANTIDAS PELA INICIATIVA PRIVADA, COM SEDE NO BRASIL E CREDENCIADAS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, NA FORMA DO ART. 12 DO DECRETO Nº 5.773 DE 2006, E DE FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO A QUE SE REFERE O INCISO III DO ART. 44 DA LEI Nº 10.406, DE 2002, CUJOS ESTATUTOS NÃO CONTRARIEM O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES E LEGISLAÇÃO CORRELATA, EM ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA – FUNDAÇÃO DE DIREITO PRIVADO, assim dispõe no tópico **DIRIGENTES** – itens 13 e 14, “*in verbis*”:



13 – “*certidões dos Cartórios Distribuidores, DE ÂMBITO ESTADUAL e FEDERAL, relativos aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenha exercido, no mesmo período, atividades econômicas*”

14 – “*certidões dos Cartórios Distribuidores, DE ÂMBITO ESTADUAL E FEDERAL, relativos aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas*”.

Ainda com o objetivo de melhor instruir a presente peça recursal, faz a Recorrente por juntar aos autos as Certidões de Distribuição de Ações e Execuções Cíveis e Criminais de ÂMBITO FEDERAL, de seus dirigentes **JOSÉ ROBERTO SCANDELA**, **GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA**, **ELZA TEZZEI SCANDELA** e **POLIANA BARBOSA TALIBERTI**.





### III – DO PEDIDO

- Ante todo o exposto, rogamos a acolhida do arrazoadado presente, determinando a recondução da Recorrente ao **AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 16**, publicado no Diário Oficial da União, edição de 08/12/2011 – **BEBEDOURO – SP**.

- Do deferimento solicitamos a juntada da presente **MEDIDA RECURSAL ADMINISTRATIVA** ao processo nº 53.000.006.179/2012 apenso ao 53.000.064.704/2011.

Termos em que,  
P. Deferimento

Jaboticabal, 16 de Janeiro de 2014.

  
**P/ FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**  
**JOSÉ ROBERTO SCANDELA**  
**PRESIDENTE**





Razão Social: FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

Endereço: AVENIDA GENERAL OSORIO, 218, CENTRO, JABOTICABAL-SP

CNPJ (MF): 04.897.895/0001-60

**BALANÇO PATRIMONIAL - LEVANTADO EM 31/12/2013**

Ativo		Passivo	
<b>Ativo Circulante</b>	R\$ -	Fornecedores	R\$ -
Estoque	R\$ -	Aluguéis a Pagar	R\$ -
Cliente	R\$ -	Salários a Pagar	R\$ -
Caixa	R\$ -	Empréstimos Obtidos	R\$ -
Bancos	R\$ -	Impostos a Pagar	R\$ -
Veículos	R\$ -		
<b>Ativo Realiz Longo Prazo</b>	R\$ -		
Adiantamentos a Diretores	R\$ -	<b>Patrimônio Líquido</b>	
Clientes	R\$ -	Capital Social	R\$ 30.000,00
Empréstimos a Funcionários	R\$ -	Lucros do Exercício	R\$ -
<b>Ativo Permanente</b>	R\$ -		
Imobilizado	R\$ -		
Dotação em dinheiro	R\$ 30.000,00		
Móveis	R\$ -		
Diferido	R\$ -		
Gastos com Estudos	R\$ -		
<b>Total do Ativo</b>	<b>R\$ 30.000,00</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>R\$ 30.000,00</b>

Jaboticabal-sp, 31 de Dezembro de 2.013.

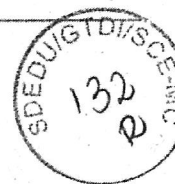
Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa  
Diretor: Jose Roberto Scandellai  
CPF (MF): 742.687.678-00

Aval Contabilidade  
CRC/CEI 3SP019159/0-6  
CPF (MF): 150.663.028-67

**AVAL CONTABILIDADE**  
CRC/CEI Nº 3SP019159/0-6  
Av. Duque de Caxias, 1585 - Centro  
CEP. 14870-060 - JABOTICABAL - SP  
Telefones: Dxx. 202-1607 e 3203-9434  
e-mail: aval\_contab@terra.com.br



## Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica - Inativa 2014



### Identificação

CNPJ : 04.897.895/0001-60

Nome Empresarial : FUNDACAO JABOTICABAL DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA

Período : 01/01/2013 a 31/12/2013

Retificadora : Não

### Declaração de Inatividade

A pessoa jurídica acima identificada, por seu representante legal, declara que permaneceu, durante todo o período de 01/01/2013 a 31/12/2013 sem efetuar qualquer atividade operacional, não operacional, financeira ou patrimonial: **Sim**

### Dados do Representante da Pessoa jurídica

Nome : JOSE ROBERTO SCANDELA

CPF : 742.687.678-00

### Recibo de Entrega da Declaração de Inatividade 2014

Declaração entregue com sucesso em 13/01/2014 às 15:15:36 horas.  
Imprima ou grave esta tela ou ainda, anote o número de sua declaração 897238150139.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E  
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

**Nºda Certidão 20140000084227**

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: JOSE ROBERTO SCANDELA**, ou vinculado ao **CPF de número 742.687.678-00**,

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

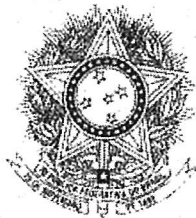
**Observações:**

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço [www.jfsp.jus.br](http://www.jfsp.jus.br), até 60 dias da liberação, através do código de segurança: 5I682U6ZBIHZ B5NHAG X7ESKPGZC3ANhJR
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 16 de janeiro de 2014 às 11h23min.

**Núcleo de Apoio Judiciário**  
**nuaj@trf3.jus.br - (11) 2172-6273**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E  
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

**Nºda Certidão 20140000084234**

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: GUSTAVO ROBERTO TEZZEI SCANDELA**, ou vinculado ao **CPF de número 281.317.538-24**,

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

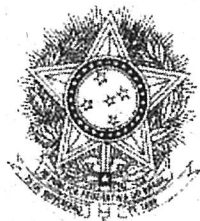
**Observações:**

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço [www.jfsp.jus.br](http://www.jfsp.jus.br), até 60 dias da liberação, através do código de segurança: GBh4IJKU8BWY4K98BA 4I6AAV1XGLD4T1U
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 16 de janeiro de 2014 às 11h23min.

**Núcleo de Apoio Judiciário**  
**nuaj@trf3.jus.br - (11) 2172-6273**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E  
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

**Nºda Certidão 20140000084240**

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: ELZA TEZZEI SCANDELAI**, ou vinculado ao **CPF de número 833.679.008-00**,

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

**Observações:**

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço [www.jfsp.jus.br](http://www.jfsp.jus.br), até 60 dias da liberação, através do código de segurança: C4IC68a6a4VG B5MK9V 4I6G5W42IGA4RWZ
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 16 de janeiro de 2014 às 11h24min.

**Núcleo de Apoio Judiciário**  
**nuaj@trf3.jus.br - (11) 2172-6273**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E**  
**DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

**Nºda Certidão 20140000084243**

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: POLIANA BARBOSA TALIBERTI**, ou vinculado ao **CPF de número 259.288.748-20**,

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

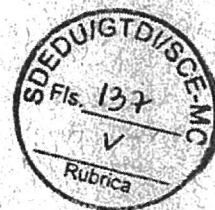
**Observações:**

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço [www.jfsp.jus.br](http://www.jfsp.jus.br), até 60 dias da liberação, através do código de segurança: PJCQTSU32H7DX8LQhM FBh6NSEYEFWah2J
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 16 de janeiro de 2014 às 11h24min.

**Núcleo de Apoio Judiciário**  
**nuaj@trf3.jus.br - (11) 2172-6273**





**Nota Técnica nº 273/2014/GTED/DEAA/SCE-MC**

Processo nº 53000.006179/2012 apenso ao Processo nº 53000.064704/2011

Interessado: **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**

Assunto: **Pedido de Reconsideração.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Tratam os referidos autos de proposta julgada inabilitada, relativa à outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, por meio do Canal 293E, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, objeto do Processo de Seleção constante do Aviso de Habilitação nº 16, de 7 de dezembro de 2011, publicado no DOU em 8 de dezembro de 2011.

**ANÁLISE**

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, recurso apresentado pela Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa, pessoa jurídica de direito privado, em face da decisão que indeferiu o prosseguimento do presente feito, motivada pela inabilitação, e consequente indeferimento da proposta, objeto dos presentes autos.

3. A decisão de indeferimento em questão, conforme consta da Nota Técnica nº - 85/2013/GTED/DEAA/SCE-MC (fl. 116), baseou-se na apresentação tempestiva, porém irregular, da documentação necessária à habilitação da correspondente proposta, pertinente ao Processo de Seleção em referência, assim verificada:

- Não constam as demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa saúde financeira da interessada, sendo que não basta apresentar aprovação de um contador sem detalhamento dos dados.
- Não constam as Certidões dos Cartórios Distribuidores relativas aos feitos cíveis e criminais da Justiça Federal.

4. Em 24 de dezembro de 2013, a entidade tomou ciência da decisão proferida e do resultado das análises das propostas relacionadas com o Processo de Seleção em questão, por meio do Ofício nº 132/2013/GTED/DEAA/SCE-MC (fl. 120), conforme Aviso de Recebimento (AR) de fl. 121 dos autos, tendo então a interessada interposto tempestivamente o pedido ora em análise, objetivando a reconsideração da decisão proferida, conforme documento encaminhado protocolado na DRMC/SP em 20 de janeiro de 2014, sob o nº 53000.002841/2014 (fls. 124/136).

5. Tendo em vista a tempestividade do pedido de reconsideração em apreço, procedeu-se à análise das razões e documentos pertinentes, os quais se mostram passíveis de acatamento para afastar as irregularidades anteriormente verificadas, tendo a interessada demonstrado o atendimento às solicitações dispostas na Portaria nº 420/2011 e no Aviso de Habilitação nº 09/2011, ensejando o deferimento do seu pedido senão vejamos:



- ❖ A entidade argumenta que, muito embora tenha existência legal desde janeiro de 2002, com o registro de seu Estatuto Social, nesse interregno não exercitou nenhuma atividade que ensejasse a movimentação de demonstrações contábeis que pudessem espelhar sua situação financeira. Com o fim de sanar a irregularidade apontada, colacionou ao seu recurso Balanço Patrimonial, da lavra de profissional habilitado.

A Recorrente trouxe aos autos Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2013, da lavra da empresa AVAL CONTABILIDADE – CRC/CEI3SP 019159/0-6, anexando também ao processo, cópia da declaração simplificada de pessoa jurídica inativa do ano de 2013, comprovando estar esta Fundação isenta da apresentação do balanço patrimonial no exercício social em comento, devido a sua inatividade. Resta acatado o argumento, tendo em vista que foi comprovado o período de inatividade pela documentação das fls. 131/132.

- ❖ Dispõe a recorrente que a partir de 1997, quando o Poder Concessor, através da Inclita Pasta de Estado das Comunicações, deliberou publicar licitações para exploração e execução de serviços de radiodifusão respaldadas na Lei 8.666/93, o caderno de condições do edital em seu item 5.2.4 exigia apenas certidões cíveis e criminais do foro estadual, podendo-se observar que o texto trazido pelo Aviso de Habilitação nº 16 que rege o presente certame é rigorosamente idêntico. Assim sendo, e por princípio análogo e de prática licitatória, uma vez que os dirigentes da recorrente participaram de inúmeras concorrências públicas para execução de serviços de radiodifusão, instruíram sua proposta apenas com as certidões do foro estadual, diante da inexistência de dispositivo expresso mencionando a necessidade de certidões de âmbito federal. Por fim, fez juntar ao seu pedido de reconsideração as certidões cíveis e criminais de âmbito federal relativas aos seus dirigentes.

Cumpre informar à Recorrente que a Consultoria Jurídica deste Ministério emitiu o Parecer nº 1943/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU esclarecendo que a Portaria nº 420/2011, além do próprio Aviso de Habilitação, não explicitaram o âmbito – se estadual ou federal –, o que poderia suscitar, de fato, dúvida ao administrado. Considerando que a entidade juntou tempestivamente ao seu recurso a documentação que entendesse apta a sanear os vícios apontados – certidões federais de todos os dirigentes às fls. 133/136 –, merece prosperar seu recurso neste tocante.

Assim sendo, com o acatamento dos argumentos sustentados pela interessada, deve o presente pedido ser considerado deferido para reconsiderar a decisão de indeferimento anteriormente proferida, e, consequentemente, habilitada a entidade.

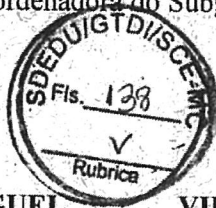
## CONCLUSÃO

6. Ante o exposto, considerando-se que os argumentos trazidos pela interessada são suficientes para modificar a decisão administrativa outrora tomada, opinamos pelo:

- a) conhecimento do presente pedido, dando-lhe, consequentemente, provimento para reconsiderar a decisão de indeferimento, tornando **habilitada** a proposta em questão, em conformidade com a legislação pertinente.
- b) remessa dos autos à Consultoria Jurídica, com vistas à manifestação sobre o assunto em apreço, em grau de recurso, tendo por base as razões acima expendidas, a fim de subsidiar a correspondente decisão do Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, conforme prevê o artigo 10, § 2º, da Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.



29  
À consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União.



Brasília, 10 de março de 2014.

**ALESSANDRA M. P. C. MIGUEL**  
Técnica de Nível Superior

**VILMA DE F. ALVARENGA FANIS**  
Analista – Chefe de Divisão

De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações.

Brasília, 13 de março de 2014.

**ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES**

Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Conforme Portaria nº 001, de 23 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 29 de outubro de 2013.

De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 17 de março de 2014.

**ALMIR COUTINHO POLLIG**

Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de outubro de 2013.

De acordo. À consideração da Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 17 de março de 2014.

**OCTAVIO PENNA PIERANTI**

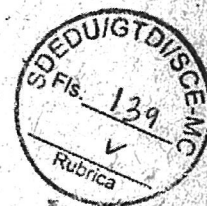
Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.  
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

De acordo. Proceda-se conforme o proposto.

Brasília, 17 de abril de 2014.

**PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica





**Nota Técnica nº 276/2014/ GTED/DEAA/SCE - MC**

**Assunto: Processo de seleção. Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo canal 293E.**

**Referência: Processo nº 53000.064704/2011e apensos.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do Canal 293E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011 e o Aviso de Habilitação nº 16, de 7 de dezembro de 2011.

**ANÁLISE**

2. Conforme os ofícios de comunicação dos resultados das análises relativas às propostas objeto dos processos a este apensados, foram comunicados os resultados e divulgado o quadro classificatório às proponentes, concedendo-lhes o devido prazo recursal (fls. 9/25).

3. Esgotado referido prazo, conforme determina o §1º do art. 10 da portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, foram analisados os respectivos pedidos de reconsideração, de acordo com as Notas Técnicas de fls. 26 a 33, dos autos, cujo resultado assim se apresenta:

- FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA (Proc. 53000.006179/2012) – deferido o pedido de reconsideração apresentado;
- FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA (Proc. nº 53000.006738/2012) – Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;
- FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO (Proc. nº 53000.004568/2012) – Indeferido o pedido de reconsideração apresentado.
- ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA (Proc. nº 53000.005534/2012). – Indeferido o pedido de reconsideração apresentado.

4. Não apresentou pedido de reconsideração contra a decisão de indeferimento relativa à proposta apresentada, após a devida comunicação à interessada, mantendo-se, portanto, inabilitada a proponente:

- FUNDAÇÃO PIO XII (Proc. 53000.006203/2012);



5. Assim sendo, o resultado final obtido é o seguinte:

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.006179/2012	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.006738/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CAMINHÃO SEGURO	II	53000.004568/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA	II	53000.005534/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO PIO XII	II	53000.006203/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

6. Dessa forma, a Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa, pessoa jurídica de direito privado, única habilitada, de acordo com a Nota Técnica de nº 216/2014/GTED/DEAA/SCE - MC, deverá ser declarada vencedora do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão.

7. Cabe ressaltar que, em consulta ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD da Anatel, verificamos que a entidade não possui outras outorgas, não aparecendo também como vencedora de nenhuma outra localidade na planilha de controle de avisos de habilitação.

## CONCLUSÃO

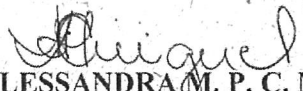
7. Diante do exposto, opinamos seja declarada vencedora do presente processo de seleção a FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, homologando-se este procedimento de seleção, e adjudicando à vencedora o seu objeto.

8. Para tanto, devem ser remetidos os correspondentes processos à Consultoria Jurídica, a fim de que se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal: do procedimento de seleção em questão; do processo relativo à correspondente proposta; e das minutas do Despacho de homologação, da Portaria de Outorga e da Exposição de Motivos para envio da cópia do processo vencedor à Casa Civil, elaboradas com vistas à celeridade processual.

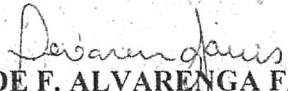
9. Após, sejam os autos devolvidos a esta Secretaria, com vistas à adoção das providências consectárias.

À consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União.

Brasília, 10 de março de 2014.

  
**ALESSANDRA M. P. C. MIGUEL**  
Técnica de Nível Superior

AMP/53000.064704/2011/GTED/DEAA/SCE-MC

  
**VILMA DE F. ALVARENGA FANIS**  
Analista – Chefe de Divisão



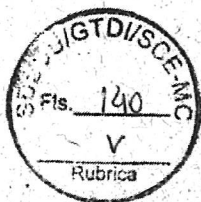
De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações.

Brasília, 13 de março de 2014.

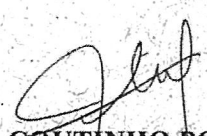
  
**ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES**

Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Conforme Portaria nº 001, de 23 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 29 de outubro de 2013.

De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.



Brasília, 17 de março de 2014.

  
**ALMIR COUTINHO POLLIG**

Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de outubro de 2013.

De acordo. À consideração da Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 17 de março de 2014.

  
**OCTAVIO PENNA PIERANTI**

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.  
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

De acordo. Proceda-se conforme o proposto.

Brasília, 17 de abril de 2014.

  
**PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA**

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



**MINUTA**



**DESPACHO DO MINISTRO**  
Em                    de                    de 2014.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº \_\_\_\_/2014/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.064704/2011, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, constante do Aviso de Habilitação nº 16, 7 de dezembro de 2011, e adjudicar o seu objeto à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

**PAULO BERNARDO SILVA**

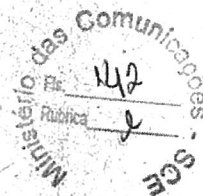


## ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO
FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.006179/2012	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.006738/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO	II	53000.004568/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA	II	53000.005534/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO PIO XII	II	53000.006203/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO

*Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.*





**MINUTA**

DESPACHO  
Em de de 2014.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº \_\_\_\_/2014/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.006179/2012, de sorte a conceder provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a presença de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

**PAULO BERNARDO SILVA**



## MINUTA



PORTARIA Nº , DE DE 2014.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.006179/2012, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo/SP.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

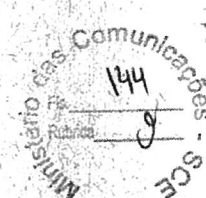
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro de Estado das Comunicações





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS - CGAJ



**PARECER Nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU**

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.064704/2011-38

(Processos Apensos: 53000.006738/2012; 53000.004568/2012; 53000.006179/2012; 53000.005534/2012; 53000.006203/2012)

**ASSUNTO:** Outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade Bebedouro, estado de São Paulo. AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 16/2011.

I - Seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bebedouro, estado de São Paulo.

II - Entidade julgada vencedora: **Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa**. Documentação em conformidade com a Lei nº 4.117, de 1963, Decreto 52.795, de 1963, e a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011. **Pela viabilidade jurídica da outorga.**

III - Competência do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012.

IV - Encaminhamento dos autos ao apreço pelo Exmo. Ministro de Estado das Comunicações.

Senhor Consultor Jurídico,

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações - SCE, por intermédio da Nota Técnica nº 276/2014 (fls. 34/35 do processo principal), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo concernente à seleção pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bebedouro, estado de São Paulo.

**I - RELATÓRIO**

2. O Aviso de Habilitação referente à seleção pública em questão restou publicado no DOU de 08.12.2011 (Aviso nº 16, de 07 de dezembro de 2011), enumerando o rol dos documentos e demais itens necessários à participação do certame pelas entidades interessadas (fls. 02/08).



3. Manifestaram interesse em executar o serviço as seguintes pessoas jurídicas:

- (i) FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA - Processo nº 53000.006738/2012;
- (ii) FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO - Processo nº 53000.004568/2012;
- (iii) FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA - Processo nº 53000.006179/2012;
- (iv) ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA - Processo nº 53000.005534/2012;
- (v) FUNDAÇÃO PIO XII - Processo nº 53000.006203/2012.

4. Após análise inicial dos autos pela SCE, concluiu aquele órgão, segundo Nota Técnica nº 88/2013/GTED/DEAA/SCE-MC (fls. 09/10), por inabilitar todas as entidades.

5. O resultado da análise supra restou comunicado às participantes, por meio de Ofícios encaminhados com Aviso de Recebimento, de modo a cientificá-las, concedendo-lhes oportunidade para interposição de eventual recurso, em consonância com a ampla defesa.

6. Em prosseguimento, a FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, a FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO, a FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA e a ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA apresentaram recursos, oportunidade em que o recurso interposto pela FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA foi julgado conhecido e provido, ao passo que os demais foram conhecidos, mas não providos. Ressalte-se que o mérito do recurso interposto pela FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO sequer deveria ter sido objeto de análise ante a ausência de regularidade formal, conforme será demonstrado. Não se deparou com pleito recursal da FUNDAÇÃO PIO XII, a despeito de ter sido devidamente notificada.

7. Concluída a análise final pela SCE, foi julgada vencedora a FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, fazendo jus à outorga em questão.

8. Vieram os autos a esta CONJUR/MC, para exame e parecer acerca da regularidade jurídico-formal do processo, e a consequente homologação do certame.

## II - DOS FUNDAMENTOS NORMATIVOS

9. O serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos encontra-se previsto no Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, senão, veja-se:

Art 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

10. Quanto à legitimidade para executar o serviço, o mesmo DL nº 236, de 1967,





antevê o seguinte:

Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º - As Universidades e Fundações deverão comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.  
(...)

11. No que concernê à competência para outorgar, por se tratar de permissão de serviço de radiodifusão sonora, incumbe ao Exmº. Ministro das Comunicações, nos termos dos articulados seguintes:

**CBT**

Art. 34 caput

(...)

§ 1º A outorga da concessão ou autorização é prerrogativa do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 33 § 5º, depois de ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações sobre as propostas e requisitos exigidos pelo edital, e de publicado o respectivo parecer.

...

art. 33 caput

(...)

§ 5º Os serviços de radiodifusão de caráter local serão autorizados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações.

**Decreto nº 52.795, de 1963**

Art 6º A União compete, privativamente, autorizar, em todo território nacional, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, a execução de serviços de radiodifusão.

§ 2º Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.

12. Em plano infralegal, foi publicada portaria ministerial a dispor sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos: à época da publicação do referido Aviso encontrava-se em vigor, ainda, a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011 - diploma normativo este posteriormente revogado pela atual Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. À luz daquela primeira Portaria, portanto, será apreciada a seleção *in casu*.

**III - DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO PELA FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**

13. Compulsando-se os autos da fundação, verifica-se, segundo a Nota Técnica nº 87/2013 (fl. 66 do processo da fundação), que a mesma que restou inabilitada em virtude de incorreções nos seguintes documentos: a) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas; b) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham



exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

14. Da análise em comento a entidade foi notificada por meio do ofício de fl. 70, com AR devidamente assinado em 26.12.2013 (fl. 71).

15. A postagem do recurso da fundação ocorreu em 23.01.2014 (fl. 92), razão pela qual é tempestivo, merecendo, pois, ser conhecido.

16. No mérito, quanto à ausência de juntada das certidões cíveis e criminais de natureza federal, argumenta a fundação que o Aviso de Habilitação não traz a obrigatoriedade de sua apresentação. Alega que a sua juntada passou a ser exigida somente após a publicação da Portaria nº 355/2012, que modificou a Portaria nº 420/2011, regramento que rege o presente procedimento de seleção pública.

17. Sobre esse ponto, urge frisar que a juntada das certidões cíveis e criminais faz-se necessária tanto no âmbito estadual, quanto federal. Não obstante, a Portaria nº 420/2011, além do próprio Aviso de Habilitação, não explicitam o âmbito - se estadual ou federal, o que poderia suscitar, de fato, dúvida ao administrado.

18. Cite-se, à guisa de exemplo, entendimento que até então era adotado nos antigos editais de licitação do âmbito privado/comercial: em consonância com a antiga redação do Decreto nº 52.795, de 1963, os referidos instrumentos convocatórios também não faziam menção expressa ao âmbito (se estadual e/ou federal - , dúvida que restou saneada com os novos editais de licitação, de 2007 em diante, além da alteração do citado Decreto nº 52.795/1963 por meio do Decreto nº 7670, de 2012). Em razão da interpretação dúbia, eram exigidas, então, apenas as da esfera estadual (o que se coadunava, inclusive, com decisão do Tribunal de Contas da União, segundo a qual deve prevalecer a interpretação mais favorável ao concorrente, se pairar dúvida sobre dispositivo do instrumento convocatório). Assim, se poderia admitir, a um primeiro momento, apenas a juntada das certidões no âmbito estadual.

19. In casu, a fundação se dignou a juntar ao seu recurso, a título de complementação, as demais certidões que porventura entendesse aptas a sanear o vício apontado, vale dizer, as certidões cíveis e criminais de natureza federal, razão pela qual não há que se vislumbrarem quaisquer irregularidades, quanto a este ponto.

20. Quanto aos feitos de improbidade administrativa, de notificação, protesto e interpelação e de procedimento ordinário em face do Diretor Presidente José Mauro de Souza, todos no âmbito da justiça estadual, é necessário tecer algumas considerações.

21. No que tange às ações de improbidade administrativa, alega a Recorrente que os processos são anteriores a 5 anos da data da publicação do Aviso de Habilitação em questão, e que, em nenhum deles, houve condenação que implicasse em cassação ou restrição dos direitos políticos ou individuais, razão pela qual o Diretor estaria apto a praticar todos os atos inerentes aos direitos do cidadão.

22. Sobre esse ponto, importa esclarecer que, da verificação das certidões de objeto e pé apresentadas em sede recursal pelo Diretor Presidente José Mauro de Souza, constata-se que as mesmas referem-se a ações de improbidade administrativa. No que tange às ações de fls. 82/83 e fls. 88/89 o Sr. José Mauro não restou condenado; já com relação aos feitos de fls. 84/87, o réu foi condenado, encontrando-se referido processo em fase de execução. Dessa forma, resta inequívoca a ausência de idoneidade moral do referido dirigente, notadamente por se constituir um ilícito que afronta a Administração Pública.

23. É inequívoco, portanto, que a condenação do administrador da entidade por



improbidade administrativa macula a sua idoneidade moral, de modo a afetar diretamente a análise do processo da entidade na seleção pública, razão pela qual deve ser julgada inabilitada.

24. Quanto às ações de notificação, protesto e interpelação e de procedimento ordinário em face do Diretor Presidente, ressalta-se que não se depara nos autos com as certidões de objeto e pé dos referidos processos. Por se tratar de procedimento de jurisdição voluntária, entendemos que a ausência de certidão de objeto e pé, referente à ação de notificação, protesto e interpelação não tem, *a priori*, o condão de influir no julgamento do presente certame, uma vez que, nesses procedimentos, não há a figura do litígio, não havendo que se falar, portanto, em eventual interferência na execução do serviço objeto da outorga.

25. Em contrapartida, a ausência de certidão de objeto e pé referente à ação de procedimento ordinário, ajuizada contra o Diretor Presidente, configura motivo razoável à inabilitação da proponente, uma vez que não há como saber se a matéria discutida no processo teria o condão de influenciar na execução do serviço objeto da outorga.

26. Nesse passo, cumpre destacar que o § 4º, do artigo 4º da Norma de Regência (Portaria nº 420/2011) anteriormente transcrito estabelece, expressamente, que deixar de juntar quaisquer dos documentos indicados no Anexo da Portaria, ou anexá-los de forma irregular, são razões a justificar a inabilitação da proponente.

27. A exigência de que as citadas declarações deveriam ter sido devidamente apresentadas encontram respaldo no Anexo II da citada Portaria, senão vejamos:

**"II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CRIADAS E MANTIDAS PELA INICIATIVA PRIVADA E DAS FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO, EM ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA:**

(...)

**QUANTO AOS DIRIGENTES:**

(...)

15. *Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;*

16. *Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;"*

28. Nesse sentido, reza o mesmo diploma em seu artigo 4º, § 3º, que os interessados terão 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do Aviso de Habilitação, para apresentar suas propostas, instruídas com os documentos listados no Anexo da Portaria 420/2011, *verbis*:

"§3º As pessoas jurídicas interessadas terão 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do aviso de habilitação, para a apresentação das suas propostas, devidamente instruídas com a documentação listada no Anexo desta Portaria."

29. Em razão do exposto, pode-se concluir que o recurso deve ser conhecido, ante a sua tempestividade, mas não provido, uma vez que não merece prosperar parte dos argumentos da recorrente, nos termos expostos.



#### IV – DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO PELA FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO

30. Compulsando-se os autos da fundação, verifica-se, segundo a Nota Técnica nº 86/2013 (fl. 63 do processo da fundação), que a mesma que restou inabilitada em virtude de incorreções nos seguintes documentos: a) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas; b) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

31. Da análise em comento a entidade foi notificada por meio do ofício de fl. 67, com AR devidamente assinado em 24.12.2013 (fl. 68).

32. A postagem do recurso da fundação ocorreu em 22.01.2014 (fl. 80), razão pela qual é tempestivo. Em que pese a tempestividade do recurso, este não deveria ter sido conhecido ante a ausência de regularidade formal, conforme será demonstrado.

33. No mérito, argumentou, em síntese, que o Aviso de Habilitação nº 16 e a Portaria nº 420/2011 são omissas quanto ao âmbito das certidões a serem apresentadas pelas entidades (se estadual, federal ou eleitoral), razão pela qual a apontada omissão deveria beneficiar a Recorrente. Alega, ainda, que não haveria qualquer dificuldade em apresentar as certidões negativas apontadas como ausentes, razão pela qual as colacionou por ocasião do recurso.

34. Em prosseguimento, sustentou que, quando do julgamento dos documentos de habilitação, houve lesão ao princípio da razoabilidade em virtude do excesso de formalismo na análise da SCE. Por fim, alegou inobservância aos princípios da legalidade e economicidade, razão pela qual não haveria, portanto, fundamento para a manutenção da inabilitação.

35. Entretanto, ainda que se acolhesse a argumentação da Recorrente, vislumbra-se que o recurso sequer deveria ter sido conhecido, ante a ausência de requisito extrínseco de admissibilidade recursal, qual seja, regularidade formal.

36. Isso porque, por ocasião do recurso, a entidade fez-se representar por procuradora, sem que fizesse constar do processo procuração original ou autenticada, violando, portanto, norma editalícia expressa, a qual determina que todos os documentos devem ser anexados em original ou cópia autenticada. Ademais, o recurso interposto encontra-se apócrifo, sendo que a assinatura constitui requisito formal indispensável à admissibilidade recursal. Dessa forma, patente é a inobservância da regularidade formal, requisito extrínseco de admissibilidade dos recursos, razão pela qual sequer deveria ter sido conhecido.

37. Nesse passo, cumpre destacar que o § 4º, do artigo 4º da Norma de Regência (Portaria nº 420/2011) anteriormente transcrito estabelece, expressamente, que deixar de juntar quaisquer dos documentos indicados no Anexo da Portaria, ou anexá-los de forma irregular, são razões a justificar a inabilitação da proponente.

38. A exigência de que as citadas declarações deveriam ter sido devidamente apresentadas encontram respaldo no Anexo II da citada Portaria, senão vejamos:

**"II – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CRIADAS E MANTIDAS**



**PELA INICIATIVA PRIVADA E DAS FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO,  
EM ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA:**

(...)

QUANTO AOS DIRIGENTES:

(...)

15. Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

16. Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;"

39. Nesse sentido, reza o mesmo diploma em seu artigo 4º, § 3º, que os interessados terão 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do Aviso de Habilitação, para apresentar suas propostas, instruídas com os documentos listados no Anexo da Portaria 420/2011, verbis:

"§3º As pessoas jurídicas interessadas terão 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do aviso de habilitação, para a apresentação das suas propostas, devidamente instruídas com a documentação listada no Anexo desta Portaria."

40. Em razão do exposto, em que pese a argumentação da Recorrente, o recurso sequer deveria ter sido conhecido, ante a ausência de regularidade formal, requisito extrínseco de admissibilidade, razão pela qual deve permanecer inabilitada.

**V - DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO PELA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA**

41. Compulsando-se os autos da entidade, verifica-se, segundo a Nota Técnica nº 84/2013 (fl. 326 do processo da associação), que a associação restou inabilitada nos seguintes termos: "Da análise dos autos, constatou-se que a natureza jurídica da proponente é de **Associação Privada**, conforme documentos de fls. 125 dos autos, portanto, não possui competência para executar serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, conforme estabelecem o artigo 14, do Decreto-Lei nº 236/67 e o artigo 3º, da Portaria nº 420/2011, de 14 de setembro de 2011, publicada no DOU do dia 19 subsequente".

42. Da análise em comento a associação foi notificada por meio do Ofício nº 133/2013 (fl. 329 do processo da associação), com AR devidamente assinado em 26.12.2013 (fl. 74). A postagem do recurso deu-se em 20/01/2014, sendo, portanto, tempestivo, razão pela qual deve ser conhecido.

43. No mérito, argumenta, em síntese, que inexistem óbices legais que impeçam a sua participação no processo de seleção. Nesse sentido, alega ser uma Instituição de Educação e Ensino Superior criada e mantida pela iniciativa privada e sem qualquer finalidade lucrativa, razão pela qual atenderia os requisitos para participar do presente certame.

44. Em que pese a argumentação esposada, constata-se, da análise da



documentação acostada aos autos pela própria entidade, que esta não possui legitimidade para participar do presente procedimento de seleção pública. Isso porque a Recorrente é, na verdade, associação privada na condição de entidade mantenedora do Centro Universitário UNIFAFIBE, instituição de educação superior criada e mantida pela Recorrente.

45. Sendo assim, quem poderia deter legitimidade para participar do certame seria o Centro Universitário UNIFAFIBE, que possui natureza de instituição de ensino superior, desde que preenchidos os requisitos enumerados no artigo 3º, inciso II, da Portaria nº 420/2011.

46. No caso que ora se apresenta, verifica-se que a entidade interessada, denominada ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA, constitui-se em associação privada, segundo se extrai do teor do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ à fl. 125, que descreve a sua natureza jurídica, o que é corroborado por seu próprio estatuto.

47. Nesse sentido, mister salientar que as normas que regem os serviços de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, preveem a participação nas Seleções Públicas das seguintes pessoas jurídicas: (i) as pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do art. 41 da lei nº 10.406/2002; (ii) as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação, na forma do art. 12 do Decreto nº 5.773/2006; e, (iii) as fundações de direito privado, previstas no art. 44 da Lei nº 10.406/2002, desde que seus estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata.

48. Do mesmo modo, assim dispõe o artigo 14, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, ao estabelecer quem poderá executar serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos:

*Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:*

*a) a União;*

*b) os Estados, Territórios e Municípios;*

*c) as Universidades Brasileiras;*

*d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.*

*§ 1º - As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.*

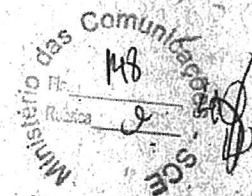
*§ 2º - A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.*

49. Vale ressaltar que, embora o artigo acima transcrito trate expressamente de execução de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - TVE, aplica-se, também, à execução de Serviço de Radiodifusão Sonora, que é o caso dos autos.

50. Verifica-se, pois, que não há previsão legal que autorize a outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, a associações privadas.

51. A lei é clara, dispensando outras indagações, razão pela qual a presente associação sequer poderia participar deste procedimento de seleção pública, devendo ser





julgada inabilitada, em consonância com o entendimento manifestado pela SCE por meio da Nota Técnica nº 275/2014 (fls. 339/340).

**VI - DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO PELA FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA (ENTIDADE JULGADA VENCEDORA)**

52. Compulsando-se os autos da entidade, verifica-se, segundo a Nota Técnica nº 85/2013 (fls. 116/117 do processo da entidade), que a mesma restou inabilitada em virtude de incorreções nos seguintes documentos: a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada; b) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas; c) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

53. Da análise em comento a fundação foi notificada por meio de Ofício nº 132/2013 em 24/12/2013 (fl. 19 do processo da fundação), tendo a interposição do recurso ocorrido em 20/01/2014, merecendo, pois, ser conhecido.

54. No mérito, alegou que, embora tenha existência legal desde 2002, no período entre 01/01/2013 a 31/12/2013 não exerceu nenhuma atividade, razão pela qual, quanto a este interregno, não há movimentações contábeis de modo a demonstrar sua situação financeira, conforme exigido pelo Aviso de Habilitação.

55. Para tanto, a Recorrente trouxe aos autos Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2013, de lavra da empresa AVAL CONTABILIDADE - CRC/CEI3SP 019159/0-6, assim como colacionou ao processo cópia da declaração simplificada de pessoa jurídica inativa referente ao ano de 2013, comprovando, portanto, estar isenta da apresentação do balanço patrimonial no exercício social em comento, devido a sua inatividade. Com base no exposto, resta acatado o presente argumento.

56. Quanto à ausência de juntada das certidões cíveis e criminais de natureza federal, argumenta a fundação, em síntese, que instruiu a proposta apenas com as certidões de natureza estadual ante a inexistência de dispositivo expresso mencionando a necessidade de apresentação das certidões federais.

57. Sobre esse ponto, urge frisar que a juntada das certidões cíveis e criminais faz-se necessária tanto no âmbito estadual, quanto federal. Não obstante, a Portaria nº 420/2011, além do próprio Aviso de Habilitação, não explicitam o âmbito - se estadual ou federal, o que poderia suscitar, de fato, dúvida ao administrado.

58. Cite-se, à guisa de exemplo, entendimento que até então era adotado nos antigos editais de licitação do âmbito privado/comercial: em consonância com a antiga redação do Decreto nº 52.795, de 1963, os referidos instrumentos convocatórios também não faziam menção expressa ao âmbito (se estadual e/ou federal - dúvida que restou saneada com os novos editais de licitação, de 2007 em diante, além da alteração do citado Decreto nº 52.795/1963 por meio do Decreto nº 7670, de 2012). Em razão da interpretação dúbia, eram exigidas, então, apenas as da esfera estadual (o que se coadunava, inclusive, com decisão do Tribunal de Contas da União, segundo a qual deve prevalecer a interpretação mais favorável ao concorrente, se pairar dúvida sobre dispositivo do



instrumento convocatório). Assim, se poderia admitir, a um primeiro momento, apenas a juntada das certidões no âmbito estadual.

59. *In casu*, a fundação se dignou a juntar ao seu recurso, a título de complementação, as demais certidões que porventura entendesse aptas a sanear o vício apontado, vale dizer, as certidões cíveis e criminais de natureza federal, razão pela qual não há que se vislumbrarem quaisquer irregularidades, quanto a este ponto.

60. A par das considerações supra, depreende-se que se configura acertada a nova análise proferida pela SCE quando da análise recursal, o que enseja a **habilitação** da entidade.

61. Dessa forma, a FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA (Processo nº 53000.006179/2012) foi julgada a vencedora pela SCE.

62. Vale ressaltar que a análise realizada pela SCE, num primeiro momento (Nota Técnica nº 85/2013/GTED/DEAA/SCE-MC), concluiu que a entidade apresentou toda a documentação necessária, com exceção dos documentos elencados no item 52 supra. Quando da análise recursal, considerando os argumentos aventados pela Recorrente, a SCE retratou-se quanto às supostas irregularidades, entendimento com o qual concorda esta Consultoria Jurídica, conforme exaustivamente demonstrado. Dessa forma, portanto, vislumbra-se que a entidade apresentou toda a documentação exigida pela legislação pertinente, destacando-se os seguintes:

(i) Requerimento de encaminhamento da proposta, assinado pelo representante legal (fl. 2);

(ii) Estatuto Social e suas alterações, devidamente registrados, constando, dentre seus objetivos, finalidades educacionais ou educativas, a serem executados sem fins lucrativos (fls. 11/21);

(iii) Comprovante de que a entidade foi instituída há mais de um ano, contado da data da publicação do aviso de habilitação, na hipótese de a interessada ser fundação de direito privado (fl. 70);

(iv) Comprovante de que o Estatuto Social e suas alterações foram aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A", na hipótese de a interessada ser fundação de direito privado (fl. 22);

(v) Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas (fl. 57/59);

(vi) Instrumento Jurídico que comprove a vinculação com instituição de ensino médio ou de educação superior ou com o município onde será executado o serviço objeto da outorga, visando o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados para a educação, no caso de fundação de direito privado (fls. 62/65);

(vii) Declaração, firmada pelo representante legal da instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação, informado o seu número de alunos matriculados (fl. 66);

(viii) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, §2º, da



149  
Comun.

Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação do setor de radiodifusão, e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999 (fl. 67);

(ix) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou da permissão; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga (fl.68);

(x) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que esta possui recursos financeiros para o empreendimento (fl.69);

(xi) Prova de inscrição da interessada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ (fl. 70);

(xii) Prova da regularidade relativa ao INSS (fl.71);

(xiii) Prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade (fls. 72/74);

(xiv) Prova da regularidade relativa ao FGTS (fl. 75);

(xv) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada (fl. 131/132);

(xvi) Grade detalhada contendo o horário e a programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga (fl. 77)

(xvii) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos (fl. 78, 87, 97, 106);

(xviii) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas (fls. 79, 89, 98, 107, 133, 134, 135, 136);

(xix) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas (fls. 80, 90, 99, 108, 133, 134, 135, 136);

(xx) Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas (fls. 81/83, 91/93, 100/102, 109/111);

(xxi) Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67 (fls. 84,94,103,112);

(xxii) Prova da quitação com as suas obrigações eleitorais (fls. 85, 95, 104,113);



(xxiii) Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial (fls. 86, 96, 105, 114).

## VII - CONCLUSÃO

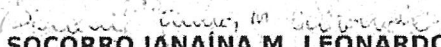
63. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, opina favoravelmente à homologação da atual seleção pública, cujo objeto é a outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, para a localidade de Bebedouro, estado de São Paulo (canal 293 E), sagrando-se vencedora a FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RÁDIOFUSÃO EDUCATIVA.

64. Ademais, por se tratar de Serviço de Radiodifusão Sonora, a competência ulterior para a devida outorga é do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012.

65. Oportuno ressaltar que a outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da República.

A consideração superior.

Brasília, 15 de maio de 2014.

  
**SOCORRO JANAÍNA M. LEONARDO**

Advogada da União

Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



**DESPACHO Nº 1891/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU**

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.064704/2011-38  
(Processos Apensos: 53000.006738/2012; 53000.004568/2012; 53000.006179/2012;  
53000.005534/2012; 53000.006203/2012)

ASSUNTO: Outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade Bebedouro, estado de São Paulo. AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 16/2011.

Aprovo o PARECER nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Sra. Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 11 de Janeiro de 2014.

  
**José Flávio Bianchi**  
Consultor Jurídico



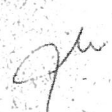
Ministério das Comunicações  
Folha 151  
Rubrica J

**DESPACHO DO MINISTRO**  
Em 10 de julho de 2014.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 616/2014/SJ/LRA/CGA/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.064704/2011, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, constante do Aviso de Habilitação nº 16, 7 de dezembro de 2011, e adjudicar o seu objeto à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

  
**PAULO BERNARDO SILVA**

Publicado no DOU	
Em:	16/07/2014
Página:	50
Seção:	01
marcela	
Nome Legível	



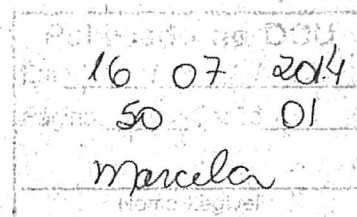




## ANEXO

PROPOÑENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.006179/2012	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.006738/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO	II	53000.004568/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA	II	53000.005534/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO PIO XII	II	53000.006203/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.







O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 606/2014 SLD/DIRA/CGA/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.004704/2011, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 100E, constante do Anexo de Habitação nº 13, de 26 de outubro de 2011, e adjudicar o seu objeto à Universidade Federal do Pampa, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, constante do Anexo de Habitação nº 16, de 26 de outubro de 2011, e adjudicar o seu objeto à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

PAULO BERNARDO SILVA

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO RESULTADO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	I	53000.004704/2011	HABILITADA	VENCEDORA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - 9ª SUPERINTENDÊNCIA	II	53000.004704/2011	DESCONHECIDA	INDEFERIMENTO
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE URUGUAIANA	II	53000.004704/2011	DESCONHECIDA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.  
Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 616/2014 SLD/DIRA/CGA/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.004704/2011, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO RESULTADO
FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.006170/2012	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.006170/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO	II	53000.006170/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA	II	53000.006170/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO PIO XII	II	53000.006170/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

### ACORDÃO DE 8 DE JULHO DE 2014

Nº 242/2014-CD - Processo nº 53500.001641/2014  
Conselheiro Relator: Júbias José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 748, de 3 de julho de 2014. Recorrente Interessado: SSVT - SISTEMA SUL DE TELEVISÃO LTDA (CNPJ/MF nº 01.488.449/0001-03).

EMENTA: ADAPTAÇÃO DE CONCESSÕES, SERVIÇO DE TV A CABO, REGIME REGULADOR DO SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO, CONDIÇÕES ATENDIDAS, ADAPTAÇÕES APROVADAS. 1. A SSVT - SISTEMA SUL DE TELEVISÃO LTDA, solicitou a adaptação das outorgas do Serviço de TV a Cabo que detém, nas Áreas de Araraquã/SC e Tubarão/SC, para o regime regulatório do Serviço de Acesso Condicionado. 2. A Superintendência de Outorgas e Recursos à Prestação atendeu que a documentação apresentada encontra-se de acordo com a regulamentação, inexistindo óbices às adaptações requeridas. 3. Adaptações aprovadas.

ACORDÃO. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 75/2014-GC/VT, de 24 de julho de 2014, integrante deste acórdão: a) adaptar as outorgas para exploração do Serviço de TV a Cabo nas Áreas de Prestação de Serviço de Araraquã e Tubarão, no estado de Santa Catarina, expedidas à SSVT - SISTEMA SUL DE TELEVISÃO LTDA (CNPJ/MF nº 01.488.449/0001-03, por meio dos Atos nº 14.034 e 14.035, de 22 de dezembro de 2000, publicados no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2000, para o regime regulatório do Serviço de Acesso Condicionado, nos moldes da minuta de Ato apresentada pela Superintendência de Outorgas e Recursos à Prestação, mediante o pagamento de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais); b) determinar que, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contado a partir da data de assinatura do Termo de Autorização, a SSVT - SISTEMA SUL DE TELEVISÃO LTDA (CNPJ/MF nº 01.488.449/0001-03, renuncie, transfira a outorga uma das outorgas do SeAC ou solicite a consolidação de suas outorgas, nos termos do art. 83 do Regulamento do SeAC; c) condicionar a expedição dos Atos de Adaptação à apresentação, pela SSVT - SISTEMA SUL DE TELEVISÃO LTDA (CNPJ/MF nº 01.488.449/0001-03, de todas as certidões comprobatórias de sua regularidade fiscal, em conformidade com o inciso IV do art. 1º do Anexo II do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado, aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, devidamente válidas.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Júbias José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

### ACORDÃO DE 15 DE JULHO DE 2014

Nº 246/2014-CD - Processo nº 53500.001502/2014  
Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 2.117, de 14 de julho de 2014. Recorrente Interessado: OBSERVATORIO DE CONTROLE DO SETOR PÚBLICO (CNPJ/MF nº 12.997.973/0001-36).

EMENTA: RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA PEDIDO DE INFORMAÇÃO E SIC CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC destina-se ao fornecimento de informações disponíveis nos diversos órgãos da Administração Pública. 2. Apenas poderá haver compartilhamento de vi-fis nos limites de uma mesma edificação. A hipótese de compartilhamento de internet vi-fis via pagamento de taxa condominial, conforme gerando o Recorrente, caracteriza-se como recusa de Serviço de Comunicação Multimídia para os condomínios, hipótese vedada pela regulamentação expedida pela Anatel, uma vez que a prestação de SCM (serviço de telecomunicações) sempre deverá ser precedida de autorização pela Agência. 3. Recurso conhecido e improvido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.anatel.gov.br> pelo código 00012014071600050.

ACORDÃO. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 79/2014-GCMB, de 10 de julho de 2014, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por OBSERVATORIO DE CONTROLE DO SETOR PÚBLICO (CNPJ/MF nº 12.997.973/0001-36) nos autos de solicitação de informação registrada via e-SIC sob o nº 53850.001923/2014-48, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Júbias José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

### Nº 249/2014-CD - Processo nº 53500.001562/2014

Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 2.118, de 14 de julho de 2014. Recorrente Interessado: ADRIANO RAFAEL COSTA DE SOUZA (CPF/MF nº 014.787.381-97).

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM CONSUMIDORES. SRC PEDIDO DE INFORMAÇÃO INICIALMENTE INDEFERIDO. RECURSO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. FORNECIMENTO DE INFORMAÇÃO COM ERRO MATERIAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O Interessado registrou reclamação no sistema e-SIC. 2. O pedido de informações foi indeferido pela área técnica tendo sido reiterado em sede recursal. 3. Deferido o recurso, foi interposto Recurso em 2ª instância, o qual deve ser conhecido e parcialmente provido para corrigir erro material e indeferir o nome do servidor solicitado. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido.

ACORDÃO. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 84/2014-GC/RZ, de 14 de julho de 2014, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto por ADRIANO RAFAEL COSTA DE SOUZA, CPF/MF nº 014.787.381-97, nos autos de solicitação de informação registrada via e-SIC sob o nº 53850.001999/2014-44, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para retificar a informação relativa ao nome do servidor solicitado no sistema Focus, fazendo constar o nome ALEXNANDO CERQUEIRA DA SILVA.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Júbias José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

## SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 15 de julho de 2014

Nº 3.433  
53500.007509/2014

O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 159, inciso I do Regulamento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Homologar a Oferta de Referência de Produto de Atacado de Exploração Industrial de Linha Dedicada, EILD, apresentada pelo Grupo COPEL/SERCOMTEL em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC.

Art. 2º Estabelecer, em conformidade com o art. 11 do Anexo I do PGMC, que o Grupo COPEL/SERCOMTEL deverá submeter para revisão nova Oferta de Referência de Produto de Atacado EILD em 6 (seis) meses a contar da entrada em vigor do presente Despacho Decisório.

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 3.434

53500.007480/2014

O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 159, inciso I do Regulamento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR a Oferta de Referência de Produto de Atacado de Interligação apresentada pelo Grupo Oi, em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, EXCETO no que diz respeito aos Aspectos Comerciais da Oferta, os quais deverão obedecer ao contido nos arts. 2º e 3º do presente Despacho.

Art. 2º DETERMINAR que o Grupo Oi apresente sua Oferta de Referência de Produto de Atacado de Interligação, de forma que os preços que constam nos Aspectos Comerciais da Oferta e da minuta de contrato sejam os abaixo citados:

1) Oferta PIT

PIT CAPACIDADE	PRAZO DE 12 MESES			
	Município Tipo A (R\$)	Município Tipo B (R\$)	Município Tipo C (R\$)	Município Tipo D (R\$)
50 Mbps	6.240,36	7.724,12	9.519,41	
100 Mbps	10.308,59	12.375,86	17.147,57	
1 Gbps	100.082,15	124.109,67	180.091,30	
10 Gbps	987.991,29	1.235.829,60	1.789.549,92	

PIT CAPACIDADE	PRAZO DE 24 MESES			
	Município Tipo A (R\$)	Município Tipo B (R\$)	Município Tipo C (R\$)	Município Tipo D (R\$)
50 Mbps	5.616,32	6.951,71	8.567,47	
100 Mbps	9.278,62	11.588,28	15.432,81	
1 Gbps	90.083,56	111.698,70	162.082,17	
10 Gbps	889.193,06	1.103.336,64	1.610.594,93	

PIT CAPACIDADE	PRAZO DE 36 MESES			
	Município Tipo A (R\$)	Município Tipo B (R\$)	Município Tipo C (R\$)	Município Tipo D (R\$)
50 Mbps	5.504,31	6.565,50	8.091,50	
100 Mbps	8.763,15	10.944,48	14.575,45	
1 Gbps	85.078,92	105.493,22	153.077,61	
10 Gbps	839.793,45	1.042.040,17	1.521.117,43	

II) Trânsito IP

TRÂNSITO IP CAPACIDADE	PRAZO DE 12 MESES			
	Município Tipo A (R\$)	Município Tipo B (R\$)	Município Tipo C (R\$)	Município Tipo D (R\$)
50 Mbps	6.771,66	8.382,12	10.310,35	
100 Mbps	13.524,53	16.764,11	20.639,19	
300 Mbps	40.534,19	50.240,32	61.811,22	

TRÂNSITO IP CAPACIDADE	PRAZO DE 24 MESES			
	Município Tipo A (R\$)	Município Tipo B (R\$)	Município Tipo C (R\$)	Município Tipo D (R\$)
50 Mbps	6.094,77	7.513,91	9.297,32	
100 Mbps	12.117,08	15.027,98	18.576,26	
300 Mbps	36.498,78	45.218,29	55.752,80	

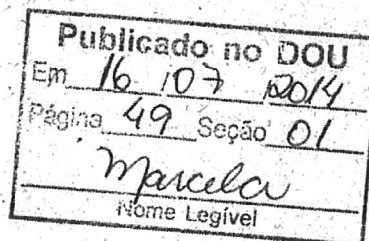
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DESPACHO  
Em 10 de julho de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARÉCER nº 616/2014/SJL/MRA/CGH/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.006179/2012, de sorte a conceder provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a presença de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

  
PAULO BERNARDO SILVA







Ministério das Comunicações  
Nº 155  
Rubrica  
J  
CE

PORTARIA Nº 486 , DE 10 DE JULHO DE 2014.

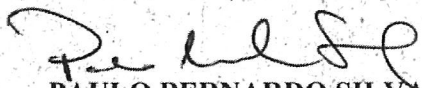
**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.006179/2012, resolve:

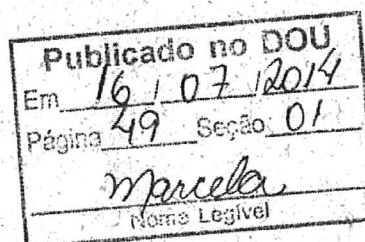
Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo/SP.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro de Estado das Comunicações









## Ministério das Cidades

## GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 379, DE 15 DE JULHO DE 2014

Divulga a seleção de proposta do Governo do Estado do Piauí, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Pacto da Mobilidade.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, considerando a inclusão do empreendimento, no PAC, pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC), conforme lavrado em ata de 27 de fevereiro de 2014, considerando a Instrução Normativa nº 41, de 24 de outubro de 2012, que regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRO-TRANSPORTE, e considerando a Portaria nº 184, de 12 de abril de 2013, que aprova o Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, resolve:

Art. 1º Tornar pública a seleção de proposta apresentada pelo Governo do Estado do Piauí ao Ministério das Cidades, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Pacto da Mobilidade, na forma do Anexo.

Art. 2º Tornar inexistente, em razão dos fatos alegados pelo Governo do Estado do Piauí, a seleção da proposta 000109.02.73/2011-99, divulgada por meio da Portaria nº 185 de 24 de abril de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

## ANEXO

SELEÇÃO DE PROPOSTAS INSERIDAS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) - PACTO DA MOBILIDADE

UF	Proponente	Empreendimento	Fonte de Recursos
PI	Governo do Estado do Piauí	VLT Linha 1 - Sudeste	OGU FIN

## Ministério das Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 484, DE 10 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.058465/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), com fins exclusivamente educativos, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 486, DE 10 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.006179/2012, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo-SP.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 487, DE 10 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059024/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), com fins exclusivamente educativos, no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria-de-imprensa>, pelo código 00012014071600049

## DESPACHOS DO MINISTRO

Em 10 de julho de 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.004568/2012, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 1174/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.059024/2011, de sorte a não conhecer o recurso interposto pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, participante do Aviso de Habilitação nº 9/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, por meio do canal 282E, tendo em vista a intempestividade da solicitação. No entanto, amparando-se na autotutela administrativa, também adota as razões do citado parecer jurídico para HABILITAR a entidade, com sua consequente manutenção no hodierno processo seletivo, nos termos da legislação vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.005534/2012, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.006179/2012, de sorte a conceder provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a presença de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.006738/2012, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 1174/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.059024/2011, de sorte a não conhecer o recurso interposto pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, participante do Aviso de Habilitação nº 9/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, por meio do canal 282E, tendo em vista a intempestividade da solicitação. No entanto, amparando-se na autotutela administrativa, também adota as razões do citado parecer jurídico para HABILITAR a entidade, com sua consequente manutenção no hodierno processo seletivo, nos termos da legislação vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 605/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.058465/2011, de sorte a conceder provimento ao recurso interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, participante do Aviso de Habilitação nº 13/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 300E, tendo em vista a presença de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 1174/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.059264/2011, de sorte a não conhecer o recurso interposto pela SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE, participante do Aviso de Habilitação nº 9/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, por meio do canal 282E, tendo em vista a intempestividade da solicitação.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 599/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.049144/2011, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, por meio do canal 282E, constante do Aviso de Habilitação nº 9, de 19 de setembro de 2011, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

## ANEXO

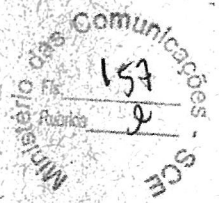
PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	I	53000.019024/2011	HABILITADA	VENCEDORA
MUNICÍPIO DE UBERABÁ	I	53000.060066/2011	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR	II	53000.059239/2011	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.060684/2011	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO
SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE	II	53000.019264/2011	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada

\*Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





**MINUTA**

EM nº /2014/MC

Brasília, de de 2014.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006179/2012, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo/SP, constante do Aviso de Habilitação nº 16 de 7 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2011, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, por intermédio do Despacho de Homologação de 10 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2014, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro de Estado das Comunicações





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviço de Comunicação Eletrônica.

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União.

Subgrupo de Trabalho de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SDEDU

Nº 53000.006179/2012-17

### TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivar.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 30 de julho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Santos Sales, Técnico de Nível Superior**, em 30/07/2014, às 17:45, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0063287** e o código CRC **89BF6913**.



EM Nº 116/2015/SEI-MC



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006179/2012-17, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo/SP, constante do Aviso de Habilitação nº 16 de 7 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2011, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, por intermédio do Despacho de Homologação de 10 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2014, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

**RICARDO BERZOINI**  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 30/04/2015, às 17:02, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0418652** e o código CRC **93A2099F**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Documentação e Informação

Subgrupo de Trabalho de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e  
Consignação da União



**DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA DE PROCESSO AO SEDOC**

**REFERÊNCIA AO PROCESSO Nº: 53000.006179/2012-17 – PROCESSO GANHADOR DO CERTAME, APENSO AO MÃE 53000.064704/2011-38.**

**INTERESSADO: Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa**

**ASSUNTO: Encaminhamento de Cópia**

Encaminho cópia do processo acima citado, **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, no município de **BEBEDOURO/SP**, ao Serviço de Documentação e Arquivo – SEDOC, para envio a CASA CIVIL da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Brasília, 05 de junho de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sayonara Leonez de Medeiros Coelho Cintra**, Técnico de Nível Superior, em 05/06/2015, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0541111** e o código CRC **F8E4576C**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Criado por sayonara, versão 3 por sayonara em 05/06/2015 18:12:59.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

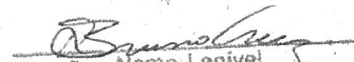
**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**

**Grupo de Trabalho de Documentação e Informação**

**Subgrupo de Trabalho de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e  
Consignação da União**

Recebi a cópia

Em 05/06/2015



Bruno Alves Cruz Luna Lins  
Chefe de Serviço de Documentação e Arquivo  
Coordenação-Geral de Serviços do Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações



**DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA DE PROCESSO AO SEDOC**

**REFERÊNCIA AO PROCESSO Nº: 53000.006179/2012-17 – PROCESSO GANHADOR DO  
CERTAME, APENSO AO MÃE 53000.064704/2011-38.**

**INTERESSADO: Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa**

**ASSUNTO: Encaminhamento de Cópia**

Encaminho cópia do processo acima citado, **FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE  
RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**, no município de **BEBEDOURO/SP**, ao Serviço de  
Documentação e Arquivo – SEDOC, para envio a CASA CIVIL da PRESIDÊNCIA DA  
REPÚBLICA.

Brasília, 05 de junho de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sayonara Leonez de Medeiros Coelho Cintra**,  
**Técnico de Nível Superior**, em 05/06/2015, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria  
MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>  
informando o código verificador **0541111** e o código CRC **F8E4576C**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.





EM nº 00070/2015 MC

Brasília, 17 de Junho de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006179/2012-17, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora, com fins exclusivamente educativos, no município de Bebedouro, estado de São Paulo/SP, constante do Aviso de Habilitação nº 16 de 7 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2011, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, por intermédio do Despacho de Homologação de 10 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2014, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Ricardo Jose Ribeiro Berzoini*





**PARECER Nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU**

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.064704/2011-38

(Processos Apensos: 53000.006738/2012; 53000.004568/2012; 53000.006179/2012; 53000.005534/2012; 53000.006203/2012)

ASSUNTO: Outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade Bebedouro, estado de São Paulo. AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 16/2011.

I – Seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bebedouro, estado de São Paulo.

II – Entidade julgada vencedora: **Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa**. Documentação em conformidade com a Lei nº 4.117, de 1963, Decreto 52.795, de 1963, e a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011. **Pela viabilidade jurídica da outorga.**

III - Competência do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012.

IV – Encaminhamento dos autos ao apreço pelo Exmo. Ministro de Estado das Comunicações.

Senhor Consultor Jurídico,

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações - SCE, por intermédio da Nota Técnica nº 276/2014 (fls. 34/35 do processo principal), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo concernente à seleção pública para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bebedouro, estado de São Paulo.

**I - RELATÓRIO**

2. O Aviso de Habilitação referente à seleção pública em questão restou publicado no DOU de 08.12.2011 (Aviso nº 16, de 07 de dezembro de 2011), enumerando o rol dos documentos e demais itens necessários à participação do certame pelas entidades interessadas (fls. 02/08).

3. Manifestaram interesse em executar o serviço as seguintes pessoas jurídicas:

- (i) FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA – Processo nº 53000.006738/2012;
- (ii) FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO – Processo nº 53000.004568/2012;
- (iii) FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA – Processo nº 53000.006179/2012;



(iv) ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA –  
Processo nº 53000.005534/2012;

(v) FUNDAÇÃO PIO XII – Processo nº 53000.006203/2012.

4. Após análise inicial dos autos pela SCE, concluiu aquele órgão, segundo Nota Técnica nº 88/2013/GTED/DEAA/SCE-MC (fls. 09/10), por inabilitar todas as entidades.

5. O resultado da análise supra restou comunicado às participantes, por meio de Ofícios encaminhados com Aviso de Recebimento, de modo a cientificá-las, concedendo-lhes oportunidade para interposição de eventual recurso, em consonância com a ampla defesa.

6. Em prosseguimento, a FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, a FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO, a FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA e a ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA apresentaram recursos, oportunidade em que o recurso interposto pela FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA foi julgado conhecido e provido, ao passo que os demais foram conhecidos, mas não providos. Ressalte-se que o mérito do recurso interposto pela FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO sequer deveria ter sido objeto de análise ante a ausência de regularidade formal, conforme será demonstrado. Não se deparou com pleito recursal da FUNDAÇÃO PIO XII, a despeito de ter sido devidamente notificada.

7. Concluída a análise final pela SCE, foi julgada vencedora a FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, fazendo jus à outorga em questão.

8. Vieram os autos a esta CONJUR/MC, para exame e parecer acerca da regularidade jurídico-formal do processo, e a consequente homologação do certame.

## II - DOS FUNDAMENTOS NORMATIVOS

9. O serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos encontra-se previsto no Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, senão, veja-se:

Art 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

10. Quanto à legitimidade para executar o serviço, o mesmo DL nº 236, de 1967, antevê o seguinte:

Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º - As Universidades e Fundações deverão comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

(...)

11. No que concerne à competência para outorgar, por se tratar de permissão de serviço de radiodifusão sonora, incumbe ao Exmo. Ministro das Comunicações, nos termos dos articulados seguintes:



**CBT**

Art. 34 caput

(...)

§ 1º A outorga da concessão ou autorização é prerrogativa do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 33 § 5º, depois de ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações sobre as propostas e requisitos exigidos pelo edital, e de publicado o respectivo parecer.

...

art. 33 caput

(...)

§ 5º Os serviços de radiodifusão de caráter local serão autorizados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações.

**Decreto nº 52.795, de 1963**

Art 6º À União compete, privativamente, autorizar, em todo território nacional, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, a execução de serviços de radiodifusão.

§ 2º Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.

12. Em plano infralegal, foi publicada portaria ministerial a dispor sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos: à época da publicação do referido Aviso encontrava-se em vigor, ainda, a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011 – diploma normativo este posteriormente revogado pela atual Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. À luz daquela primeira Portaria, portanto, será apreciada a seleção *in casu*.

**III – DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO PELA FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA**

13. Compulsando-se os autos da fundação, verifica-se, segundo a Nota Técnica nº 87/2013 (fl. 66 do processo da fundação), que a mesma que restou inabilitada em virtude de incorreções nos seguintes documentos: a) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas; b) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

14. Da análise em comento a entidade foi notificada por meio do ofício de fl. 70, com AR devidamente assinado em 26.12.2013 (fl. 71).

15. A postagem do recurso da fundação ocorreu em 23.01.2014 (fl. 92), razão pela qual é tempestivo, merecendo, pois, ser conhecido.

16. No mérito, quanto à ausência de juntada das certidões cíveis e criminais de natureza federal, argumenta a fundação que o Aviso de Habilitação não traz a obrigatoriedade de sua apresentação. Alega que a sua juntada passou a ser exigida somente após a publicação da Portaria nº 355/2012, que modificou a Portaria nº 420/2011, regramento que rege o presente procedimento de seleção pública.

17. Sobre esse ponto, urge frisar que a juntada das certidões cíveis e criminais faz-se necessária tanto no âmbito estadual, quanto federal. Não obstante, a Portaria nº 420/2011, além do próprio



Aviso de Habilitação, não explicitam o âmbito – se estadual ou federal, o que poderia suscitar, de fato, dúvida ao administrado.

18. Cite-se, à guisa de exemplo, entendimento que até então era adotado nos antigos editais de licitação do âmbito privado/comercial: em consonância com a antiga redação do Decreto nº 52.795, de 1963, os referidos instrumentos convocatórios também não faziam menção expressa ao âmbito (se estadual e/ou federal – dúvida que restou saneada com os novos editais de licitação, de 2007 em diante, além da alteração do citado Decreto nº 52.795/1963 por meio do Decreto nº 7670, de 2012). Em razão da interpretação dúbia, eram exigidas, então, apenas as da esfera estadual (o que se coadunava, inclusive, com decisão do Tribunal de Contas da União, segundo a qual deve prevalecer a interpretação mais favorável ao concorrente, se pairar dúvida sobre dispositivo do instrumento convocatório). Assim, se poderia admitir, a um primeiro momento, apenas a juntada das certidões no âmbito estadual.

19. *In casu*, a fundação se dignou a juntar ao seu recurso, a título de complementação, as demais certidões que porventura entendesse aptas a sanear o vício apontado, vale dizer, as certidões cíveis e criminais de natureza federal, razão pela qual não há que se vislumbrarem quaisquer irregularidades, quanto a este ponto.

20. Quanto aos feitos de improbidade administrativa, de notificação, protesto e interpelação e de procedimento ordinário em face do Diretor Presidente José Mauro de Souza, todos no âmbito da justiça estadual, é necessário tecer algumas considerações.

21. No que tange às ações de improbidade administrativa, alega a Recorrente que os processos são anteriores a 5 anos da data da publicação do Aviso de Habilitação em questão, e que, em nenhum deles, houve condenação que implicasse em cassação ou restrição dos direitos políticos ou individuais, razão pela qual o Diretor estaria apto a praticar todos os atos inerentes aos direitos do cidadão.

22. Sobre esse ponto, importa esclarecer que, da verificação das certidões de objeto e pé apresentadas em sede recursal pelo Diretor Presidente José Mauro de Souza, constata-se que as mesmas referem-se a ações de improbidade administrativa. No que tange às ações de fls. 82/83 e fls. 88/89 o Sr. José Mauro não restou condenado; já com relação aos feitos de fls. 84/87, o réu foi condenado, encontrando-se referido processo em fase de execução. Dessa forma, resta inequívoca a ausência de idoneidade moral do referido dirigente, notadamente por se constituir um ilícito que afronta a Administração Pública.

23. É inequívoco, portanto, que a condenação do administrador da entidade por improbidade administrativa macula a sua idoneidade moral, de modo a afetar diretamente a análise do processo da entidade na seleção pública, razão pela qual deve ser julgada inabilitada.

24. Quanto às ações de notificação, protesto e interpelação e de procedimento ordinário em face do Diretor Presidente, ressalta-se que não se depara nos autos com as certidões de objeto e pé dos referidos processos. Por se tratar de procedimento de jurisdição voluntária, entendemos que a ausência de certidão de objeto e pé referente à ação de notificação, protesto e interpelação não tem, *a priori*, o condão de influir no julgamento do presente certame, uma vez que, nesses procedimentos, não há a figura do litígio, não havendo que se falar, portanto, em eventual interferência na execução do serviço objeto da outorga.

25. Em contrapartida, a ausência de certidão de objeto e pé referente à ação de procedimento ordinário, ajuizada contra o Diretor Presidente, configura motivo razoável à inabilitação da proponente, uma vez que não há como saber se a matéria discutida no processo teria o condão de influenciar na execução do serviço objeto da outorga.

26. Nesse passo, cumpre destacar que o § 4º, do artigo 4º da Norma de Regência (Portaria nº 420/2011) anteriormente transcrito estabelece, expressamente, que deixar de juntar quaisquer dos documentos indicados no Anexo da Portaria, ou anexá-los de forma irregular, são razões a justificar



a inabilitação da proponente.

27. A exigência de que as citadas declarações deveriam ter sido devidamente apresentadas encontram respaldo no Anexo II da citada Portaria, senão vejamos:

***“II – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CRIADAS E MANTIDAS PELA INICIATIVA PRIVADA E DAS FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO, EM ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA:***

*(...)*

***QUANTO AOS DIRIGENTES:***

*(...)*

*15. Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;*

*16. Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;”*

28. Nesse sentido, reza o mesmo diploma em seu artigo 4º, § 3º, que os interessados terão 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do Aviso de Habilitação, para apresentar suas propostas, instruídas com os documentos listados no Anexo da Portaria 420/2011, *verbis*:

*“§3º As pessoas jurídicas interessadas terão 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do aviso de habilitação, para a apresentação das suas propostas, devidamente instruídas com a documentação listada no Anexo desta Portaria.”*

29. Em razão do exposto, pode-se concluir que o recurso deve ser conhecido, ante a sua tempestividade, mas não provido, uma vez que não merece prosperar parte dos argumentos da recorrente, nos termos expostos.

**IV – DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO PELA FUNDAÇÃO CAMINHO SEGURO**

30. Compulsando-se os autos da fundação, verifica-se, segundo a Nota Técnica nº 86/2013 (fl. 63 do processo da fundação), que a mesma que restou inabilitada em virtude de incorreções nos seguintes documentos: a) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas; b) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

31. Da análise em comento a entidade foi notificada por meio do ofício de fl. 67, com AR devidamente assinado em 24.12.2013 (fl. 68).

32. A postagem do recurso da fundação ocorreu em 22.01.2014 (fl.80), razão pela qual é tempestivo. Em que pese a tempestividade do recurso, este não deveria ter sido conhecido ante a ausência de regularidade formal, conforme será demonstrado.

33. No mérito, argumentou, em síntese, que o Aviso de Habilitação nº 16 e a Portaria nº 420/2011 são omissas quanto ao âmbito das certidões a serem apresentadas pelas entidades (se estadual, federal ou eleitoral), razão pela qual a apontada omissão deveria beneficiar a Recorrente. Alega,



ainda, que não haveria qualquer dificuldade em apresentar as certidões negativas apontadas como ausentes, razão pela qual as colacionou por ocasião do recurso.

34. Em prosseguimento, sustentou que, quando do julgamento dos documentos de habilitação, houve lesão ao princípio da razoabilidade em virtude do excesso de formalismo na análise da SCE. Por fim, alegou inobservância aos princípios da legalidade e economicidade, razão pela qual não haveria, portanto, fundamento para a manutenção da inabilitação.

35. Entretanto, ainda que se acolhesse a argumentação da Recorrente, vislumbra-se que o recurso sequer deveria ter sido conhecido, ante a ausência de requisito extrínseco de admissibilidade recursal, qual seja, regularidade formal.

36. Isso porque, por ocasião do recurso, a entidade fez-se representar por procuradora, sem que fizesse constar do processo procuração original ou autenticada, violando, portanto, norma editalícia expressa, a qual determina que todos os documentos devem ser anexados em original ou cópia autenticada. Ademais, o recurso interposto encontra-se apócrifo, sendo que a assinatura constitui requisito formal indispensável à admissibilidade recursal. Dessa forma, patente é a inobservância da regularidade formal, requisito extrínseco de admissibilidade dos recursos, razão pela qual sequer deveria ter sido conhecido.

37. Nesse passo, cumpre destacar que o § 4º, do artigo 4º da Norma de Regência (Portaria nº 420/2011) anteriormente transcrito estabelece, expressamente, que deixar de juntar quaisquer dos documentos indicados no Anexo da Portaria, ou anexá-los de forma irregular, são razões a justificar a inabilitação da proponente.

38. A exigência de que as citadas declarações deveriam ter sido devidamente apresentadas encontram respaldo no Anexo II da citada Portaria, senão vejamos:

***“II – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CRIADAS E MANTIDAS PELA INICIATIVA PRIVADA E DAS FUNDAÇÕES DE DIREITO PRIVADO, EM ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA:***

(...)

***QUANTO AOS DIRIGENTES:***

(...)

*15. Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;*

*16. Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;”*

39. Nesse sentido, reza o mesmo diploma em seu artigo 4º, § 3º, que os interessados terão 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do Aviso de Habilitação, para apresentar suas propostas, instruídas com os documentos listados no Anexo da Portaria 420/2011, *verbis*:

*“§3º As pessoas jurídicas interessadas terão 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do aviso de habilitação, para a apresentação das suas propostas, devidamente instruídas com a documentação listada no Anexo desta Portaria.”*

40. Em razão do exposto, em que pese a argumentação da Recorrente, o recurso sequer deveria ter sido conhecido, ante a ausência de regularidade formal, requisito extrínseco de admissibilidade,



razão pela qual deve permanecer inabilitada.

## **V – DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO PELA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA**

41. Compulsando-se os autos da entidade, verifica-se, segundo a Nota Técnica nº 84/2013 (fl. 326 do processo da associação), que a associação restou inabilitada nos seguintes termos: *“Da análise dos autos, constatou-se que a natureza jurídica da proponente é de **Associação Privada**, conforme documentos de fls. 125 dos autos, portanto, não possui competência para executar serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, conforme estabelecem o artigo 14, do Decreto-Lei nº 236/67 e o artigo 3º, da Portaria nº 420/2011, de 14 de setembro de 2011, publicada no DOU do dia 19 subsequente”*.

42. Da análise em comento a associação foi notificada por meio do Ofício nº 133/2013 (fl. 329 do processo da associação), com AR devidamente assinado em 26.12.2013 (fl. 74). A postagem do recurso deu-se em 20/01/2014, sendo, portanto, tempestivo, razão pela qual deve ser conhecido.

43. No mérito, argumenta, em síntese, que inexistem óbices legais que impeçam a sua participação no processo de seleção. Nesse sentido, alega ser uma Instituição de Educação e Ensino Superior criada e mantida pela iniciativa privada e sem qualquer finalidade lucrativa, razão pela qual atenderia os requisitos para participar do presente certame.

44. Em que pese a argumentação esposada, constata-se, da análise da documentação acostada aos autos pela própria entidade, que esta não possui legitimidade para participar do presente procedimento de seleção pública. Isso porque a Recorrente é, na verdade, associação privada na condição de entidade mantenedora do Centro Universitário UNIFAFIBE, instituição de educação superior criada e mantida pela Recorrente.

45. Sendo assim, quem poderia deter legitimidade para participar do certame seria o Centro Universitário UNIFAFIBE, que possui natureza de instituição de ensino superior, desde que preenchidos os requisitos enumerados no artigo 3º, inciso II, da Portaria nº 420/2011.

46. No caso que ora se apresenta, verifica-se que a entidade interessada, denominada ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA, constitui-se em associação privada, segundo se extrai do teor do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ à fl. 125, que descreve a sua natureza jurídica, o que é corroborado por seu próprio estatuto.

47. Nesse sentido, mister salientar que as normas que regem os serviços de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, preveem a participação nas Seleções Públicas das seguintes pessoas jurídicas: (i) as pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do art. 41 da lei nº 10.406/2002; (ii) as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação, na forma do art. 12 do Decreto nº 5.773/2006; e, (iii) as fundações de direito privado, previstas no art. 44 da Lei nº 10.406/2002, desde que seus estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata.

48. Do mesmo modo, assim dispõe o artigo 14, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, ao estabelecer quem poderá executar serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos:

*Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:*

*a) a União;*

*b) os Estados, Territórios e Municípios;*

*c) as Universidades Brasileiras;*

*d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.*

*§ 1º - As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos*



*próprios para o empreendimento.*

§ 2º - *A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.*

49. Vale ressaltar que, embora o artigo acima transcrito trate expressamente de execução de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - TVE, aplica-se, também, à execução de Serviço de Radiodifusão Sonora, que é o caso dos autos.

50. Verifica-se, pois, que não há previsão legal que autorize a outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, a associações privadas.

51. A lei é clara, dispensando outras indagações, razão pela qual a presente associação sequer poderia participar deste procedimento de seleção pública, devendo ser julgada inabilitada, em consonância com o entendimento manifestado pela SCE por meio da Nota Técnica nº 275/2014 (fls. 339/340).

#### **VI – DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO PELA FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA (ENTIDADE JULGADA VENCEDORA)**

52. Compulsando-se os autos da entidade, verifica-se, segundo a Nota Técnica nº 85/2013 (fls. 116/117 do processo da entidade), que a mesma restou inabilitada em virtude de incorreções nos seguintes documentos: a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada; b) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas; c) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

53. Da análise em comento a fundação foi notificada por meio de Ofício nº 132/2013 em 24/12/2013 (fl. 19 do processo da fundação), tendo a interposição do recurso ocorrido em 20/01/2014, merecendo, pois, ser conhecido.

54. No mérito, alegou que, embora tenha existência legal desde 2002, no período entre 01/01/2013 a 31/12/2013 não exerceu nenhuma atividade, razão pela qual, quanto a este interregno, não há movimentações contábeis de modo a demonstrar sua situação financeira, conforme exigido pelo Aviso de Habilitação.

55. Para tanto, a Recorrente trouxe aos autos Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2013, de lavra da empresa AVAL CONTABILIDADE – CRC/CEI3SP 019159/0-6, assim como colacionou ao processo cópia da declaração simplificada de pessoa jurídica inativa referente ao ano de 2013, comprovando, portanto, estar isenta da apresentação do balanço patrimonial no exercício social em comento, devido a sua inatividade. Com base no exposto, resta acatado o presente argumento.

56. Quanto à ausência de juntada das certidões cíveis e criminais de natureza federal, argumenta a fundação, em síntese, que instruiu a proposta apenas com as certidões de natureza estadual ante a inexistência de dispositivo expresso mencionando a necessidade de apresentação das certidões federais.

57. Sobre esse ponto, urge frisar que a juntada das certidões cíveis e criminais faz-se necessária tanto no âmbito estadual, quanto federal. Não obstante, a Portaria nº 420/2011, além do próprio Aviso de Habilitação, não explicitam o âmbito – se estadual ou federal, o que poderia suscitar, de fato, dúvida ao administrado.

58. Cite-se, à guisa de exemplo, entendimento que até então era adotado nos antigos editais de licitação do âmbito privado/comercial: em consonância com a antiga redação do Decreto nº 52.795, de 1963, os referidos instrumentos convocatórios também não faziam menção expressa ao âmbito (se estadual e/ou federal – dúvida que restou saneada com os novos editais de licitação, de 2007 em



diante, além da alteração do citado Decreto nº 52.795/1963 por meio do Decreto nº 7670, de 2012). Em razão da interpretação dúbia, eram exigidas, então, apenas as da esfera estadual (o que se coadunava, inclusive, com decisão do Tribunal de Contas da União, segundo a qual deve prevalecer a interpretação mais favorável ao concorrente, se pairar dúvida sobre dispositivo do instrumento convocatório). Assim, se poderia admitir, a um primeiro momento, apenas a juntada das certidões no âmbito estadual.

59. *In casu*, a fundação se dignou a juntar ao seu recurso, a título de complementação, as demais certidões que porventura entendesse aptas a sanear o vício apontado, vale dizer, as certidões cíveis e criminais de natureza federal, razão pela qual não há que se vislumbrarem quaisquer irregularidades, quanto a este ponto.

60. A par das considerações supra, depreende-se que se configura acertada a nova análise proferida pela SCE quando da análise recursal, o que enseja a **habilitação** da entidade.

61. Dessa forma, a FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA (Processo nº 53000.006179/2012) foi julgada a vencedora pela SCE.

62. Vale ressaltar que a análise realizada pela SCE, num primeiro momento (Nota Técnica nº 85/2013/GTED/DEAA/SCE-MC), concluiu que a entidade apresentou toda a documentação necessária, com exceção dos documentos elencados no item 52 supra. Quando da análise recursal, considerando os argumentos aventados pela Recorrente, a SCE retratou-se quanto às supostas irregularidades, entendimento com o qual concorda esta Consultoria Jurídica, conforme exaustivamente demonstrado. Dessa forma, portanto, vislumbra-se que a entidade apresentou toda a documentação exigida pela legislação pertinente, destacando-se os seguintes:

- (i) Requerimento de encaminhamento da proposta, assinado pelo representante legal (fl.2);
- (ii) Estatuto Social e suas alterações, devidamente registrados, constando, dentre seus objetivos, finalidades educacionais ou educativas, a serem executados sem fins lucrativos (fls. 11/21);
- (iii) Comprovante de que a entidade foi instituída há mais de um ano, contado da data da publicação do aviso de habilitação, na hipótese de a interessada ser fundação de direito privado (fl. 70);
- (iv) Comprovante de que o Estatuto Social e suas alterações foram aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro “A”, na hipótese de a interessada ser fundação de direito privado (fl. 22);
- (v) Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas (fl. 57/59);
- (vi) Instrumento Jurídico que comprove a vinculação com instituição de ensino médio ou de educação superior ou com o município onde será executado o serviço objeto da outorga, visando o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados para a educação, no caso de fundação de direito privado (fls. 62/65);
- (vii) Declaração, firmada pelo representante legal da instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação, informado o seu número de alunos matriculados (fl. 66);
- (viii) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, §2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação do setor de radiodifusão, e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial



nº 651, de 15 de abril de 1999 (fl. 67);

(ix) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou da permissão; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga (fl.68);

(x) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que esta possui recursos financeiros para o empreendimento (fl.69);

(xi) Prova de inscrição da interessada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (fl. 70);

(xii) Prova da regularidade relativa ao INSS (fl.71);

(xiii) Prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade (fls. 72/74);

(xiv) Prova da regularidade relativa ao FGTS (fl. 75);

(xv) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada (fl. 131/132);

(xvi) Grade detalhada contendo o horário e a programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga (fl. 77)

(xvii) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos (fl. 78, 87, 97, 106);

(xviii) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas (fls. 79, 89, 98, 107, 133, 134, 135, 136);

(xix) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas (fls. 80, 90, 99, 108, 133, 134, 135, 136);

(xx) Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas (fls. 81/83, 91/93, 100/102, 109/111);

(xxi) Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67 (fls. 84,94,103,112);

(xxii) Prova da quitação com as suas obrigações eleitorais (fls. 85, 95, 104,113);

(xxiii) Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial (fls. 86, 96,105,114).

## VII - CONCLUSÃO

63. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, opina favoravelmente à homologação da atual seleção pública, cujo objeto é a outorga do Serviço de



Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, para a localidade de Bebedouro, estado de São Paulo (canal 293 E), sagrando-se vencedora a FUNDAÇÃO JABOTICABAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA.

64. Ademais, por se tratar de Serviço de Radiodifusão Sonora, a competência ulterior para a devida outorga é do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012.

65. Oportuno ressaltar que a outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da República.

66. À consideração superior.

Brasília, 15 de maio de 2014.

**SOCORRO JANAÍNA M. LEONARDO**

Advogada da União

Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais

**DESPACHO Nº 1891/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU**

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.064704/2011-38

(Processos Apensos: 53000.006738/2012; 53000.004568/2012; 53000.006179/2012; 53000.005534/2012; 53000.006203/2012)

ASSUNTO: Outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade Bebedouro, estado de São Paulo. AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 16/2011.

1. Aprovo o PARECER nº 616/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.
2. Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Sra. Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, de de 2014.

**José Flávio Bianchi**

Consultor Jurídico

**DESPACHO S/Nº**

1. Reitero os termos da última manifestação desta Consultoria Jurídica, que conclui pela ausência de óbice jurídico para a submissão da Exposição de Motivos à Casa Civil da Presidência da República.
2. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Ministro, para as providências de estilo.

Brasília, 10 de junho de 2015.





**Alan Trajano**  
Consultor Jurídico

*Assinado eletronicamente por: Alan Emanuel Cavalcante Trajano*





**Assunto:** Notificação (SIDOF)

**De:** Sidof@planalto.gov.br

**Data:** 17/06/2015 15:33

**Para:** renata.checchio@comunicacoes.gov.br, bruno.lins@comunicacoes.gov.br, henrique@planalto.gov.br, moutinho@planalto.gov.br, ialves@planalto.gov.br, nobrega@planalto.gov.br, wendy.araujo@comunicacoes.gov.br, jbatista@planalto.gov.br, claudio.sousa@planalto.gov.br, andre@planalto.gov.br, francidalva.leal@planalto.gov.br, paulo.mesquita@planalto.gov.br

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTO  
PROTOCOLO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/PRT

Autor do Documento: Bruno Alves Cruz Luna Lins

Data de Encaminhamento: 17/06/2015

Fluxo: Fluxo Interno

Nup: Não Consta

Ministério: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Assunto: MC 00070 2015 Bebedouro SP/Rádiodifusão educativa

Atividade: Avalia Documento e Define Destino



SAG

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****Gabinete do Ministro****Coordenação-Geral de Serviços do Gabinete**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 19191/2015/SEI-MC

Brasília, 18 de junho de 2015.

Ao Senhor

**JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto, 4º andar  
70150-900 Brasília-DFAssunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 00077/2015 MC

- 53000.056241/2011

EM nº 00074/2015 MC

- 53000.058135/2011

EM nº 00068/2015 MC

- 53000.058129/2011

EM nº 00079/2015 MC

- 53000.059288/2011



EM nº 00080/2015 MC

- 53000.063589/2012

EM nº 00081/2015 MC

- 53000.014702/2012

EM nº 00076/2015 MC

- 53000.058120/2011

EM nº 00070/2015 MC

- 53000.006179/2012

EM nº 00075/2015 MC

- 53000.056215/2011

EM nº 00073/2015 MC

- 53000.050829/2011

53000.056241/2011-31 (A1)

Atenciosamente,

**WENDY BATISTA DE ARAUJO**

Coordenadora-Geral Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Wendy Batista de Araujo**, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete, Substituta, em 18/06/2015, às 11:55, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0560578** e o código CRC **8CC531F5**.

Presidência da República	
CODOC. PROTOCOLO	
18 JUN 2015	
Hora:	17:00
Func.:	Wendy